



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
*CAMPUS* DE PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto sensu* EM GEOGRAFIA

RAFAEL DE MELO MONTEIRO

**AS RELAÇÕES DE PODER E AS TERRITORIALIDADES NOS  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUDESTE GOIANO**

Presidente Prudente (SP)

2017

RAFAEL DE MELO MONTEIRO

**AS RELAÇÕES DE PODER E AS TERRITORIALIDADES NOS ASSENTAMENTOS  
RURAIS DO SUDESTE GOIANO**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – *Campus* de Presidente Prudente como requisito básico para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento territorial

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

**Projeto de Pesquisa vinculado:** Sobre os conceitos de território e territorialidade: abordagens e concepções

Data: 26/01/2017

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet – Orientador (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (UNESP/ Presidente Prudente)

---

Prof. Dr. João Cleps Júnior (UFU)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP/Presidente Prudente)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFG/Catalão)

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Diretoria  
Técnica de Biblioteca e Documentação – UNESP, Campus de Presidente Prudente

Monteiro, Rafael de Melo.  
M779r As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do  
Sudeste Goiano / Rafael de Melo Monteiro. - Presidente Prudente : [s.n],  
2017  
162 f.: il.

Orientador: Marcos Aurélio Saquet  
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Relações de poder. 2. Territorialidades. 3. Assentamentos rurais. I.  
Monteiro, Rafael de Melo. II. Saquet, Marcos Aurélio. III. Universidade  
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. As relações de  
poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano.

Claudia Adriana Spindola  
CRB-8ª/5790



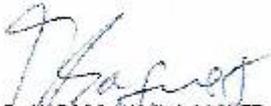
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

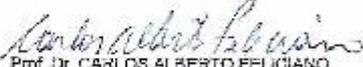
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

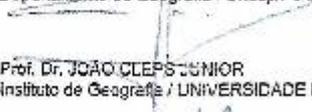
AUTOR: RAFAEL DE MELO MONTEIRO  
ORIENTADOR: MARCOS AURÉLIO SAQUET

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA,  
área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. MARCOS AURÉLIO SAQUET  
Campus de Francisco Beltrão / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

  
Prof. Dr. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEZEIROS HESPANHOL  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

  
Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO  
Departamento de Geografia / Unesp-FCT

  
Prof. Dr. JOÃO CLEPS JÚNIOR  
Instituto de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

  
Prof. Dra. VERA LÚCIA SALAZAR PESSOA  
UFPA / UFPA

Presidente Prudente, 26 de janeiro de 2017.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, pela orientação desta pesquisa.

Aos professores, Dr. Carlos Alberto Feliciano e Dr. Nécio Turra Neto, pela participação na Banca de Qualificação, em fevereiro de 2016, e, por suposto, por suas contribuições, críticas e sugestões.

Aos professores, Dr. Carlos Alberto Feliciano, Dr. João Cleps Júnior, Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa, pelas contribuições e reflexões suscitadas na Defesa da Tese de Doutorado, em janeiro de 2017.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UNESP/Presidente Prudente), com os quais tive a oportunidade (e, claro, o prazer!) de cursar disciplinas no ano de 2013: Prof. Dr. Eliseu Savério Spósito (“Metodologia científica em Geografia: método, teoria e o pensamento geográfico”), com a participação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet; Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (“Relação cidade-campo e o desenvolvimento rural”); Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eda Maria Góes e Prof. Dr. Arthur Magon Whitaker (“Urbanização e produção do espaço”); Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (“Teoria dos territórios e da questão agrária”); novamente, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol e Prof. Dr. Antônio Lázaro Sant’Anna (UNESP/Ilha Solteira) (“Políticas públicas e agricultura familiar”); Prof. Dr. Edson Luís Piroli (“Manejo de microbacias hidrográficas”), estas duas últimas tendo sido concentradas. Também tive a oportunidade de participar, enquanto ouvinte, da disciplina semiconcentrada “Capitalismo e agricultura”, ministrada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na Universidade de São Paulo (USP), em 2014. Saído do interior de Goiás, tendo lido praticamente todos estes nomes durante a graduação e o mestrado, foi significativo ter acessado estas aulas e os conhecimentos debatidos nelas.

Aos professores que estiveram nos “Seminários de Doutorado” (UNESP/Pres. Prudente), em 2013 e 2014: Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, Dr. Ruy Moreira, Dra. Lana de Souza Cavalcanti, Dr. Henri Acselrad, Dra. Ângela Katuta, Dr. Renato Emerson dos Santos, Dra. Joseli Silva, entre outros, ofertando cursos sobre áreas da Geografia que as linhas de pesquisa do Programa não abrangiam.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo financiamento, pelo processo nº 2013/10698-5, contribuiu decisivamente com a realização da pesquisa, incluindo os trabalhos de campo, a participação em eventos científicos nacionais e internacionais e a aquisição de materiais (por ex., câmera fotográfica e computador).

À Aparecida Tamae Otsuka (Escritório de Pesquisa da FCT/UNESP) pelas vezes em que me ajudou com os relatórios da FAPESP (mesmo à distância), sempre com muito carinho, disposição, competência e gentileza!

Ao parecerista da FAPESP, cuja identidade desconheço, mas que, nos pareceres dos relatórios anuais, efetuou contribuições importantes e me despertou a impressão de ter sensatez profissional e sensibilidade humana.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente.

Aos colegas que tive no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UNESP/Pres. Prudente).

Às amigas, Ana Lúcia Teixeira, Ana Paula Novais Pires e Liriane Gonçalves Barbosa, pelos momentos em que contei com a amizade de vocês! Ao amigo, Alex Gonçalves Carvalho, também pela amizade.

Aos colegas de trabalho e amigos do Instituto Federal de Goiás/Águas Lindas, que me ensinam sobre acolhimento e solidariedade.

Ao Mauro Gleisson de Castro Evangelista, com quem aprendo sobre o meu Eu.

À Superintendência Regional de Goiás do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela disponibilização dos projetos de criação dos assentamentos e mapas.

Ao senhor Roberto, assentado no Maria da Conceição (Orizona), pela ajuda na pesquisa de campo, do início ao fim. Sua disposição foi fundamental!

Aos assentados e assentadas do Sudeste Goiano, especificamente situados nos municípios de Silvânia, Ipameri, Orizona e Goiandira: assentamentos João de Deus, São Sebastião, Olga Benário, Madre Cristina, Buriti e Maria da Conceição, por terem me recebido nas suas casas, ofertado cafés, doces, pães, aceitado contribuir com esta pesquisa e contado as suas experiências de vida.

Ao meu pai, Glaydiston Monteiro de Paula (*in memoriam*) que, também, me acompanhou durante toda a fase de realização de entrevistas (dez. 2014 – jun. 2015), sem falhar uma única vez sequer! Infelizmente, as contingências da vida não permitiram que você presenciasse (ao menos, fisicamente) a conclusão desta pesquisa, todavia, pela sua ajuda, obrigado!

**Perder, no caminho, aqueles que sonharam comigo, fez este sonho com menos sentido.**

Ao meu pai, Glaydiston Monteiro de Paula (*in memoriam*),  
À minha avó paterna, Divina Souza de Paula (*in memoriam*).

**Do encontro com o fim, o que resta é a gratidão aos que se fazem presentes.**

À minha mãe, Elizabeth, às minhas irmãs maternas, Natália e Vitória, aos meus avós, José, Tânia e João, à minha querida amiga, Veridiana, e ao meu querido companheiro,  
Danilo.

Enquanto um educador iniciante quero registrar algumas palavras neste espaço do trabalho acadêmico que permite maior liberdade de escrita: que na minha trajetória profissional eu possa contribuir para a qualidade da educação pública brasileira, que eu saiba lidar com as distintas vidas dos estudantes que cruzarão o meu caminho e, acima de tudo, tenha sensibilidade para lidar com os sonhos territorializados no espaço escolar, transitando nas salas de aula e na escola, como um todo. Que eu consiga educar e orientar, quando preciso, com humanidade e ternura, longe da frieza, pragmatismo e desinteresse humano que queiram me enredar! Que eu saiba dialogar, ouvir, ensinar e conhecer as histórias de vida dos meus alunos e das minhas alunas. Enfim, que eu possa ser educador e educado pelas trocas de conhecimentos e afetividades neste mundo onde nem sempre há espaço e tempo para isso!

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO:</b> entrando nos assentamentos .....	13
<b>2. ASSENTAMENTOS</b> – expressões ( <i>i</i> ) <i>materiais</i> da des-re-territorialização .....	37
<b>2.1 O cenário brasileiro da reforma agrária e o mundo rural goiano:</b> uma contextualização .....	37
<b>2.2 Os sentidos da ação:</b> política, memória e fé .....	63
<b>2.3 A decisão de lutar e a politização da vida</b> .....	68
<b>3. OS MODOS DE VIDA (RE)TERRITORIALIZADOS NA (I)<i>MATERIALIDADE</i></b> .....	75
<b>3.1 A moralidade nos <i>imaginários</i> e nas práticas rurais</b> .....	75
<b>3.2 Os conflitos internos e a cooperação:</b> situações presentes no território .....	99
<b>4. SOBRE A HETERONOMIA E AS PRÁTICAS COTIDIANAS:</b> os/as camponeses/as do Sudeste Goiano produzem territórios heterônomos e plurais! .....	115
<b>4.1 As religiosidades</b> .....	117
<b>4.2 A comercialização</b> .....	128
<b>4.3 A inserção na sociedade local e a relação com o Estado</b> .....	137
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:</b> um <i>fechar de olhos</i> , momentâneo, para as estradas de terra que penetram o horizonte .....	149
<b>5. REFERÊNCIAS</b> .....	152
<b>APÊNDICES</b> .....	159
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas para as famílias assentadas (2014/15)</b> .....	160

## RESUMO

Esta pesquisa qualitativa objetivou compreender as relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais localizados na Região Sudeste Goiano. Foram, ao todo, seis assentamentos pesquisados, a saber: Assentamento João de Deus (Silvânia/1987), Assentamento São Sebastião (Silvânia/1997), Assentamento Olga Benário (Ipameri/2005), Assentamento Madre Cristina (Goiandira/2009), Assentamento Buriti (Silvânia/2009) e o Assentamento Maria da Conceição (Orizona/2010). A existência destes territórios é relevante em uma *porção* de Goiás caracterizada, sobretudo com a modernização conservadora da agricultura (anos 1970), pela agricultura capitalista, com a monocultura da soja, do milho, do algodão, do eucalipto, nas empresas rurais tipicamente familiares. A (re)territorialização camponesa, concreta e simbólica, estabelece, assim, uma coexistência com o agronegócio, assentado em uma estrutura fundiária concentrada. Realizamos, entre 2014 e 2015, enquanto procedimentos metodológicos, a pesquisa teórica, com leituras acerca dos conceitos de território, territorialidade e poder, além das leituras no âmbito da questão agrária e do campesinato, inclusive, goiano; a pesquisa documental, consultando o *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o *blog* da Superintendência Regional de Goiás (igualmente, do INCRA) e os projetos de criação dos assentamentos estudados, na sede, localizada em Goiânia, do INCRA, em setembro de 2015; a pesquisa de campo, na qual fizemos 123 entrevistas semiestruturadas nos assentamentos (com a gravação e transcrição de 63 delas), registros fotográficos (acessamos, também, fotografias antigas), elaboração de mapas e, em 2016, algumas visitas informais. Defendemos a tese de que a luta pela terra foi importante para a (re)territorialização camponesa, permitindo a (re)produção dos seus *modos de vida (i)materiais*, da sua *campesinidade* e das suas moralidades, embora não tenha sido suficiente para inaugurar a autonomia destes grupos (ou seja, efetivar a sua emancipação), pois, ainda que, no cotidiano, estas pessoas fundem as suas *microliberdades*, de modo geral, estes territórios (e as territorialidades) se substantivam, em grande medida, com o predomínio da(s) heteronomia(s), nas escalas da economia (comercialização dos produtos), da cultura (religiosidades) e da política (dependências dos governos federal e municipais).

**Palavras-chave:** Relações de poder. Território. Territorialidades. Assentamentos rurais. Sudeste Goiano.

## RESUMEN

Esta investigación cualitativa objetivó comprender las relaciones de poder y las territorialidades en los asentamientos rurales situados en el Sudeste Goiano. Hubo, en total, seis asentamientos estudiados, a saber: Asentamiento João de Deus (Silvânia/1987), Asentamiento São Sebastião (Silvânia/1997), Asentamiento Olga Benário (Ipameri/2005), Asentamiento Madre Cristina (Goiandira/2009), Asentamiento Buriti (Silvânia/2009) y Asentamiento Maria da Conceição (Orizona/2010). La existencia de estos territorios es relevante en una *parte* de Goiás caracterizada, especialmente con la modernización conservadora de la agricultura (años 1970), por la agricultura capitalista con el monocultivo de soja, maíz, algodón, eucalipto, en las empresas rurales típicamente familiares. La (re)territorialización campesina, concreta y simbólica, establece, así, la coexistencia con la agroindustria, sentada en una propiedad de la tierra concentrada. Realizamos, entre 2014 y 2015, en cuanto los procedimientos metodológicos, la investigación teórica, con lecturas acerca del concepto de territorio, territorialidad y poder, además de las lecturas en virtud de la cuestión agraria y el campesinado, incluyendo goiano; investigación documental, consultando lo *sitio web* del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), el *blog* de la Superintendência Regional de Goiás (también, del INCRA) y los proyectos de creación de los asentamientos estudiados en la sede, ubicada en Goiânia, del INCRA, en septiembre de 2015; investigación de campo, en la que hicimos 123 entrevistas semiestructuradas en los asentamientos (con la grabación y transcripción de 63 de ellas), los registros fotográficos (accesamos, también, fotografías antiguas), elaboración de mapas y, en 2016, algunas visitas informales. Defendemos la tesis de que la lucha por la tierra fue importante para la (re)territorialización campesina, permitiendo la (re)producción de sus *estilos de vida (i)materiales*, su *campesinidad* y de sus moralidades, aunque no ha sido suficiente para inaugurar la autonomía de estos grupos (es decir, efectuar su emancipación), porque, aunque, en la vida cotidiana, estas personas fundan sus *microliberdades*, generalmente, estos territorios (y territorialidades) si substantivan, en gran medida, con el predominio de la(s) heteronomía(s), en las escalas de la economía (comercialización de los productos), la cultura (religiosidades) y política (dependencias de los gobiernos federal y municipales).

**Palabras-clave:** Relaciones de poder. Territorio. Territorialidades. Asentamientos rurales. Sudeste Goiano.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 -----	Localização da Região Sudeste Goiano.....	14
QUADRO 1 --	Principais características dos assentamentos goianos pesquisados .....	16
MAPA 2 -----	Localização do Assentamento João de Deus/Silvânia/GO.....	18
MAPA 3 -----	Localização do Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO.....	19
MAPA 4 -----	Localização do Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO.....	20
MAPA 5 -----	Localização do Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO.....	21
MAPA 6 -----	Localização do Assentamento Buriti/Silvânia/GO.....	22
MAPA 7 -----	Localização do Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO.....	23
GRÁFICO 1 --	Porcentagem dos entrevistados – homens, mulheres ou casais .....	29
GRÁFICO 2 --	Idade média dos entrevistados .....	29
GRÁFICO 3 --	Média do tamanho das parcelas .....	30
GRÁFICO 4 --	Escolaridade média dos entrevistados .....	31
GRÁFICO 5 --	Número de pessoas nas parcelas de terras .....	32
TABELA 1 ---	Estrutura fundiária de Goiás .....	43
TABELA 2 ---	Estrutura fundiária dos municípios com assentamentos no Sudeste Goiano .....	43
MAPA 8 -----	Assentamento João de Deus/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados.....	47
FOTOGRAFIA 1 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: o grupo de ocupantes da fazenda....	48
MAPA 9 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: estado de origem dos entrevistados.....	49
MAPA 10 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados....	50
IMAGEM 1 -----	Área do antigo Coletivo Margarida Alves/Ipameri/GO.....	52
MAPA 11 -----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: estados de origem dos entrevistados.....	54
MAPA 12 -----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: municípios de origem dos entrevistados.....	55
MAPA 13 -----	Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO: estados de origem dos entrevistados .....	56
MAPA 14 -----	Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO: municípios de origem dos entrevistados.....	57
MAPA 15 -----	Assentamento Buriti/Silvânia/GO: estados de origem dos entrevistados.....	59
MAPA 16 -----	Assentamento Buriti/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados.....	60
MAPA 17 -----	Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: municípios de origem dos entrevistados.....	62
FOTOGRAFIA 2 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: os ipês cultivados no quintal.....	72
FOTOGRAFIA 3 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: brincar na lavoura de feijão.....	73
FOTOGRAFIA 4 -----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: crianças no balanço.....	74

FOTOGRAFIA 5	-----	Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: três gerações da mesma família na terra.....	79
FOTOGRAFIA 6	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mutirão para construção de moradia.....	79
FOTOGRAFIA 7	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mutirão para construir ponte.....	80
FOTOGRAFIA 8	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: mutirão e refeição.....	81
FOTOGRAFIA 9	-----	Tipos de moradias nos assentamentos rurais estudados.....	83
FOTOGRAFIA 10	-----	Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO: fases da moradia.....	84
FOTOGRAFIA 11	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: o <i>sujeito</i> e a sua obra.....	85
FOTOGRAFIA 12	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mudanças na obra e na vida.....	86
FOTOGRAFIA 13	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: casas e energia elétrica para as famílias.....	87
FOTOGRAFIA 14	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: moradia camponesa em 2002.....	87
FOTOGRAFIA 15	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: a mesma casa em 2016.....	88
FOTOGRAFIA 16	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: produção de farinha de mandioca..	89
GRÁFICO 6	-----	Atividades produtivas nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%).....	91
FOTOGRAFIA 17	-----	Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: lavoura de milho.....	92
FOTOGRAFIA 18	-----	Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO: cultivo de abacaxis.....	93
FOTOGRAFIA 19	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: plantação de hortaliças.....	93
FOTOGRAFIA 20	-----	Assentamento João de Deus/Silvânia/GO: criação de suínos.....	94
FOTOGRAFIA 21	-----	Assentamento Buriti/Silvânia/GO: lavoura de quiabo.....	94
FOTOGRAFIA 22	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: produtos para vender na feira.....	95
FOTOGRAFIA 23	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: artesanato para vender.....	95
FOTOGRAFIA 24	-----	Participação de assentada na Feira Sem Veneno (UFG/Catalão) em 2013.....	96
FOTOGRAFIA 25	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: panificadora da ASCRAF.....	97
FOTOGRAFIA 26	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: frangos para a merenda escolar.....	98
FOTOGRAFIA 27	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: pichação na placa do assentamento.....	107
FOTOGRAFIA 28	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cultivo de soja.....	108
FOTOGRAFIA 29	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: reunião de formação da Associação.....	112
GRÁFICO 8	-----	As religiões nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%).....	118
FOTOGRAFIA 30	-----	Assembleia de Deus no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO.....	121
FOTOGRAFIA 31	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cultos evangélicos.....	121
FOTOGRAFIA 32	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: batismo nas águas.....	122
FOTOGRAFIA 33	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: capela para Nossa Senhora Aparecida.....	126

FOTOGRAFIA 34	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: participação de mulheres assentadas na IV Festa Camponesa.....	126
GRÁFICO 9	-----	Produtos comercializados pelos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%).....	129
GRÁFICO 10	-----	Destinação dos produtos comercializados pelos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%).....	130
FOTOGRAFIA 35	-----	Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: trato com silo e ordenha mecânica.....	132
FOTOGRAFIA 36	-----	Recebimento de máquinas do PAC 2 pelos prefeitos.....	141
QUADRO 2	-----	Informações do município de Silvânia.....	142
QUADRO 3	-----	Informações do município de Orizona.....	143
QUADRO 4	-----	Informações do município de Goiandira.....	143
QUADRO 5	-----	Informações do município de Ipameri.....	143
FOTOGRAFIA 37	-----	Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cursos de olericultura, panificação e treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira.....	145
FOTOGRAFIA 38	-----	Notícia sobre cursos no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO.....	146

## 1 INTRODUÇÃO: entrando nos assentamentos

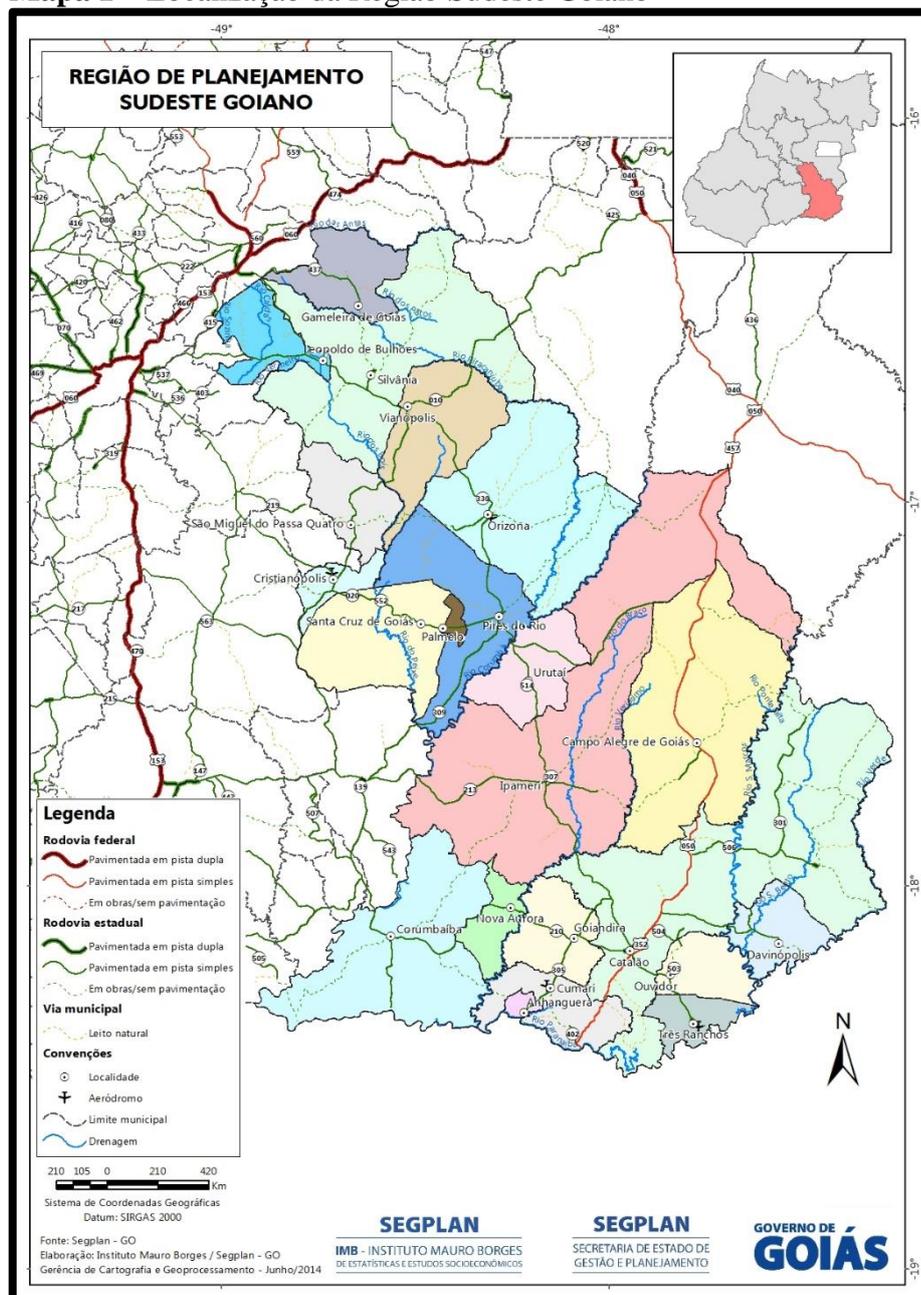
“E o camarada que chegou na terra, você que faz a pesquisa cê pode ‘dizê’ pros seus colega de escola, pros seus professores: ‘Olha, o que eu vi desse povo, o que eles disse pra gente é que só vence os forte e os que chegaram na terra é porque são forte’. [...] Cê vê que é assentado é porque ele é ‘hôme’ de luta, o camarada ‘Maria vai com as ôtra’ ele num chega em terra não, só s’ele ‘comprá’. [...] E ‘tamém’ sobrevive na terra, meu amigo, cê pode ‘explicá’ na sua pesquisa lá, quem que chega na terra é porque é forte e sobrevive nela só os mais forte ‘tamém’”.

(Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015)

No Brasil e, particularmente, em Goiás, os assentamentos de reforma agrária, nos quais se (re)territorializaram os trabalhadores rurais, urbanos e os agricultores sem-terra (e seus descendentes), se constituíram na década de 1980, coincidindo com a (re)democratização brasileira. Neste período, se fortaleceram, politicamente, os movimentos sociais rurais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado oficialmente em 1984, na cidade de Cascavel (PR) e continuaram atuando os sindicatos de trabalhadores rurais. A questão agrária permanece como resultado da expansão desigual e contraditória do capitalismo no campo, que, por um lado, efetiva a modernização tecnológica das grandes e médias propriedades e dos territórios rurais e, por outro, expropria um número significativo de camponeses que se des-re-territorializam nos espaços urbanos e/ou se proletarizam no setor agropecuário.

Na Região Sudeste Goiano, composta por 22 municípios (Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbáiba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis) (Mapa 1), a agricultura capitalista se instalou, no cerne desta modernização, com a territorialização da monocultura da soja, do milho, do algodão, do trigo e do eucalipto nas empresas rurais familiares, comandadas, principalmente, por sulistas que vieram para esta *porção* de Goiás com o subsídio do Estado ou por conta própria (e recursos financeiros também), exatamente para desenvolver, sobretudo nas chapadas *cerradeiras* desta região, o agronegócio, servidos de infraestruturas estatais, aporte técnico-científico-informacional e sendo portadores do progresso e do moderno, em detrimento, inclusive, dos produtores rurais goianos.

**Mapa 1 – Localização da Região Sudeste Goiano**



Fonte: Instituto Mauro Borges (2016)

A região supracitada também é identificada como Região da Estrada de Ferro. De acordo com Arrais (2013, p. 63), esta ferrovia, que foi implantada no Sudeste Goiano no início do século XX, pode ser assim caracterizada:

Em Goiás, após atravessar o rio Paranaíba, vinda de Uberlândia e Araguari, a ferrovia passa por Anhanguera, Cumari e Goiandira, com ramal para Catalão e Ouidor. Seguindo para o norte, passa por Ipameri, Urutaí e Pires do Rio, onde se bifurca com destino a Brasília e Leopoldo de Bulhões. A partir dali segue para Senador Canedo e Anápolis, no Porto Seco, onde chegam produtos para atender às indústrias locais e regionais.

Houve um aumento da concentração de terras no Sudeste Goiano com efeitos no trabalho e na vida daqueles que trabalhavam ou viviam no espaço rural. Como reação, uma parte destas pessoas se mobilizou em movimentos sociais (no MST, a partir de 2002), federações e sindicatos de trabalhadores rurais com o propósito de lutar pela (re)conquista da terra, ou, em última instância, pela (re)territorialização concreta e simbólica. Assim, obtiveram resultados importantes, especialmente a criação de assentamentos rurais que, na região, surgiram no final dos anos 1980 e resistem, atualmente, enquanto territórios de vida de centenas de famílias, cujas territorialidades estão envolvidas e são substantivadas pelas relações de poder, exercidas no cotidiano, assim como pela reciprocidade, pelas identidades, diferenças, redes, multidimensionalidades, conflitos e heteronomias.

Desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as relações de poder e as territorialidades, próprias do movimento de des-re-territorialização (processo TDR), nos assentamentos rurais localizados no Sudeste Goiano, destacando as suas multidimensionalidades, *(i)materialidades*, pluriescalaridades, intencionalidades e conflitualidades, produzindo territórios plurais e heterônomos. Assim, foi fundamental entender as relações sociais dos assentados entre si e com as instituições que representam a causa da reforma agrária, com as igrejas locais, o mercado e os governos federal e municipais (instâncias do Estado).

Foram nossos objetivos específicos: a) Caracterizar a Região Sudeste Goiano, a partir da sua estrutura fundiária e da desterritorialização e reterritorialização camponesa; b) Explicar, historicamente, as territorialidades das famílias assentadas, em sua pluriescalaridade, multidimensionalidade (política, cultural e econômica) e conflitualidade, pelas relações de poder; c) Argumentar sobre a produção heterônoma dos territórios camponeses, por suas dependências econômicas (na comercialização dos seus produtos), culturais (nas suas religiosidades) e políticas (nas suas relações com o governo federal e os governos municipais).

Defendemos a tese de que a luta pela terra foi importante para a (re)territorialização camponesa, permitindo a (re)produção dos seus *modos de vida (i)materiais*, da sua *campesinidade* e das suas moralidades, embora não tenha sido suficiente para inaugurar a autonomia destes grupos (ou seja, efetivar a sua emancipação), pois, ainda que, no cotidiano, estas pessoas fundem as suas microliberdades, estes territórios (e as territorialidades) se substantivam, de modo geral, com o predomínio da(s) heteronomia(s), nas escalas da economia (comercialização dos produtos), da cultura (religiosidades) e da política (dependências dos governos federal e municipais).

Nosso recorte espacial foram os assentamentos João de Deus, São Sebastião, Olga Benário, Madre Cristina, Buriti e Maria da Conceição, situados na Região Sudeste Goiano, cujas principais características se encontram no Quadro 1.

**Quadro 1** – Principais características dos assentamentos goianos pesquisados

(continua)

<b>Assentamento e número de famílias</b>	<b>Localização (município)</b>	<b>Surgimento</b>	<b>Informações relevantes</b>
João de Deus (1987), com 16 famílias.	Silvânia (Mapa 2)	- Implantado na propriedade rural de mesmo nome, que foi obtida por herança vacante (devolução ao patrimônio público, de João de Deus Pereira, após o fim do prazo legal e sem o aparecimento de herdeiros).	- Destinação de 321,6 hectares aos trabalhadores rurais e posseiros da área; - Está distante cerca de 20 km da sede do município de Silvânia; - Atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) na identificação e seleção dos beneficiários, com prioridade para os antigos ocupantes do imóvel.
São Sebastião (1997), com 33 famílias.	Silvânia (Mapa 3)	- Desapropriação do imóvel rural São Sebastião, de Gerson Spíndola Carneiro <sup>1</sup> (engenheiro civil e pecuarista).	- Extensão de 2.195,5 hectares; - Distâncias: 50 km da sede do município de Silvânia, 32 km de Vianópolis, 75 km de Luziânia, 130 km de Goiânia e 140 km de Brasília; - Fazenda classificada como improdutiva.

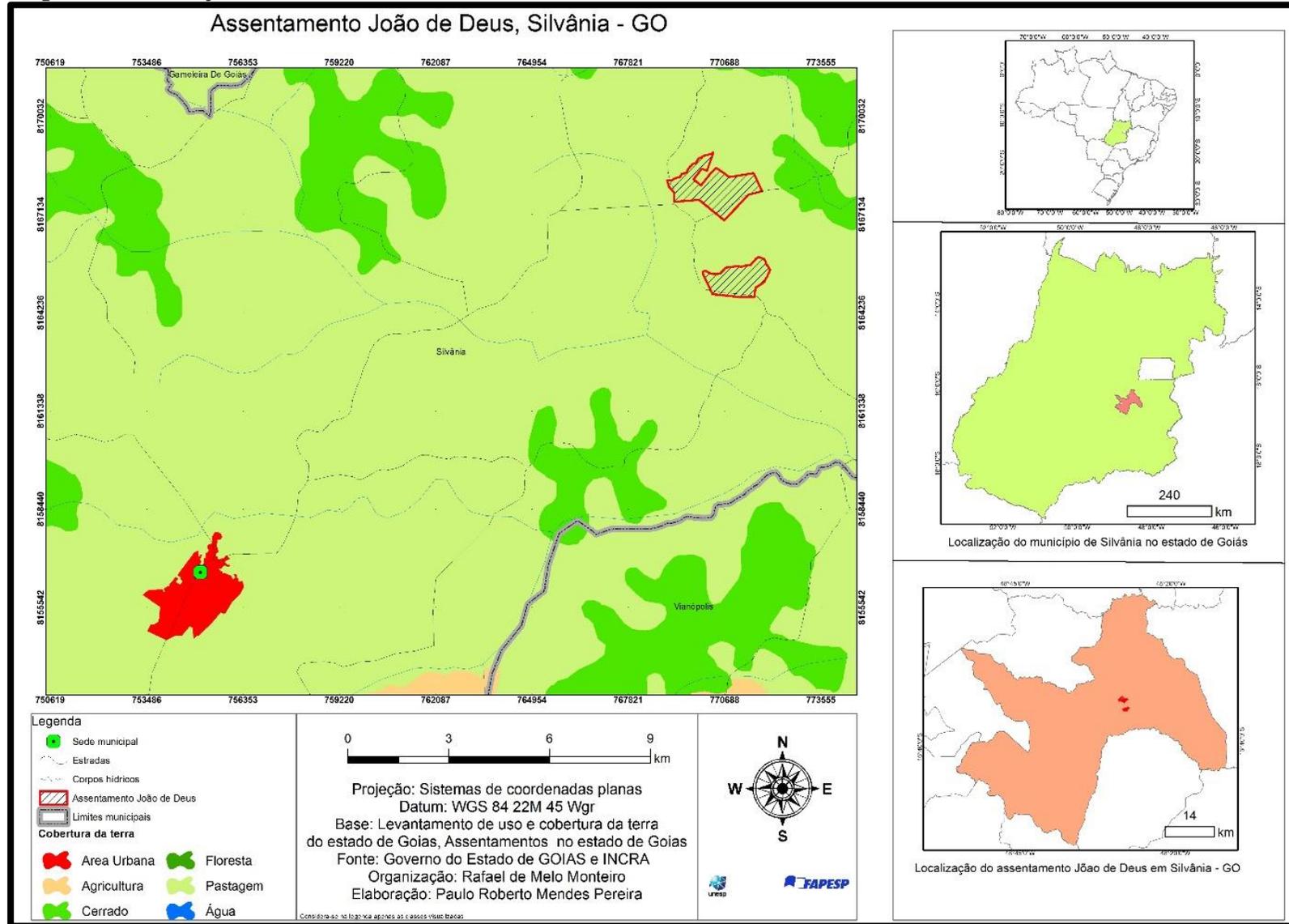
<sup>1</sup> Proprietário de outros três imóveis rurais, a saber: a) Fazenda Mata Grande, em Araguaína/TO, com 14.724,5 hectares; b) Fazenda Safada, em Goiatuba/GO, com 791,3 hectares; c) Fazenda Boa Vista, em Pires do Rio/GO, com 96,8 hectares.

Olga Benário (2005), com 84 famílias.	Ipameri (Mapa 4)	- Desapropriação da Fazenda Ouro Verde, cujos proprietários eram José Carlos Galbetti (advogado, residente em São Paulo) e sua esposa, Aparecida Ivone Munhoz Galbetti.	- Na fazenda, moravam e trabalhavam sete famílias (cerca de 18 pessoas), com carteira de trabalho assinada; - A propriedade tem 4.322 hectares; - Distâncias: 20 km da sede do município de Ipameri, 239 km de Goiânia, 318 km de Brasília e 40 km de Campo Alegre de Goiás.
Madre Cristina (2009), com 16 famílias.	Goiandira (Mapa 5)	- Desapropriação da Fazenda Cachoeira do Veríssimo, de Gerson Mariano de Rezende.	- Extensão do imóvel rural: 729 hectares; - O assentamento situa-se junto ao Povoado do Veríssimo; - Distâncias: 22 km da sede do município de Goiandira, 38 km de Catalão, 35 km de Ipameri e 241 km de Goiânia.
Buriti (2009), com 14 famílias.	Silvânia (Mapa 6)	- Formado na Fazenda Funil e Algodão, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	- Extensão de 320,3 hectares; - Distâncias: 13 km da sede do município de Silvânia, 68,9 km de Goiânia e 7 km de Vianópolis.
Maria da Conceição (2010), com 16 famílias.	Orizona (Mapa 7)	- Desapropriação da Fazenda Campo Limpo e Barreiras, de Manoel Luis Santos Correa.	- Extensão de 792,7 hectares; - Distâncias: 34 km da sede do município de Orizona, 129 km de Goiânia e 145 km do Distrito Federal.

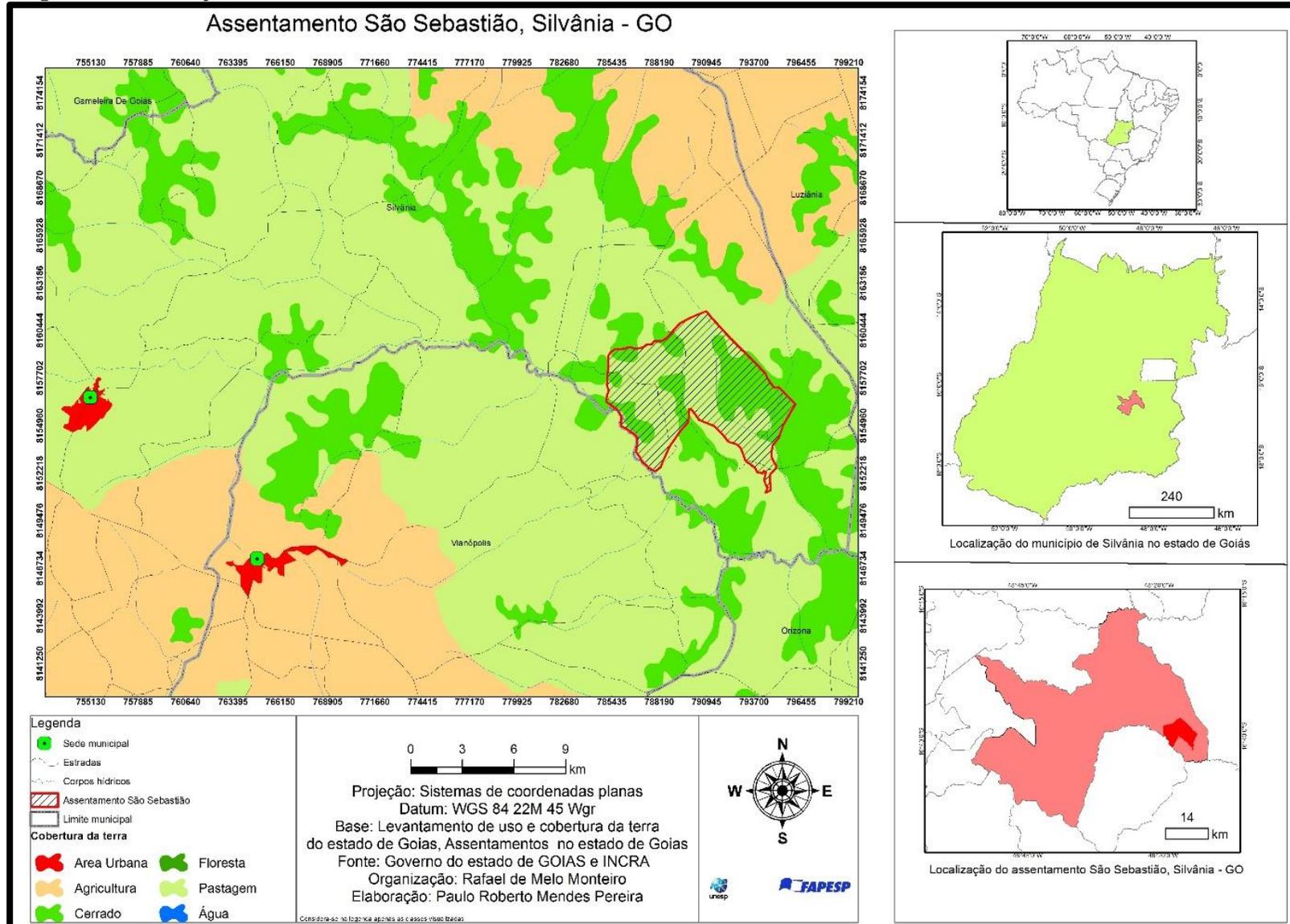
**Fonte:** MIRAD; INCRA (1987); INCRA (1987); INCRA (1997); MDA/INCRA, 2004; INCRA, 2005; MDA/INCRA, 2005; INCRA, 2009a; INCRA, 2009b; MDA/INCRA, 2007; INCRA, 2010.

Os mapas 2, 3, 4, 5, 6 e 7, citados no quadro 1, indicam as localizações dos assentamentos, conforme apresentaremos na sequência.

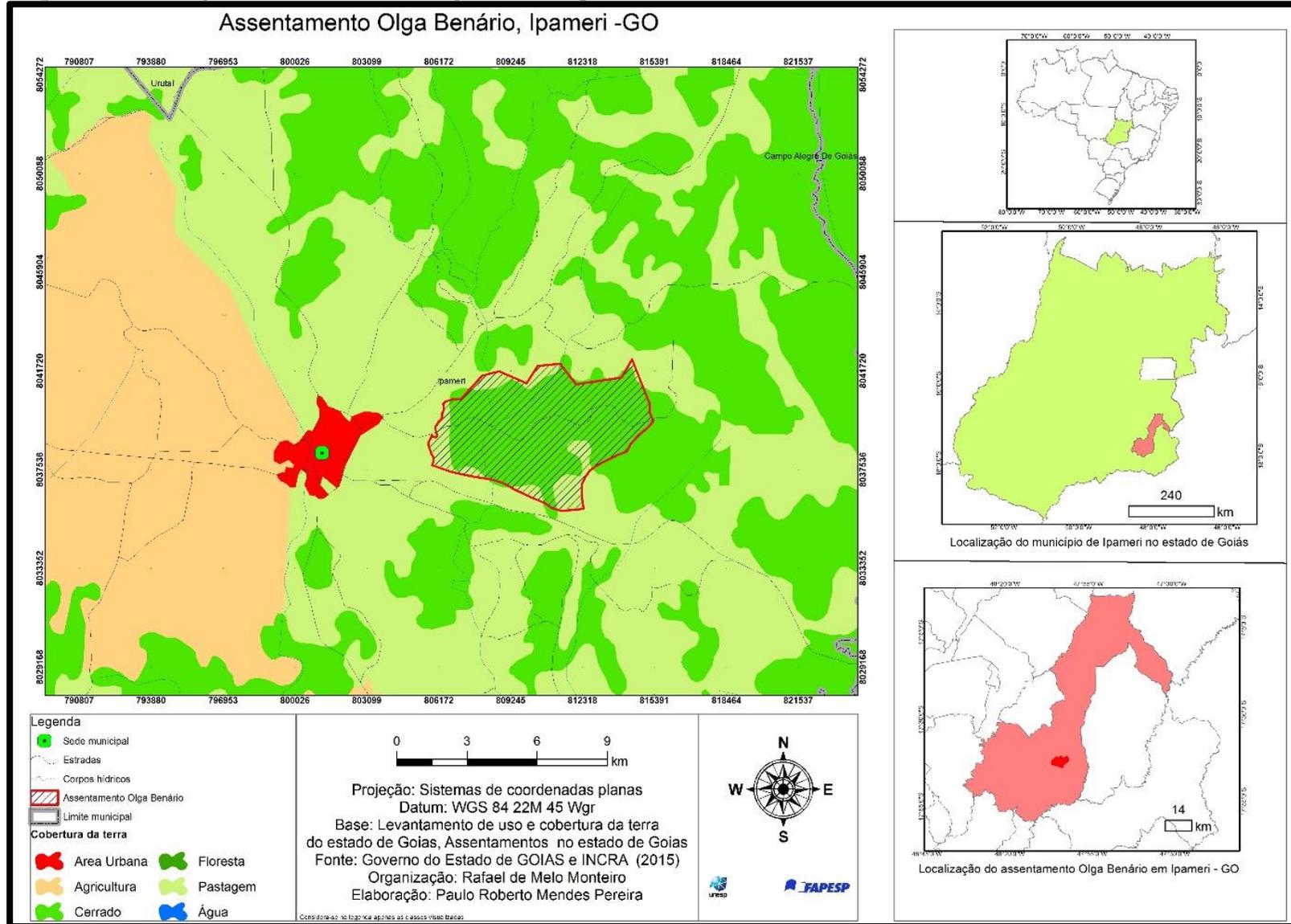
**Mapa 2 – Localização do Assentamento João de Deus/Silvânia/GO**



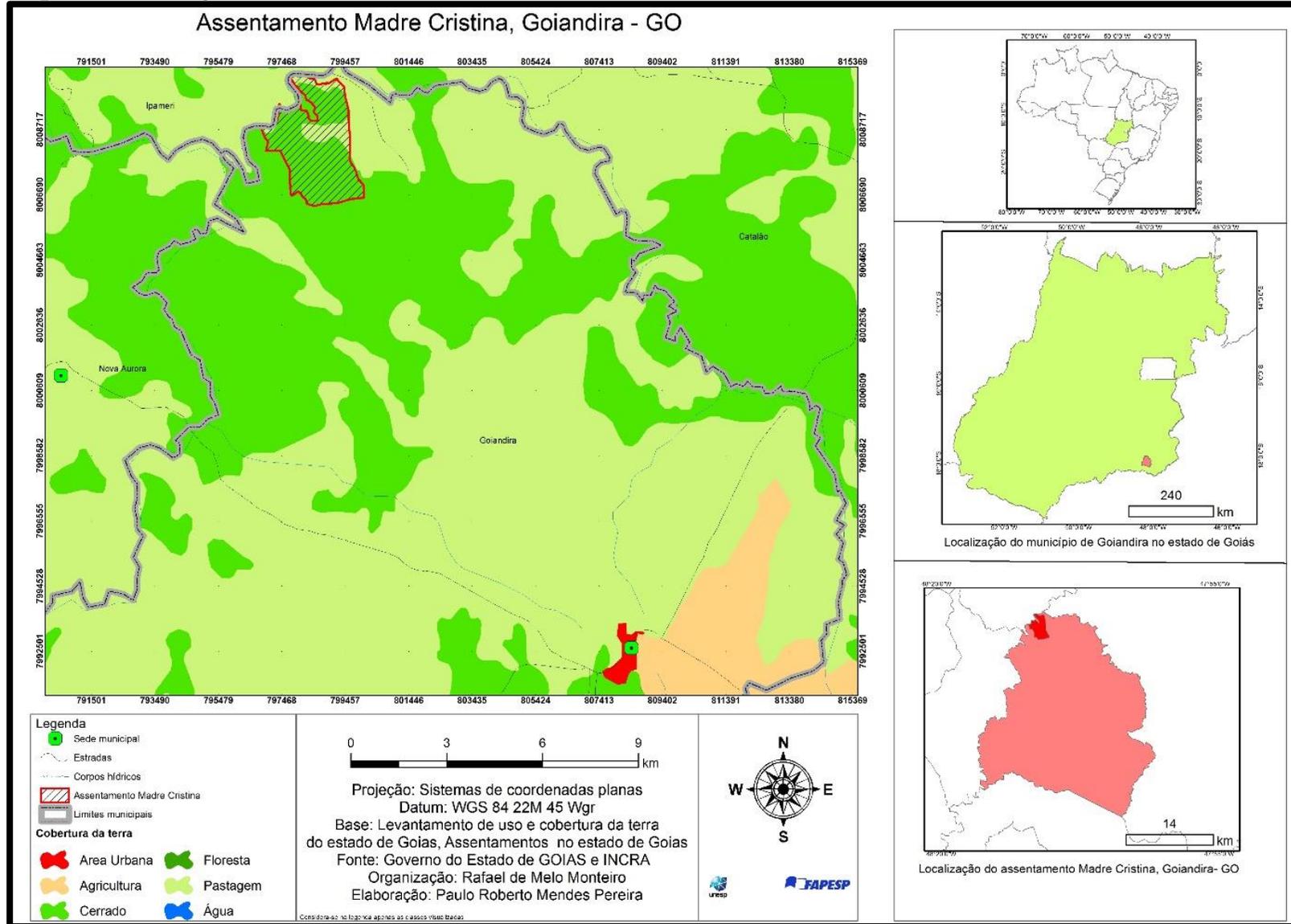
Mapa 3 – Localização do Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO



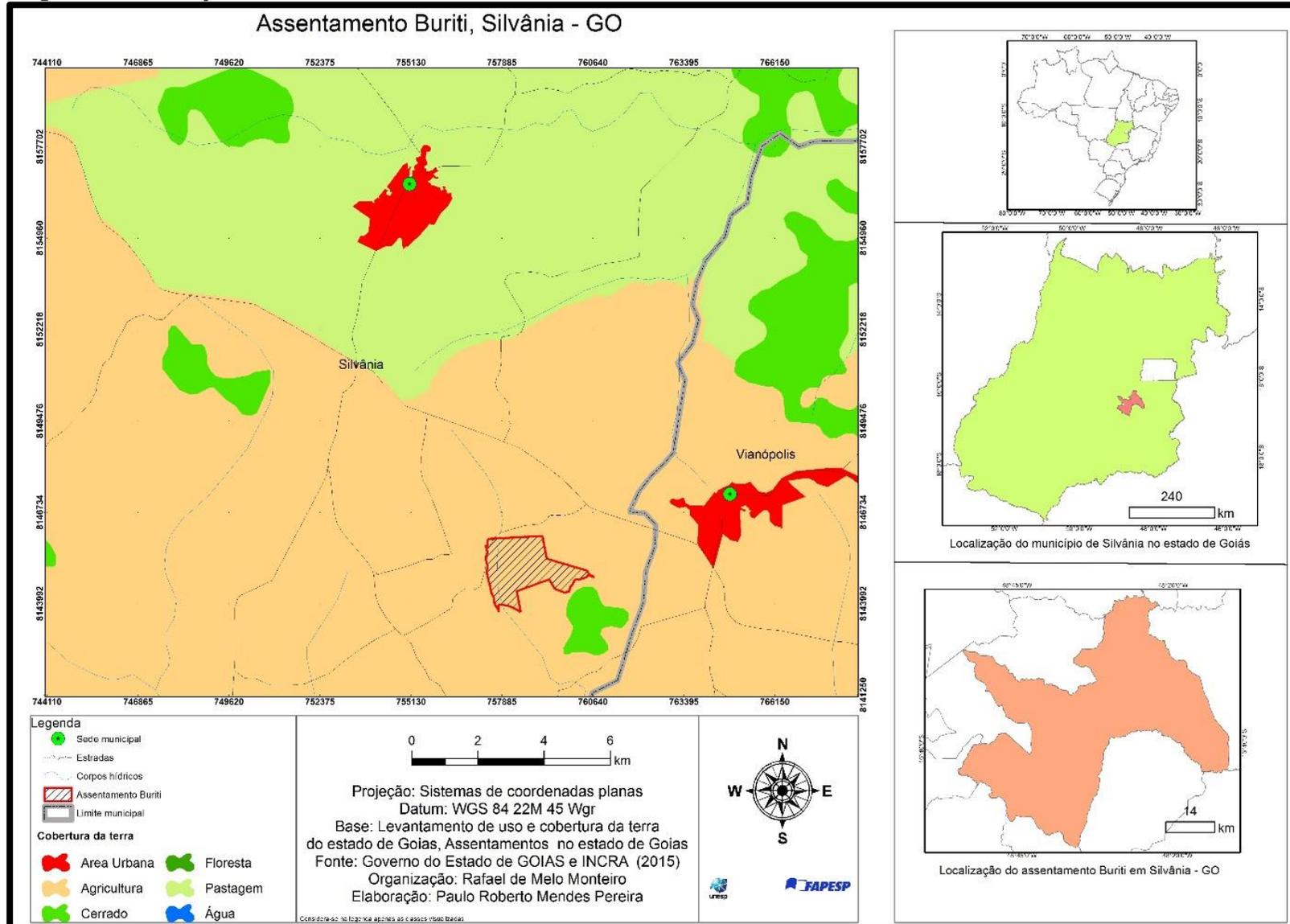
Mapa 4 – Localização do Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO



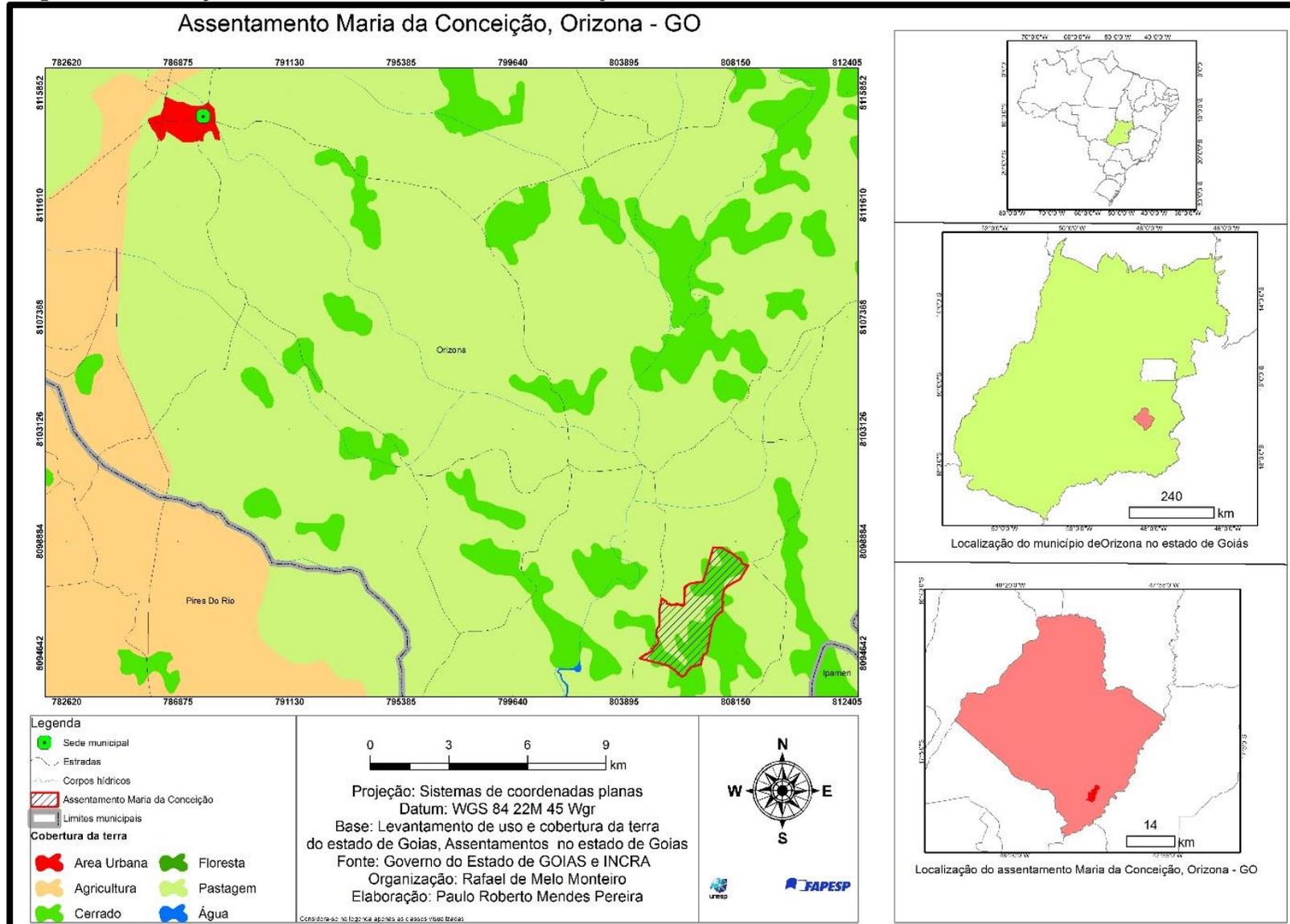
Mapa 5 – Localização do Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO



Mapa 6 – Localização do Assentamento Buriti/Silvânia/GO



Mapa 7 – Localização do Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO



Nas ciências humanas, a pesquisa pode contribuir com o avanço da sociedade, em seus espaços e tempos e nas suas dimensões políticas, culturais, econômicas e ambientais. Na Geografia, a pesquisa qualitativa tem se mostrado um *caminho* na produção do conhecimento, com um diverso conjunto de técnicas, como as entrevistas, as fotografias, os diários de campo, a história oral, os estudos de casos, as análises do discurso e de conteúdo, os grupos focais, entre outros.

De maneira geral, ela (pesquisa qualitativa) surgiu como uma reivindicação das ciências sociais e humanas desejosas de desconstruir alguns pressupostos científicos tradicionais, ainda que outros sejam preservados, pois, como escreveu Demo (1998, p. 3), “não podemos nos desfazer todo dia para nos inventar de novo, como se não houvesse história. Entretanto, não é viável inovar sem nos desconstruirmos em certa medida”.

A emergência desta forma de pesquisa tem relação com as transformações sociais atravessadas em um continente ou um país, forçando uma mudança paradigmática na ciência (PESSÔA, 2009) e também com a postura do pesquisador que, neste caso, deve se despojar de preconceitos, assumir uma abertura às manifestações que observa, participa e analisa, assim como se preocupar com a compreensão aprofundada dos fenômenos, ultrapassando, portanto, a aparência (CHIZZOTTI, 2009) e se orientar, na prática, por uma tradição compreensiva e/ou interpretativa, já que os indivíduos, grupos e classes sociais agem consoante suas crenças, valores, sentimentos, percepções, sentidos e significados e isto não se apresenta de imediato, precisa ser desvelado (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

Neste trabalho, realizamos pesquisa teórica, documental e de campo, utilizando as entrevistas semiestruturadas e as fotografias que possibilitaram a organização, sistematização, análise e apresentação dos seus resultados. Cartograficamente, foram elaborados mapas de localização dos assentamentos estudados e de naturalidade dos entrevistados, em termos de estados e municípios, que estão situados nesta Introdução e na Seção 2, intitulada “Assentamentos – expressões (*i*)materiais da des-re-territorialização”.

Teoricamente, escolhemos o território como conceito principal associado à análise das relações de poder presentes nas territorialidades camponesas configuradas no movimento de desterritorialização e reterritorialização pelo qual passaram os indivíduos e as famílias assentadas. Nossas referências principais, para entender o território e o poder, foram Michel Foucault, Claude Raffestin, Paul Claval, Ângelo Barampama, Rogério Haesbaert e Marcos Saquet; sobre as práticas cotidianas, contamos com Michel de Certeau; no campo dos estudos agrários, utilizamos Bernardo Mançano Fernandes, Klaas Woortmann, Maria Cecília Turatti, Eric Sabourin, Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Jadir

de Moraes Pessoa, sobretudo nos temas do campesinato, da agricultura camponesa e dos assentamentos rurais goianos. A importância teórica está em seu papel de sustentar a interpretação do *real*, identificar e representar os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais que estão na manifestação de determinados eventos, conforme ressaltam Mendes e Pessoa (2009).

Nossa compreensão é a de que, no Brasil, o termo campesinato significa uma categoria política (MARTINS, 1981) e, também, a de que os camponeses participam de uma interdependência entre a terra, o trabalho e o grupo doméstico (família), em uma acepção concreta (patrimônio, produção de alimentos e sustento familiar, comercialização de excedentes ou demais produtos destinados aos mercados locais, em redes, nacionais, internacionais e institucionais) e simbólico (a moralidade, o saber camponês, o compartilhamento de conhecimentos) (WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2008; SABOURIN, 2009; SAQUET, 2014). Sem contar que eles efetivam as ajudas mútuas, os mutirões, as trocas de dias de trabalho, enfim, as relações de reciprocidade mais as parcerias, o trabalho acessório e o trabalho assalariado temporário (WELCH et al., 2009).

Os *camponeses brasileiros, cerradeiros, goianos e sudeste-goianos* são os pequenos proprietários, os posseiros de terras públicas ou privadas, os extrativistas que desfrutam a natureza (*povos das florestas*), os agroextrativistas e ribeirinhos que incorporam atividades agrícolas, os castanheiros, as quebradeiras de coco-babaçu, os açazeiros, os que partilham os *fundos de pasto* (especialmente no Nordeste), os pequenos arrendatários não capitalistas ou *rendeiros* (OLIVEIRA, 2001), os parceiros, os foreiros e os que utilizam a terra por cessão, os quilombolas e frações dos povos indígenas que participam dos mercados, os agricultores familiares especializados e integrados ao mercado e os assentados da reforma agrária (WELCH et al., 2009; SAQUET, 2014).

Realizamos consultas ao *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao *blog* da Superintendência Regional deste órgão em Goiás, extraindo dados sobre os assentamentos. Aliás, as consultas a este *blog* nos mostraram um fato curioso: na Região Sudeste Goiano existiam seis assentamentos<sup>2</sup>, com 179 famílias assentadas em uma área de 8.694,6 hectares. Daí surgiu nossa ideia de abrangê-los, acreditando que seria exequível, que ofereceríamos um *retrato regional* e atenderíamos aos nossos anseios e aos do/a parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) acerca da ampliação da área de pesquisa.

---

<sup>2</sup> Este número aumentou para sete pois em dezembro de 2015 foi criado o Assentamento Ana Ferreira em Ipameri/GO.

No mês de setembro de 2015, durante uma semana, estivemos nesta Superintendência supracitada lendo os projetos de criação dos assentamentos pesquisados, anotando informações sobre eles, sobremaneira os antecedentes práticos da implantação (antigos proprietários, situação produtiva das áreas, condições físico-naturais, potencialidades produtivas, valores das desapropriações, entre outros). Por colaboração, nos forneceram os mapas das fazendas desapropriadas, que usamos para elaborar os nossos.

Sobre a pesquisa de campo, podemos tecer algumas lembranças. Mas, antes, devemos expor a sua importância, centrada em alguns aspectos. Primeiro, possibilita a articulação entre a teoria e a empiria e permite um olhar crítico sobre a realidade que pode, inclusive, se traduzir em uma ação transformadora (ALENTEJANO; ROCHA LEÃO, 2006). Segundo, é o momento de ir além do *gabinete*, experimentando os conceitos e as teorias nos locais onde são, também, produzidas as informações e, recomendavelmente, tensionadas as teorias (MARAFON, 2009). Finalmente, é a ocasião em que o pesquisador se relaciona com os sujeitos da pesquisa e os lugares em que eles vivem, apreendendo daí as suas dinâmicas de vida, de trabalho e as suas representações (SANTOS; PESSÔA, 2009).

Detalharemos, portanto, nosso trabalho de campo. Conhecíamos o Assentamento Olga Benário (Ipameri) por causa das nossas pesquisas anteriores (MONTEIRO, 2009; 2010; 2013) e visitamos o Assentamento Maria da Conceição (Orizona) no início de 2014, juntamente com um estudante do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás/Unidade de Pires do Rio, que fez sua pesquisa de conclusão de curso naquele lugar (PEREIRA, 2013). Ele se dispôs a nos acompanhar quando fôssemos entrevistar os assentados, porém, por uma questão de datas, isto não foi possível.

Estávamos em dezembro de 2014. Por sorte, o pai do pesquisador conhecia três pessoas deste assentamento, com os quais fez contato: dois deles sugeriram fazer uma entrevista coletiva, o que, naquele momento, não era nossa intenção. Desejávamos *acessar* todas as famílias, ir em todos os lotes para traçar quadros gerais e produzir os perfis dos entrevistados. Um dos três, Roberto (esposo da dona Olinda, amiga da avó do pesquisador, que mora duas ruas abaixo da casa onde moram o pai e os avós do pesquisador, na pequena cidade de Pires do Rio, costureira na qual há anos a avó leva suas roupas para serem arrumadas – as redes são plurais!), se prontificou a percorrer o “seu” assentamento conosco.

Iniciamos as entrevistas ainda em dezembro de 2014. Elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A) que abrangia questões abertas, para que os entrevistados pudessem discursar livremente, e questões fechadas (nome, gênero, idade, escolaridade, número de membros da família, tamanho da parcela de terra, local de nascimento,

religião, entre outras). Pelas entrevistas, estabelecemos uma comunicação com os sujeitos pesquisados e nos aproximamos de um entendimento da realidade estudada (CHIZZOTTI, 2009; MATOS; PESSÔA, 2009). Conforme Mendes e Pessôa (2009), procuramos fazer perguntas claras, concisas e centradas no objetivo da pesquisa, conscientes de que, por outro lado, as respostas nos traziam a subjetividade do entrevistado e, mais do que isso, expressavam a sua racionalização, a tentativa ou o movimento de tornar coerente o que poderia ser interpretado como incoerente pelo ouvinte, e, neste processo, o narrador não apenas informa, mas informa interpretando (MARTINS, 2009).

Baseados em Pessôa e Ramires (2013), trabalhamos com uma amostragem não probabilística, tipificada pela acessibilidade ou conveniência, na qual o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo (população). Realizamos 123 entrevistas, entre dezembro de 2014 e junho de 2015, distribuídas na seguinte ordem: 13 entrevistas no Assentamento Maria da Conceição, sem nenhuma gravação (de um total de 16 famílias, conforme mostra o quadro 1), 14 entrevistas no Assentamento Madre Cristina, também sem gravação (ao todo são 16 famílias), 55 entrevistas no Assentamento Olga Benário, com 40 gravações (ao todo, são 84 famílias), sete entrevistas no Assentamento João de Deus, todas gravadas (são, no total, 16 famílias, embora relatos locais deem conta de que três parcelas foram adquiridas por um latifundiário e outras três estão desocupadas, pois os titulares faleceram e/ou se mudaram para a cidade, por causa da velhice ou problemas de saúde, e os filhos não assumiram), 27 entrevistas no Assentamento São Sebastião, com 12 gravações (no total, são 33 famílias) e sete entrevistas no Assentamento Buriti, com quatro gravações (ao todo, são 14 famílias).

Deste total, 63 foram gravadas e transcritas, com a concordância do interlocutor, enquanto as outras foram escritas à medida em que os sujeitos respondiam, gerando, posteriormente, o problema de serem pouco úteis, pois, pelo tempo, anotávamos apenas palavras-chave ou informações, no fundo, pouco relevantes ou que se tornavam sem sentido. Quando iniciamos as entrevistas, escolhemos fazer estes registros escritos. Posteriormente foi que preferimos realizar as gravações. Portanto, não foram todas as entrevistas gravadas por esta razão, além das pessoas que não quiseram gravar. Para concluir as transcrições, levamos cerca de oito meses, já que simultaneamente realizávamos outras atividades, como as leituras, os fichamentos de textos, a realização das entrevistas e a escrita da tese. Optamos por transcrever da maneira mais fiel possível ao modo como os sujeitos falaram pois, de acordo com Whitaker (2002, p. 116), “os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando

erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos”.

Pelas informações produzidas na pesquisa, elaboramos um perfil predominante dos nossos entrevistados: foram homens, católicos, com média de 52 anos, possuidores de lotes de terras com média de 30,78 hectares, que não concluíram o Ensino Fundamental, que moram em duas pessoas na terra, são goianos, naturais da própria região em que foram assentados (Sudeste Goiano) e, com destaque, para o município de Silvânia. Dedicam-se às atividades do *sistema pasto-gado-leite*, comercializando, entre outros produtos, o leite com laticínios, mas diversificam a produção e a utilizam para o sustento da família. Habitam municípios onde predomina a população urbana, se destacam os cultivos de soja e milho (em área colhida e quantidade produzida), a criação de galináceos, bovinos e a produção de leite. Detalharemos, em seguida, algumas destas informações (enquanto outras serão destacadas nas próximas seções), iniciando com a porcentagem dos entrevistados, divididos entre homens, mulheres ou casais (quando o homem e a mulher responderam juntos)<sup>3</sup>.

No Assentamento João de Deus foram sete entrevistados: 86% homens e 14% mulheres. No Assentamento São Sebastião foram 28 entrevistados: 61% homens e 39% mulheres. No Assentamento Olga Benário foram 56 entrevistados: 57% homens, 34% mulheres e 9% casais. No Assentamento Madre Cristina foram 14 entrevistados: 64% homens e 36% mulheres. No Assentamento Buriti foram sete entrevistados: 43% homens, 28,5% mulheres e 28,5% casais. No Assentamento Maria da Conceição foram 15 entrevistados: 73% homens e 27% mulheres. Considerando um total de 127 respostas obtivemos a média de 61,4% de homens entrevistados, 33,1% de mulheres entrevistadas e 5,5% de casais entrevistados (Gráfico 1).

Sobre as idades, no Assentamento João de Deus<sup>4</sup> variaram entre 42 e 72 anos (média de 56 anos). No São Sebastião a variação<sup>5</sup> foi entre 29 e 70 anos (média de 48 anos). No Olga Benário as idades<sup>6</sup> variaram entre 28 e 66 anos (média de 48 anos). No Madre Cristina a variação<sup>7</sup> foi entre 31 e 74 anos (média de 53 anos). No Buriti<sup>8</sup> variaram entre 37 e 70 anos (média de 56 anos). No Maria da Conceição a variação<sup>9</sup> foi entre 29 e 68 anos (média de 50 anos). No conjunto a média é de 52 anos<sup>10</sup> (Gráfico 2).

<sup>3</sup> Foram computadas 123 entrevistas (escritas e gravadas). Porém, em algumas ocasiões eram casais, o que nos levou a considerar duas pessoas – por isso, os dados apontam 127 pessoas.

<sup>4</sup> Foram sete respostas.

<sup>5</sup> Foram 27 respostas.

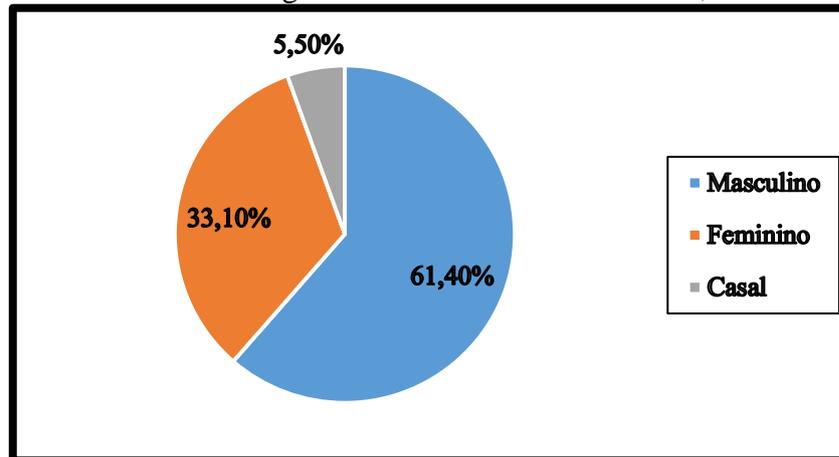
<sup>6</sup> Foram 51 respostas.

<sup>7</sup> Foram 11 respostas.

<sup>8</sup> Foram 10 respostas.

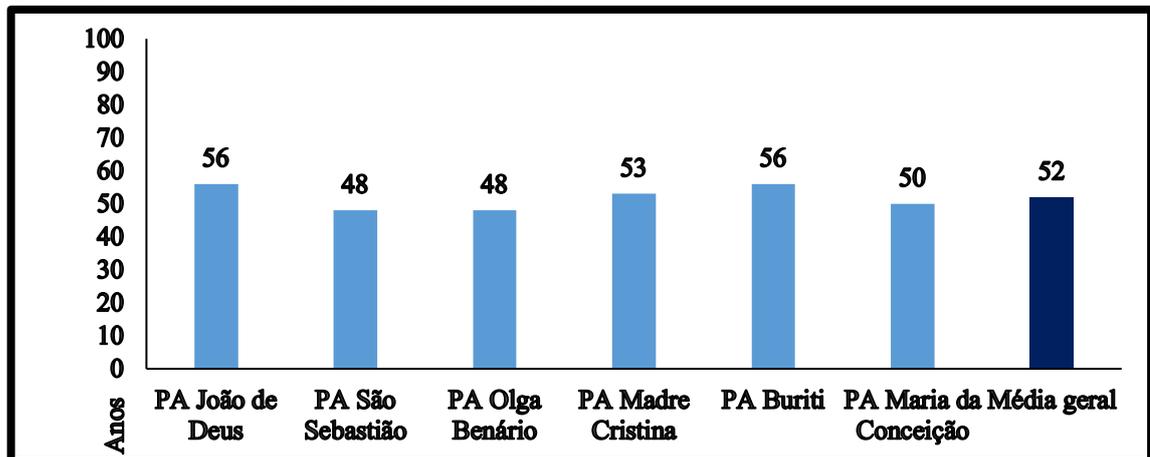
<sup>9</sup> Foram 14 respostas.

<sup>10</sup> Foram, ao todo, 120 respostas.

**Gráfico 1 – Porcentagem dos entrevistados – homens, mulheres ou casais**

Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 - jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (out. 2015)

**Gráfico 2 – Idade média dos entrevistados**

Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (out. 2015)

Acerca do tamanho das parcelas de terras dos entrevistados, no Assentamento João de Deus<sup>11</sup> há uma variação entre 6 – 65 hectares<sup>12</sup>, com média de 18,98 hectares. No São Sebastião<sup>13</sup> a variação foi entre 31,46 – 80 hectares, com média de 49,67 hectares. No Olga Benário<sup>14</sup> há uma variação entre 19 – 49 hectares, com média de 35,04 hectares. No Madre Cristina<sup>15</sup> variam entre 24 e 39 hectares, com média de 29,13 hectares. No Buriti<sup>16</sup> a variação é entre 16 – 26,62 hectares, com média de 18,78 hectares. No Maria da Conceição<sup>17</sup> variam entre 28 e 49 hectares, com média de 33,10 hectares. Com isto, considerando-se as 107 respostas que

<sup>11</sup> Foram sete respostas.

<sup>12</sup> Parcela de um posseiro.

<sup>13</sup> Foram 24 respostas.

<sup>14</sup> Foram 47 respostas.

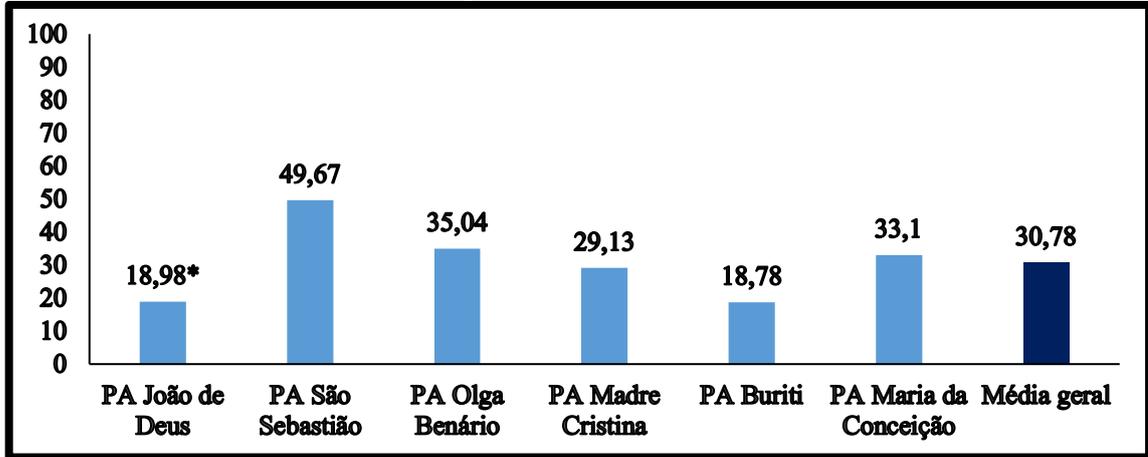
<sup>15</sup> Foram 12 respostas.

<sup>16</sup> Foram seis respostas.

<sup>17</sup> Foram 11 respostas.

registramos, a média dos assentamentos pesquisados na Região da Estrada de Ferro é de 30,78 hectares (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Média do tamanho das parcelas**



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (out. 2015)

\*Excluindo-se a parcela de 65 hectares, a média cai para 12,15 hectares no PA João de Deus.

O único assentamento que, na média que apresentamos, está acima do módulo fiscal do seu município é o São Sebastião, pois em Silvânia o módulo corresponde a 30 hectares. O Buriti e o João de Deus (localizados no mesmo município) se situam abaixo dos 20 hectares. Em Ipameri o módulo é de 40 hectares e, na média, o Olga Benário tem 35,04. Em Goiandira é 35 hectares e o Madre Cristina tem média de 29,13. Por fim, em Orizona o módulo é de 35 hectares e o Maria da Conceição tem 33,1.

Quanto à escolaridade, no Assentamento João de Deus<sup>18</sup> predomina o Ensino Fundamental Incompleto (EFI) (66,7%), seguido de “Não estudou” (33,3%). No Assentamento São Sebastião<sup>19</sup> também predomina o Ensino Fundamental Incompleto (65%), seguido de “Ensino Médio Incompleto” (EMI) (10%), “Não estudou”, “Ensino Fundamental Completo” (EFC), “Ensino Médio Completo” (EMC), “Ensino Superior Incompleto” (ESI) e “Curso Técnico em Agropecuária” com 5% cada. No Assentamento Olga Benário<sup>20</sup>, 59,5% possui Ensino Fundamental Incompleto, 9,5% não estudou, 9,5% tem Ensino Superior Incompleto, 7% tem Ensino Médio Completo, 4,8% tem Ensino Fundamental Completo, 4,8% cursa Educação de Jovens e Adultos (EJA), 2,4% tem Ensino Médio Incompleto e 2,4% tem Ensino Superior Completo (ESC). No Assentamento Madre Cristina<sup>21</sup>, 50% possui Ensino Fundamental Incompleto, 14,3% não estudou, 14,3% possui Ensino Fundamental Completo,

<sup>18</sup> Foram três respostas.

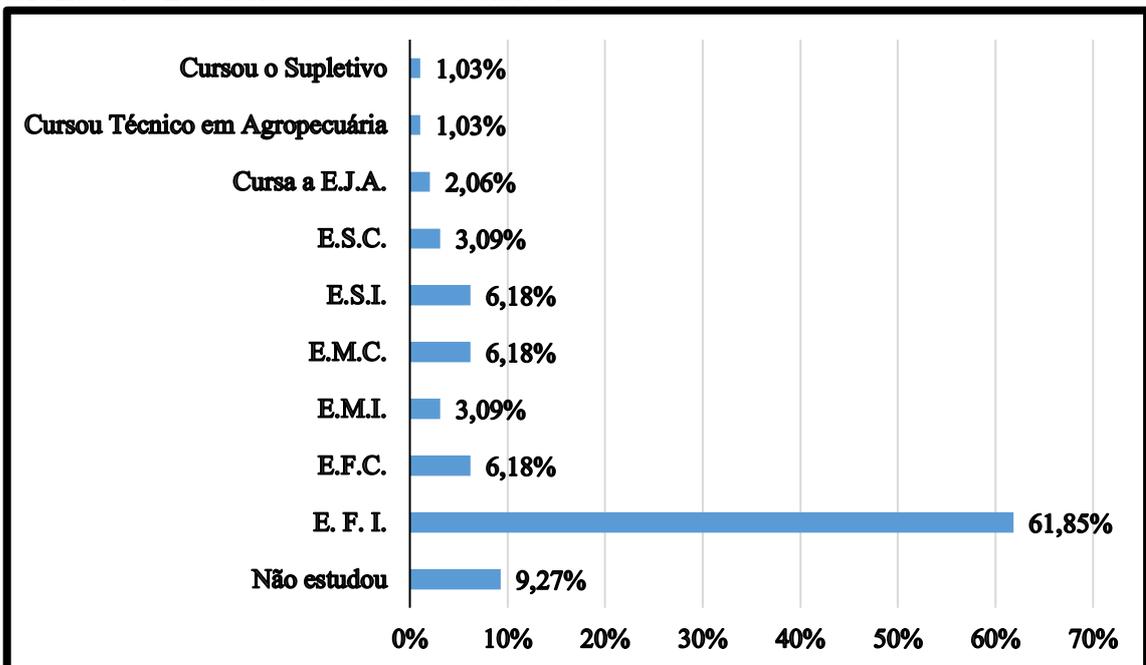
<sup>19</sup> Foram 20 respostas.

<sup>20</sup> Foram 42 respostas.

<sup>21</sup> Foram 14 respostas.

14,3% tem Ensino Superior Completo e 7,1% tem Ensino Médio Completo. No Assentamento Buriti<sup>22</sup>, 85,7% possui Ensino Fundamental Incompleto e 14,2% fizeram o Supletivo. No Assentamento Maria da Conceição<sup>23</sup>, 63,6% possui Ensino Fundamental Incompleto e as categorias “Não estudou”, “Ensino Fundamental Completo”, “Ensino Médio Completo” e “Ensino Superior Incompleto” pontuaram 9,1% cada. No total, considerando-se as 97 respostas que obtivemos, predomina o Ensino Fundamental Incompleto (61,85%), seguido de “Não estudou” (9,27%), Ensino Fundamental Completo (6,18%), Ensino Médio Completo (6,18%), Ensino Superior Incompleto (6,18%), Ensino Médio Incompleto (3,09%), Ensino Superior Completo (3,09%), Faz EJA (2,06%), Fez curso Técnico em Agropecuária (1,03%) e Supletivo (1,03%) (Gráfico 4).

**Gráfico 4** – Escolaridade média dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (out. 2015)

No que se refere ao número de pessoas nas parcelas de terras, no Assentamento João de Deus<sup>24</sup> há a seguinte distribuição: a) 43% com duas pessoas em cada parcela de terra; b) 29% com quatro pessoas; c) 14% com uma pessoa e d) 14% com três pessoas. No São Sebastião<sup>25</sup> são: a) 28,5% com duas pessoas; b) 24% com quatro pessoas; c) 19% com três pessoas; d) 9,5% com cinco pessoas; e) 9,5% com seis pessoas e f) 9,5% com sete pessoas. No

<sup>22</sup> Foram sete respostas.

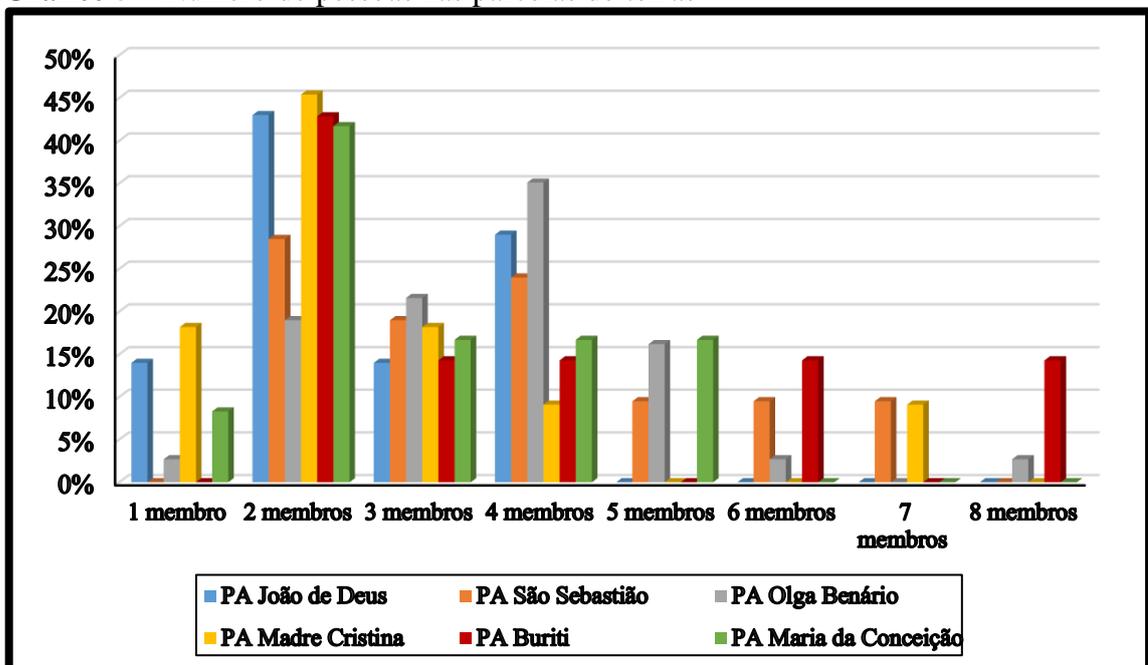
<sup>23</sup> Foram 11 respostas.

<sup>24</sup> Foram sete respostas.

<sup>25</sup> Foram 21 respostas.

Olga Benário<sup>26</sup> temos: a) 35,1% com quatro pessoas; b) 21,6% com três pessoas; c) 19% com duas pessoas; d) 16,2% com cinco pessoas; e) 2,7% com uma pessoa; f) 2,7% com seis pessoas; g) 2,7% com oito pessoas. No Madre Cristina<sup>27</sup>, 45,4% têm duas pessoas; 18,2% têm três pessoas; 18,2% tem uma pessoa; 9,1% têm quatro pessoas e 9,1% têm sete pessoas. No Buriti<sup>28</sup>, 42,8% têm duas pessoas; 14,3% têm três pessoas; 14,3% têm quatro pessoas; 14,3% têm seis pessoas e 14,3% têm oito pessoas. No Maria da Conceição<sup>29</sup>, 41,7% têm duas pessoas; 16,7% têm três pessoas; 16,7% têm quatro pessoas; 16,7% têm cinco pessoas; e 8,3% tem apenas uma pessoa (Gráfico 5). Portanto, com exceção do Olga Benário onde predominam quatro pessoas, nos demais assentamentos são duas pessoas por parcela.

**Gráfico 5 – Número de pessoas nas parcelas de terras**



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (out. 2015)

Relataremos, a partir deste momento, as *andanças* que fizemos na pesquisa de campo, iniciada no Assentamento Maria da Conceição (Orizona/GO), em dezembro de 2014, como mencionamos antes. Primeiramente em um trator (por causa do período chuvoso), depois em um carro, as *paisagens* do Maria da Conceição foram conhecidas. Tivemos uma boa aceitação e acreditamos que isto se deveu à mediação do senhor Roberto. Essas entrevistas foram feitas *semanalmente*, de início aos sábados, depois majoritariamente aos domingos (com

<sup>26</sup> Foram 37 respostas.

<sup>27</sup> Onze (11) entrevistados/as responderam esta questão.

<sup>28</sup> Foram sete respostas.

<sup>29</sup> Doze entrevistados/as responderam esta questão.

exceção de uma sexta-feira em junho), porque eram os dias mais viáveis para o nosso acompanhante. Lá, no Maria da Conceição, observamos que a produção do território estava em seu princípio: as parcelas e as estradas sendo abertas com os cultivos e as moradias provisórias.

Como Roberto sabia que pesquisariíamos outros assentamentos, ele sugeriu nos acompanhar. Pensamos, de início, que isto era pouco cabível já que pretendíamos encontrar um morador de cada assentamento para esta tarefa. Porém, como não tínhamos nada de *concreto*, aceitamos a proposta que, *diga-se de passagem*, foi um acerto. É que ele portava um elemento que nós não possuíamos<sup>30</sup>: a *identidade* de trabalhador rural comunicada pelo seu corpo, suas roupas, sua pele, sua linguagem e sua história. Uma identidade que, literalmente, nos abriu *porteiras, colchetes e portas*, que foi mediação e protagonismo, em alguns momentos *escudo e alívio*, que foi simpatia e, não raro, descontração em conjunto, trocas de conhecimentos, partilha de opiniões, indignações da luta *pela e na* terra e projeções futuras. Quanto a nós, desempenhamos o papel que melhor nos cabia: o de ouvintes.

Embora o pesquisador se apresentasse como tal, ou como estudante (por vezes, de doutorado, o que sempre rendia alguma menção ao trabalho de médico), não raro perguntavam: “*Você é da Prefeitura?*” ou “*Você é do INCRA?*”. E já faziam reclamações, como quem (parece que) não acreditava quando se respondia negativamente e não perdia a chance de lançar uma “indireta”. Ele (o pesquisador) também foi agrônomo em alguns momentos e a pessoa para a qual se dirigiam os pedidos de recursos financeiros ou de algum auxílio.

Francamente, cada ocasião em que chegávamos em algum lote, que o Roberto descia, batia palmas ou gritava: “*Ô fazendeiro!*”, “*Ô patrão!*” ou “*Ô Seu Zé*”, sempre sentíamos um frio na barriga em pensar como seríamos recebidos. Este sentimento nos acompanhou do início ao fim (ele existe?). Em algumas circunstâncias, mesmo os assentados participando da entrevista, havia uma tensão no ar, uma impressão de desconfiança ou de indisposição. Um dia, logo pela manhã, chegamos, nos apresentamos e o assentado iniciou uma conversa agradável com o Roberto (sempre eram os assuntos de *roça*), mas quando pedimos a entrevista, ele disse que não se lembrava de mais nada e que não queria falar! Algumas vezes, fizemos a “entrevista” em pé, em cinco minutos, ouvimos respostas monossilábicas e isto foi constrangedor!

---

<sup>30</sup> Nem o pesquisador, nem o seu pai (Glaydiston) que também esteve presente do início ao fim, nem a sua mãe (Elizabeth) e as duas irmãs (Natália e Vitória) que também foram nossas companheiras em uma ocasião. Uma ressalva deve ser feita à presença do avô José Pereira de Melo, trabalhador rural por toda a sua vida e do senhor Zé do Gurupi, assentado no Maria da Conceição, outras de nossas companhias.

Vivemos algumas situações embaraçosas, ainda, porque não sabíamos em quais lotes moravam os assentados originais e quais já eram repasse/venda. No Olga Benário, exemplificamos duas ocasiões: na primeira, chegamos, fomos recebidos com café (aliás, o estranho era quando não bebíamos ao menos ele) e o Roberto explicou que a pesquisa era para saber da história da luta pela terra, da participação em acampamentos, em movimentos sociais, mas o morador não tinha nada disso para contar, pois tinha comprado as benfeitorias do morador anterior. Para não, simplesmente, levantar e ir embora, fizemos as perguntas possíveis, sobre produção e comercialização. Em outra oportunidade, chegamos em um rancho (não era uma casa), a senhora nos recebeu e começamos a entrevista, mas não funcionou. Aos poucos, ela foi revelando que não morava ali, que não tinha participado de luta ou movimento social, que ela tomava conta daquele rancho junto com outras pessoas, como um rancho de final de semana. Cada pergunta foi como um *fora* e só nos restava a vontade de sair dali o mais rápido possível!

Como argumenta Turatti (2005), as situações conflitivas entre pesquisador e pesquisados não são incomuns, dado o caráter invasivo desta relação, que gera desconfiança por causa do seu propósito, que é produzir conhecimento sobre o “objeto” estudado. E o significado disto para o “objeto” dependerá do seu grau de compreensão, das suas necessidades e da habilidade do pesquisador em se fazer importante.

No entanto, embora não queiramos “*chover no molhado*”, é salutar registrar que vivemos momentos riquíssimos ao escutar as histórias de vida, de luta e de realização de sonhos, de melhoria das condições de vida, as piadas, os causos e as conversas descontraídas, além do já citado café, dos doces, pães, refeições, enfim, no espaço rural do Sudeste Goiano habitam seres humanos incríveis!

Falamos com pessoas de carne e osso e, por isso mesmo, ambíguas (WOORTMANN, 1990), pois, compartilhamos com Saquet (2015 [2011]) a preocupação com os ritmos, as desigualdades, os fatos, fenômenos e processos mais lentos inerentes às *continuidades* políticas, econômicas e culturais (*i*)*materializadas* nos territórios (o trabalho familiar na terra, os momentos das reciprocidades, o catolicismo e o pentecostalismo, a produção de alimentos e a venda do leite), normalmente negligenciados na Geografia Humana, na qual predominam pesquisas sobre mudanças rápidas e intensas, sobre as novas tecnologias e as modernizações. Nos atentamos, portanto, para a vida destes homens e mulheres assentados no Sudeste Goiano, com aquilo que muda mais lentamente, sendo que uma parte destas pessoas não contam, ainda, com energia elétrica e moradias definitivas.

E isto é importante nesta *porção* goiana na qual está territorializada a agricultura capitalista/moderna, ou o agronegócio, que, como destacam Matos e Pessoa (2012), possui um

tempo rápido em suas empresas rurais familiares, com as inovações científico-tecnológicas, o aporte de financiamento público e recursos financeiros privados, servidas com a infraestrutura promovida pelo Estado (como as rodovias) e produzindo monoculturas (soja, milho, cana de açúcar, eucalipto, algodão) para os mercados interno e externo. Na Região, em que pese a agricultura moderna, predomina, ainda, as pastagens no uso e ocupação do solo.

A título de comparação com os assentamentos, nos referimos a Matos e Pessôa (2012, p. 43) quando afirmam que, nas empresas rurais familiares que pesquisaram no Sudeste Goiano (especialmente nas áreas de chapadas dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri), “o processo produtivo é marcado por mecanização, pulverização das lavouras, presença de agrônomos monitorando as plantações, utilização da previsão do tempo, da cotação da soja, enfim, naquele espaço, está inserido tudo que a agricultura científica globalizada requer”.

É nesse contexto que coexiste a agricultura camponesa, em municípios como Ipameri, no qual o tamanho das empresas rurais está entre 1.000 e 30.000 hectares (MATOS; PESSÔA, 2012), produzindo alimentos, diversificando a produção, empregando trabalho familiar e expressando paisagens heterogêneas.

Fizemos, ainda, registros fotográficos e tivemos acesso a fotografias antigas. Ao serem feitas ou cedidas, elas (as fotos) também estabelecem uma troca entre pesquisador-pesquisados-lugar da pesquisa (L’ESTOILE; SIGAUD, 2006). Em seu tratamento teórico, Martins (2009, p. 45) afirma:

A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará; memória das perdas; memória desejada e indesejada; memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece; memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências; memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos.

Entre os meses de maio e agosto de 2016 retornamos aos assentamentos para conversas informais e registros fotográficos, mas também gravamos entrevistas nos assentamentos Madre Cristina e Maria da Conceição, pois, da primeira vez, não havíamos feito nenhuma gravação, consoante já afirmado. Participamos da IV Festa Camponesa no Assentamento São Sebastião (dia 20 de agosto de 2016), depois de termos passado um dia neste assentamento (18 de agosto de 2016), na casa de uma assentada, onde, inclusive, acessamos as fotografias antigas supracitadas.

Finalmente, nosso texto está dividido em cinco seções, incluindo a Introdução e as Considerações Finais. A segunda seção, intitulada “Assentamentos – expressões *(i) materiais* da des-re-territorialização”, aponta aspectos da desterritorialização e da reterritorialização da população rural goiana, por meio da luta pela terra, que se expressa nos assentamentos rurais. Na terceira seção, “Os modos de vida (re)territorializados na *(i) materialidade*”, explicamos as territorialidades nos assentamentos rurais, que são materiais e simbólicas, pluriescalares e multidimensionais, envolvendo a política, a cultura e a economia, pelas relações de poder. Por fim, nossa quarta seção, denominada “Sobre a heteronomia e as práticas cotidianas: os/as camponeses/as do Sudeste Goiano produzem territórios heterônomos e plurais!”, destacamos as dependências concretas (mercado e governos federal e municipais) e simbólicas (religiosidades), nas quais estão inseridas as famílias, produzindo a heteronomia e a pluralidade dos assentamentos rurais.

## 2 ASSENTAMENTOS: expressões (*i*)*materiais* da des-re-territorialização

“Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”.  
(CERTEAU, 2014 [1980], p. 170)

“Nós ocupamos essa terra pra adquirir ela, pra nós trabalhar e sobreviver porque nós tava morrendo... morrendo de fome, morrendo de falta de moradia, morrendo de falta de tudo, porque quando cê tem fome, num tem saúde, num tem vida digna, num tem prazer, num tem alegria, num tem nada, só ‘desvaneio’ na vida”.  
(Entrevistado 14, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015)

“Mas eu falei: ‘Eu vou pro acampamento, só que tem uma coisa: de lá eu só saio pra terra’”.  
(Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015)

Nosso propósito, nesta segunda seção, é interpretar os aspectos da des-re-territorialização camponesa no Sudeste Goiano, realçando, sobretudo, a reterritorialização nos assentamentos rurais, pela qual os participantes da luta pela terra inauguraram seus territórios contra hegemônicos (e as suas territorialidades, por certo) *intercalados* aos territórios da agricultura capitalista/agronegócio cravados na referida *porção* regional de Goiás. A princípio, porém, contextualizamos o cenário brasileiro da reforma agrária e o mundo rural goiano, no subitem 2.1.

### 2.1 O cenário brasileiro da reforma agrária e o mundo rural goiano: uma contextualização

Embora fracionada, lenta, insuficiente para desconcentrar a propriedade da terra e alterar o Índice de Gini, (ainda) com baixos rendimentos, ausência ou carência de infraestruturas e acesso parcial às políticas públicas, a reforma agrária brasileira acontece, pelo menos, há 40 anos, *menos* como uma política de governo e *mais* pela pressão exercida pelos movimentos sociais (ou *socioterritoriais*), as suas ocupações de terras, negociações e formas de pressão, desencadeando a criação dos assentamentos. Em termos gerais, em nosso país, os assentamentos ocupam mais de 80 milhões de hectares, onde moram mais de um milhão de famílias (FERNANDES, 2015).

Sendo fato que: “Ella [reforma agrária] se hace en el día a día por la lucha de los sin tierra y los gobiernos son obligados a responder a estos movimientos de resistencia”<sup>31</sup> (FERNANDES, 2015, p. 10), enfatizamos que, pela ligação com os latifundiários (governos antes de 1950), por terem oportunizado as bases do agronegócio e dissimulado, pela

---

<sup>31</sup> “Ela se faz no dia a dia pela luta dos sem-terra e os governos são obrigados a responder estes movimentos de resistência”. (Tradução livre).

promulgação do Estatuto da Terra (1964), a realização da reforma agrária (governos militares) e por aceitarem/sustentarem a hegemonia do agronegócio sobre o campesinato (governos neoliberais das décadas de 1980/90 e pós-neoliberais ou neodesenvolvimentistas dos anos 2000), é que a reforma agrária permanece enquanto uma disputa territorial que, na percepção de Fernandes (2015), deve romper o predomínio do agronegócio para se cumprir.

Sucintamente, o número de famílias assentadas nos governos de José Sarney (1985/89) - durante o qual, inclusive, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que atingiu apenas 6% da sua meta (foram assentadas 82 mil famílias, de uma previsão de um milhão e quatrocentas mil) -, Fernando Collor (1990/92) e Itamar Franco (1992/94), foi de 97.147. A título de comparação, no seu primeiro mandato (1994/98), Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) criou 2.345 assentamentos para 300.654 famílias (média de 75.164/ano). A expectativa do seu governo era de que isto resolveria os conflitos fundiários, entretanto, as ocupações de terras permaneceram ascendentes por causa, principalmente, da criação dos assentamentos e da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Assim, o segundo mandato deste governo se caracterizou pela criminalização das ocupações e, por consequência, a diminuição do número de ocupações e assentamentos (foram criados 1.965 assentamentos com 163.348 famílias (FERNANDES, 2000; 2007; 2015; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

No ano de 2003, por causa da vitória de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), houve, novamente, aumento nos números de ocupações, já que, enquanto candidato em 1989, 1994, 1998 e 2002, Lula havia se comprometido com a reforma agrária (FERNANDES, 2000; 2007; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014). Em oito anos (2003/06 – 2007/10), o Governo Lula, consoante Fernandes (2015), assentou 463.667 famílias, a metade do que estava previsto para quatro anos. Ainda assim, foi a maior ação de reforma agrária realizada, embora com a preponderância da regularização fundiária (74%) sobre a expropriação (11%) e as outras formas (compra e reconhecimento).

Finalmente, nos três primeiros anos (2011/13) do primeiro mandato de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), foram criados 367 assentamentos com 26.557 famílias (FERNANDES, 2015), indicando, portanto, um declínio combinado ao discurso, enunciado em 2010, de que seria mais importante investir nos assentamentos existentes do que criar novos. Deste modo, conforme reportagem do Instituto Socioambiental (2016), no ano de 2015, o Governo Dilma não desapropriou nenhum hectare, conquanto em abril de 2016, como estratégia política diante da possibilidade (concretizada) do *impeachment*, assinou, no mesmo

dia (1º de abril), 21 decretos de desapropriação de terras, somando a distribuição de 35.000 hectares para assentamentos. De modo geral, nesta gestão, houve uma contração na reforma agrária.

A Superintendência do INCRA de Goiás (SR-04) foi criada em 1970 e a implantação de assentamentos rurais no estado teve início em 1986. A maior parte dos assentamentos goianos estão em fase 3 (assentamento criado), independentemente do ano de criação. Foram implantados, principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). De acordo com o Relatório Dataluta (2016), em Goiás existem 456 assentamentos, com 26.241 famílias, ocupando 1.094.913 hectares (estes dados abrangem os anos 1979-2015).

A despeito disto, apresentaremos uma síntese sobre o *mundo* rural goiano.

A história goiana se combinou à agropecuária desde o século XIX, momento em que a mineração foi justaposta, principalmente, pela agricultura de subsistência e pela pecuária extensiva, que era a forma de ocupação econômica mais viável após o declínio da exploração do ouro de aluvião<sup>32</sup>. Pelas estradas *boiadeiras*, se tornou comum o transporte de gado até as regiões Sudeste e Sul (PESSOA, 1999) e, além disto, Goiás também exportava couros, peles, solas de gado, café e algodão. A fazenda era, desta forma, o modelo de organização social, investindo na autossuficiência e na poliatividade (estratégia de sobrevivência), cultivando, especialmente, mandioca (com a qual se fazia farinha), leite (para fazer queijo) e usando a banha de porco para fazer sabão (ARRAIS, 2013).

No *mundo* rural goiano, o **coronel** era uma *figura de poder e de autoridade* e, em sua propriedade rural, moravam vaqueiros, sitiantes, *camaradas* e jagunços que se dedicavam à venda de bois e dependiam do coronel. Ele representava, sobretudo, um arranjo político, um pacto que envolvia diferentes escalas de governo (municipal, estadual e federal) e fazia a mediação entre as instituições políticas e a população interiorana. Nas suas fazendas, trabalhavam os negros que tinham sido escravizados e também homens livres que recebiam, como pagamento, crias de gado, na razão de um bezerro a cada quatro que nasciam, conforme Pessoa (1999).

A relação de trabalho dominante no *sertão* goiano, da ocupação do estado até o início do século XX, foi a *agregação*, e isto definiu para o nosso trabalhador rural, por seguidas gerações, uma concepção de que a terra era *alheia* ao seu domínio. Ela era o espaço do coronel, do fazendeiro e, frequentemente, por uma questão de estratégias de reprodução camponesa, até

---

<sup>32</sup> Depósito de cascalho, areia e argila que as enxurradas formam junto às margens ou à foz dos rios (FERREIRA, 2010).

do compadre. De todo modo, sempre um bem do patrão, o agricultor (meeiro, agregado, vaqueiro, peão, camarada) se ajustava numa relação de trabalho nem sempre com bases contratuais seguras (PESSOA, 1999).

Entre os anos 1920-40, com a penetração da estrada de ferro no Sudeste Goiano, ocorreu uma valorização fundiária, pois, como salienta Arrais (2013), o valor médio do hectare em Goiás (em 1920) era o penúltimo do Brasil (custava oito réis), maior apenas que do Acre (seis réis). A ferrovia facilitou, também, a ampliação das trocas e a expansão do capital mercantil, industrial e bancário. Com esta expansão da fronteira agrícola, o Sudeste brasileiro começou a ser abastecido com produtos primários e a ter mercado para os seus produtos industriais (indústrias emergentes), já que a economia goiana estava vinculada à paulista (PESSOA, 1999). A estrada de ferro contribuiu, portanto, na modernização de equipamentos de consumo urbano, mormente nas cidades que tinham estação ferroviária; na ampliação de relações comerciais com núcleos urbanos distantes e no fortalecimento destas relações com o Sudeste brasileiro; e, na fundação ou dinamização de municípios (ARRAIS, 2013).

Por conta da *modernização conservadora da agricultura*, ocorrida a partir dos anos 1960-70, se processou uma redução do volume de cultivos tradicionais (o arroz, por exemplo), a ampliação do assalariamento e da concentração fundiária e a perda da biodiversidade. Sem contar que se adotou, ainda na agricultura, um padrão de especialização para exportação, priorizando-se o mercado externo em detrimento do interno, com a progressiva destruição da pequena propriedade. Os grandes proprietários, os grupos agroindustriais e os grupos internacionais (por exemplo, Cargill, Bunge, Perdigão, Dreyfus) foram, então, os agentes da modernização em Goiás. O processo de urbanização foi acompanhado das mudanças no campo, o que inclui a densidade técnico-informativa (os silos, as rodovias, os pivôs, os galpões de criação, as pistas de pouso, as aeronaves pulverizadoras) (ARRAIS, 2013).

Desta maneira, a economia goiana contemporânea se configura pela densidade rodoviária (por exemplo, a BR-050 no Sudeste Goiano), demandada pelo transporte de cargas (caminhões), especialmente de grãos e farelo de soja, para os portos e armazéns; pela exportação de produtos primários (do complexo soja e carne); pela expansão das monoculturas de soja (por exemplo, em Catalão e Ipameri) e cana de açúcar, além da mineração; pela importação de produtos industrializados da cadeia automotiva, do setor farmacêutico e de insumos agrícolas químicos ou mecânicos. No cerne deste processo, acontecem também as desterritorializações de pequenos agricultores quando, por exemplo, se alagam terras onde eles vivem, visando a produção hidrelétrica; ou se reproduzem formas de trabalho escravo, como

constatado em usinas de álcool e açúcar nos municípios goianos de Ceres, Jataí, Itarumã e Porteirão (ARRAIS, 2013).

Diante da modernização e sua conseqüente concentração fundiária, foi preciso que os trabalhadores (ou uma parte deles) lutassem pela retomada da terra, por meio das ocupações (PESSOA, 1999). De acordo com Fernandes (2000; 2015) e Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), estas são a principal forma de acesso à terra no Brasil e surgiram em Goiás, consoante destaca Pessoa (1999), na década de 1980, evoluindo de resistências isoladas ou de grupos que estavam em posses antigas para uma ação organizada com a orientação de mediadores, como os sindicatos de trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Diocese de Goiás e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A propósito, em nosso estado, o MST se espacializou e se territorializou em 1986 e teve, para isso, o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e do setor progressista da Igreja Católica (FERNANDES, 2000). No Sudeste Goiano, a territorialização do Movimento se deu a partir de 2002, organizando vários acampamentos, dos quais resultaram o Assentamento Olga Benário, em Ipameri (MATOS, 2011), o Assentamento Madre Cristina, em Goiandira e o Assentamento Ana Ferreira, também em Ipameri, criado em 2016.

Antes disto, tivemos lutas camponesas importantes, como o Movimento de Santa Dica (1923-26), ocorrido em Pirenópolis e que girou em torno de Benedita Cypriano Gomes (Dica e, depois, Santa Dica). Na Fazenda Lagoa (atual Distrito de Lagolândia), as pessoas constituíram um grupo denominado de Comunidade dos Anjos ou Calamita dos Anjos e, neste aglomerado, buscavam curas e milagres. Porém, junto com este aspecto religioso, o movimento trazia um questionamento da propriedade quando se pregava que a terra era de Deus, contestava a legislação vigente e a autoridade da Igreja. Em 1926, o governo reprimiu a movimentação, ocasionando mortes, expulsões e a prisão de Santa Dica (PESSOA, 1999; VASCONCELLOS, 2013).

Pela estrada de ferro, as Ligas Camponesas se instalaram no Sudeste Goiano (anos de 1940), em municípios que, atualmente, contam com assentamentos rurais, como Goiandira e Orizona, além de Pires do Rio, Catalão, Nova Aurora e Urutaí. Em Orizona, onde está o Assentamento Maria da Conceição, desde 2010, entre 1948-52 aconteceu a Luta do Arrendo, cujo objetivo foi diminuir a taxa do arrendo que caiu da faixa entre 70-40% para 20%. Em 1952, Gregório Bezerra (do Partido Comunista do Brasil) propôs ao Comitê Municipal de Pires do Rio a “*invasão*” das terras da Região do Campo Limpo (Orizona), onde se lutou pela baixa do arrendo. Uma pequena parte dos camponeses aceitaram e isto atraiu forte repressão policial que,

por sua vez, acarretou na revolta contra o Partido e, por consequência, no fim do movimento (LOUREIRO, 1988; PESSOA, 1999).

Foi naquela época, também, que o Partido Comunista organizou associações de trabalhadores rurais em Goiás, como, por exemplo, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Formoso (1954), cuja proposta foi reunir os posseiros da região para defender a terra da grilagem, desenvolver o cooperativismo e criar escolas. Simultaneamente, estávamos no contexto da modernização da grande propriedade goiana que, assim como na escala nacional, desencadeou mudanças técnicas (uso de trator, insumos químicos, agrotóxicos, sementes e medicamentos veterinários) e relacionais (intensificação do trabalho volante, do assalariamento, da expropriação de pequenos proprietários, de parceiros, de posseiros e o desenvolvimento da agricultura capitalista) (PESSOA, 1999).

Nos anos 1960 uma experiência de ocupação de terra quase emplacou em Goiás, com a tentativa de ocupação da Fazenda Saloba, próxima ao Distrito de Salobinha, município de Jussara, mas a polícia sufocou o movimento. Vinte anos depois, a primeira ocupação ocorreu na Fazenda São João do Bugre ou Fazenda Estiva (município de Goiás), que foi desapropriada em 10 de agosto de 1987. A segunda foi a Fazenda Serra Branca, conjugada com a Fazenda Boa Vista, localizadas no município de Itapirapuã. No dia 03 de janeiro de 1985, aconteceu a ocupação da Fazenda Mosquito (também no município de Goiás), sete meses antes da criação do MST no estado, que ocorreu em janeiro de 1986, por ação da CPT e apoio da FETAEG, conforme destacamos anteriormente. Após dois despejos, as famílias se transferiram para a Praça Cívica de Goiânia para aumentar a repercussão. Posteriormente, foram assentadas e o Assentamento Mosquito (Goiás) foi o primeiro criado, em 1986 (PESSOA, 1999). Desse movimento na Praça Cívica surgiu, igualmente, o Assentamento João de Deus (Silvânia), o terceiro mais antigo de Goiás, conforme mostraremos adiante.

Foram ocupadas as fazendas Pedregulhos/Três Pontes e Rio Paraíso (Jataí, em 1985-86), a Retiro (Goiás, em 1988), a Velha (Itapirapuã, em 1988), a Rancho Grande e a Vereda Bonita (Goiás, em 1989), a São João da Lavrinha (Goiás, em 1991), desapropriada em dezembro de 1993. Houve também a desapropriação da Fazenda Três Barras, em Cristalina. O “*fermento*” para as ocupações foi a insatisfação acumulada pelos trabalhadores rurais goianos, com a ampliação dos grandes estabelecimentos rurais de Goiás, e a mediação de entidades sindicais, religiosas, partidárias e os movimentos sociais (PESSOA, 1999).

No primeiro Governo Íris Rezende (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – 1983-1986), foram criados os seguintes assentamentos: Tijuqueiro (Morrinhos), Ribeirão do Meio (Anicuns), Poções ou Boa Vista (Formosa), Águas Claras e Patrimônio/Forte (São João

da Aliança), Babilônia (Mineiros), Paranã I (também em Formosa). No segundo mandato (1991-1994), nenhum assentamento foi criado. Mas, o importante foi que as ocupações se tornaram um aprendizado político (PESSOA, 1999) e continuaram a serem realizadas, conquistando assentamentos em todo o estado de Goiás. No Sudeste Goiano, onde *coexistem* a agricultura camponesa e a agricultura capitalista (especializada na produção de soja, milho, cana de açúcar, café, trigo, algodão, sorgo e feijão, nas empresas rurais familiares de Catalão, Campo Alegre, Ipameri, Orizona, Silvânia, Vianópolis e Gameleira de Goiás), como destaca Matos (2011), em três dos municípios citados temos também os assentamentos, expressões da (re)territorialização camponesa em lugares com concentrada estrutura fundiária.

Apresentamos, na tabela 1, dados sobre a estrutura fundiária de Goiás, conforme o Anuário Estatístico de 2005 (último disponível, com informações datadas de outubro de 2003), divulgado pelo Instituto Mauro Borges (2016).

**Tabela 1** – Estrutura fundiária de Goiás

Estado de Goiás	Quantidade	Porcentagem (%)	Área (hectares)	Porcentagem (%)
<b>Total de imóveis rurais cadastrados no INCRA</b>	146.461	---	30.956.930,4 ha	---
<b>Pequenas propriedades</b>	103.205	70,5%	5.034.458,2 ha	16,3%
<b>Médias propriedades</b>	31.168	21,3%	9.104.528,3 ha	29,4%
<b>Grandes propriedades</b>	12.088	8,2%	16.817.943,9 ha	54,3%

**Fonte:** Anuário Estatístico de Goiás de 2005 (dados de out/2003) – Instituto Mauro Borges (2016)

**Organizado por:** MONTEIRO, R. de M. (2017)

Observamos que, dos *146.461* imóveis rurais goianos cadastrados no INCRA (out/2003), *103.205* eram pequenas propriedades (70,5%), entretanto, ocupando **5.034.458,2** hectares (16,3%), de um total estimado em 30.956.930,4 hectares. As médias propriedades, somando *31.168* (21,3%) abrangiam **9.104.528,3** hectares (29,4%); finalmente, as grandes eram *12.088* (8,2%) em **16.817.943,9** hectares (54,3%). Notamos, com isto, a desigual distribuição da terra em Goiás. Nos municípios onde se localizam os assentamentos do Sudeste Goiano, a mesma concentração é verificada, embora em graus distintos, como mostramos na tabela 2.

**Tabela 2** – Estrutura fundiária dos municípios com assentamentos no Sudeste Goiano

(continua)

Municípios →	Goiandira	Ipameri	Orizona	Silvânia
<b>Total de imóveis rurais</b>	458	1390	2138	2118
<b>Área total (ha)</b>	50.538,7 ha	439.413,5 ha	185.896 ha	254.148,5 ha

<b>a) Pequenas propriedades (%)</b>	359 (78,4%)	717 (51,6%)	1790 (83,7%)	1575 (74,4%)
<b>Área (ha)</b>	20.129,4 ha (39,8%)	47.014,3 ha (10,7%)	80.827,9 ha (43,5%)	63.842,6 ha (25,1%)
<b>b) Médias propriedades (%)</b>	91 (19,9%)	491 (35,3%)	313 (14,6%)	426 (20,1%)
<b>Área (ha)</b>	22.431,3 ha (44,4%)	155.699,9 ha (35,4%)	74.832 ha (40,2%)	96.842,4 ha (38,1%)
<b>c) Grandes propriedades (%)</b>	8 (1,7%)	182 (13,1%)	35 (1,7%)	117 (5,5%)
<b>Área (ha)</b>	7.978 ha (15,8%)	236.699,3 ha (53,9%)	30.236,1 ha (16,3%)	93.463,5 ha (36,8%)

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás de 2005 (dados de out/2003) – Instituto Mauro Borges (2016)

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2017)

Assim, em **Goiandira**, cujo módulo fiscal são 35 hectares, tinham 458 imóveis rurais, em 50.538,7 hectares. Do total, 359 eram pequenas propriedades (78,4%), utilizando **20.129,4** hectares (39,8%); as médias, 91 (19,9%), ocupando **22.431,3** hectares (44,4%); por fim, haviam oito grandes propriedades (1,7%) sobre **7.978** hectares (15,8%). No município de **Ipameri**, com módulo de 40 hectares, existiam 1.390 imóveis rurais, ocupando 439.413,5 hectares. As pequenas propriedades somavam 717 (51,6%), distribuídas em **47.014,3** hectares (10,7%); as médias, 491 (35,3%), em **155.699,9** hectares (35,4%); as grandes, eram 182 (13,1%), ocupando **236.699,3** hectares (53,9%), sendo este o município, dentre os quatro, com maior concentração fundiária. Em **Orizona** (módulo de 35 hectares), existiam 2.138 imóveis rurais dispersos em 185.896 hectares. Destes, 1.790 (83,7%) eram pequenas propriedades, assentadas em **80.827,9** hectares (43,5%); as médias, somavam 313 (14,6%), em **74.832** hectares (40,2%); as grandes, 35 (1,7%), em **30.236,1** hectares (16,3%). É o município, por outro lado, com menor concentração da terra. Por último, em **Silvânia** (módulo de 30 hectares), haviam 2.118 imóveis, em área de 254.148,5 hectares. Deste total, as pequenas propriedades somavam 1.575 (74,4%), ocupando **63.842,6** hectares (25,1%). As médias, 426 (20,1%), em **96.842,4** hectares (38,1%); as grandes, somavam 117 (5,5%), em **93.463,5** hectares (36,8%). Esta é, portanto, uma das dimensões da importância da (re)territorialização camponesa e da criação de assentamentos na região estudada.

Mas, o que isto significa? Entendemos que a territorialização é o processo de apropriação social de um fragmento do espaço por meio das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes de circulação e comunicação, das conflitualidades que envolvem as diferenças, as desigualdades e as identidades determinadas historicamente. A dinâmica de apropriação e *produção* do território se realiza em um

movimento mais abrangente de des-re-territorialização (processo *TDR*<sup>33</sup>), que, por sua vez, refere-se à mobilidade dos indivíduos e às mudanças e permanências que estão em qualquer arranjo espacial (tanto no campo quanto na cidade). Por serem concomitantes, a des-re-territorialização se relaciona com a mobilidade da força de trabalho, de pessoas com necessidades, desejos, anseios e sonhos (SAQUET, 2005; 2009; 2014; 2015 [2011]).

A despeito das nuances, Souza (2013) sistematiza, enquanto motivações para a territorialização de um espaço e o seu controle, os *recursos naturais* da área em questão (o que se produz ou quem produz naquele espaço), o *valor estratégico-militar* e as *ligações afetivas e de identidade* entre um grupo social e o seu espaço. Estas motivações estarão, *sempre*, ligadas ao *substrato espacial material* e/ou aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais (as imagens de lugar).

No Sudeste Goiano, os assentamentos se tornaram a expressão (*i*)*material* do movimento de des-re-territorialização e exprimem o processo (em curso) de territorialização do espaço, cujo controle é mantido (em termos relativos) pelas famílias que ali vivem e trabalham (ou vivem *porque* trabalham e vice-versa), lugar apossado, pela luta, por estas pessoas, conforme situaremos nesta seção.

Algumas informações que registramos ao longo das entrevistas (entre dezembro de 2014 e junho de 2015, principalmente) nos possibilita dissertar uma súpula do surgimento dos assentamentos. Na Região Sudeste Goiano, o primeiro assentamento implantado foi o João de Deus, em 1987, no município de Silvânia. Sua história, como já reportamos, coincide com o surgimento dos primeiros acampamentos de trabalhadores rurais em Goiás, sendo que o mais emblemático foi organizado na Praça Cívica de Goiânia (marco da construção da cidade no século XX), quando a reivindicação feita ao governador Íris Rezende (PMDB) era terra. Após duas reuniões, o governador ofereceu a Fazenda João de Deus, em Silvânia, que era *herança vacante*, ou seja, o proprietário faleceu sem ter herdeiros e a propriedade, de 521 hectares, retornou para o estado de Goiás. Todavia, os trabalhadores não aceitaram porque o tamanho da terra não era suficiente para o número de demandantes.

O senhor Amparo, que foi um dos nossos entrevistados, participou destas negociações, na qualidade de funcionário da FETAEG, juntamente com o Carlos Montalvani (na época, diretor-secretário da mesma instituição) e o Zé Rufino (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silvânia, naquele período), sendo que este último estava interessado na terra oferecida. Foi o Carlos que, em Silvânia, conversou com o Zé Rufino para que ele

---

<sup>33</sup> A obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari é elementar para a discussão do processo TDR.

conseguisse os “companheiros” para irem para a fazenda e, depois, requereram a área junto ao governador.

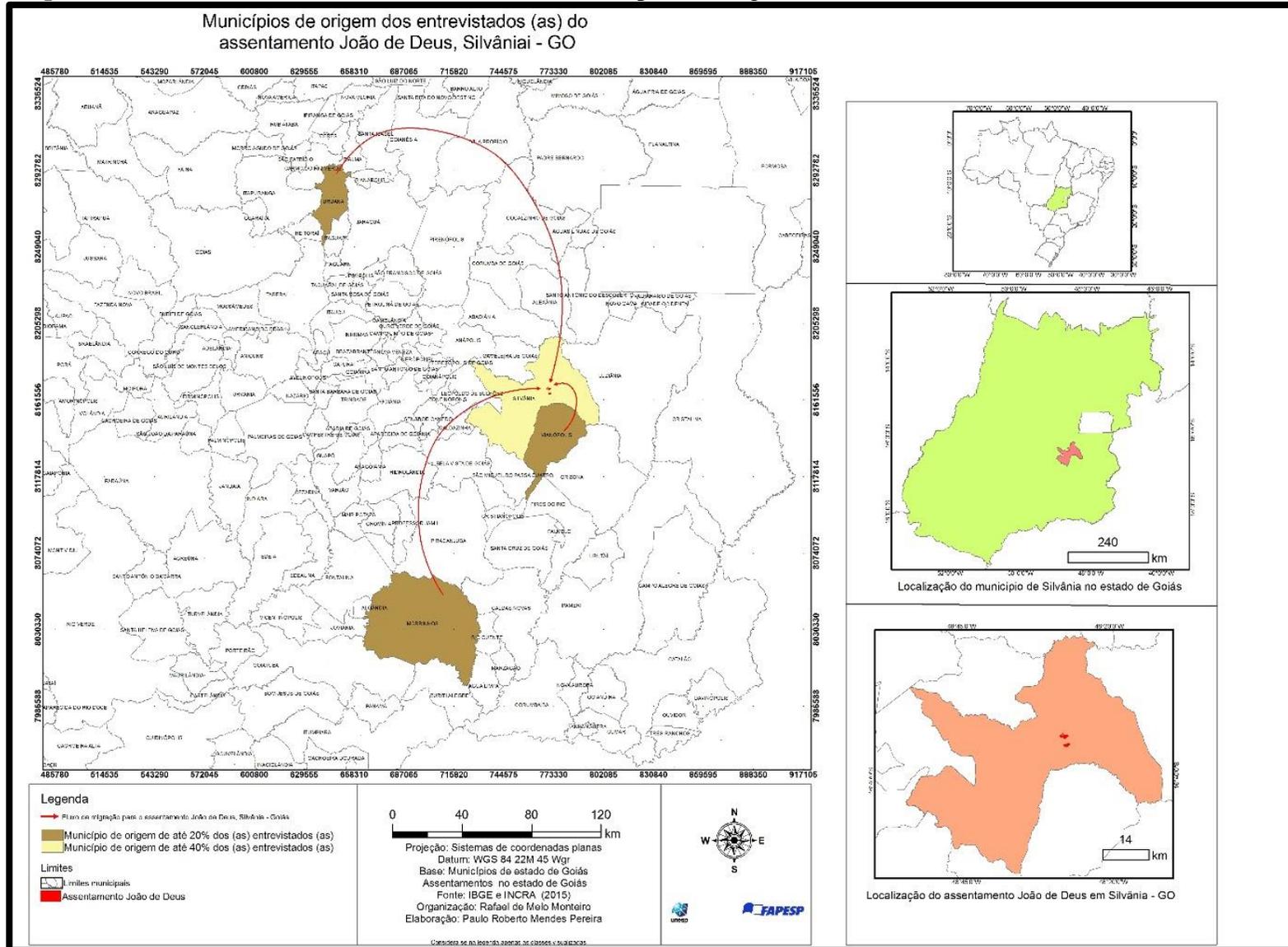
O governo estadual repassou a propriedade para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, por seu turno, operou o parcelamento. Concomitantemente, o Sindicato organizava as famílias; e alguns proprietários rurais que tinham fazendas ao redor da área que seria transformada em assentamento pleitearam partes da fazenda como *pedaços* das suas propriedades. O INCRA cedeu e, aos trabalhadores foram destinados 370 hectares. Eles ocuparam a terra no ano de 1986, apesar de, oficialmente, a criação deste assentamento tenha sido em 1987. De início, os lotes foram repartidos com tamanhos entre sete e oito hectares que, por serem pequenos e insuficientes, as famílias se empossaram de dois lotes.

No movimento de des-re-territorialização é mister mostrar, também, os *lugares de origem* (estados e municípios) destes indivíduos que estão assentados no Sudeste Goiano. Nas entrevistas perguntamos as naturalidades dos entrevistados, de modo que pudemos elaborar alguns mapas a respeito. Deste modo, no João de Deus, todos que entrevistamos são de Goiás, distribuídos pelos municípios de Silvânia (40%), Morrinhos (20%), Uruana (20%) e Vianópolis (20%) (Mapa 8).

No ano de 1994, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia encerrou as suas atividades, porém, foi reativado pelo Amparo. Entre 1995-96 iniciou uma ação para outra conquista de terra em Silvânia, que resultou no Assentamento São Sebastião. As pessoas foram ordenadas pela sindicalização, pelo preenchimento de fichas e foram escolhidas entre 42-48 famílias (estes grupos eram compostos por pessoas conhecidas). As reuniões sobre a reforma agrária aconteciam na Paróquia de Silvânia, com o apoio do padre Antônio Ávila e da irmã Manuelina (posteriormente ela foi transferida para a Amazônia). Ocuparam a Fazenda São Sebastião (2.195,5 hectares) duas vezes, sendo que, inicialmente, o proprietário rejeitou a ocupação. As famílias sofreram ameaças de jagunços que, durante a noite, disparavam tiros.

Naquele tempo, o MST tinha realce em escala nacional e o proprietário foi advertido de que, no lugar das famílias ocupantes pelo Sindicato, poderia vir o pessoal do Movimento. Com isto, ele consentiu que ficasse um vigia, já que ele tinha interesse em vender a fazenda para o INCRA. A segunda ocupação durou até a emissão da posse. Estavam acampadas entre seis e dezessete famílias, que recebiam cestas básicas do Sindicato e das outras, interessadas na terra, mas que trabalhavam fora e não ficaram acampadas (os *externos*).

Mapa 8 – Assentamento João de Deus/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados



Com uma moradora do local, logramos uma fotografia que apresenta o grupo de pessoas que ocupou, nos anos 1990, a Fazenda São Sebastião (Fotografia 1). Ainda que sem o parcelamento definitivo, as pessoas se espalharam pela fazenda, edificando, provisoriamente, as suas moradias. Três anos depois, a divisão estava concluída, porque as famílias se mobilizaram e contrataram um agrimensor para fazer o serviço, que custou, na época, seis mil reais (R\$ 6.000,00). No parcelamento, procurou-se garantir água em todos os lotes e não realizaram sorteios. O que sucedeu foi que, ainda no acampamento, fizeram uma associação, denominada, atualmente, de Associação dos Produtores da Região do São Sebastião da Garganta e elaboraram uma ata na qual expuseram que as famílias que ficaram acampadas tinham receio de que as melhores terras fossem destinadas para aquelas que não acamparam. Sem contar que já tinham casas erguidas e hortas plantadas. Por isso o INCRA admitiu esta decisão e, em 1997, o Assentamento São Sebastião estava, oficialmente, implantado (conforme as narrativas que ouvimos).

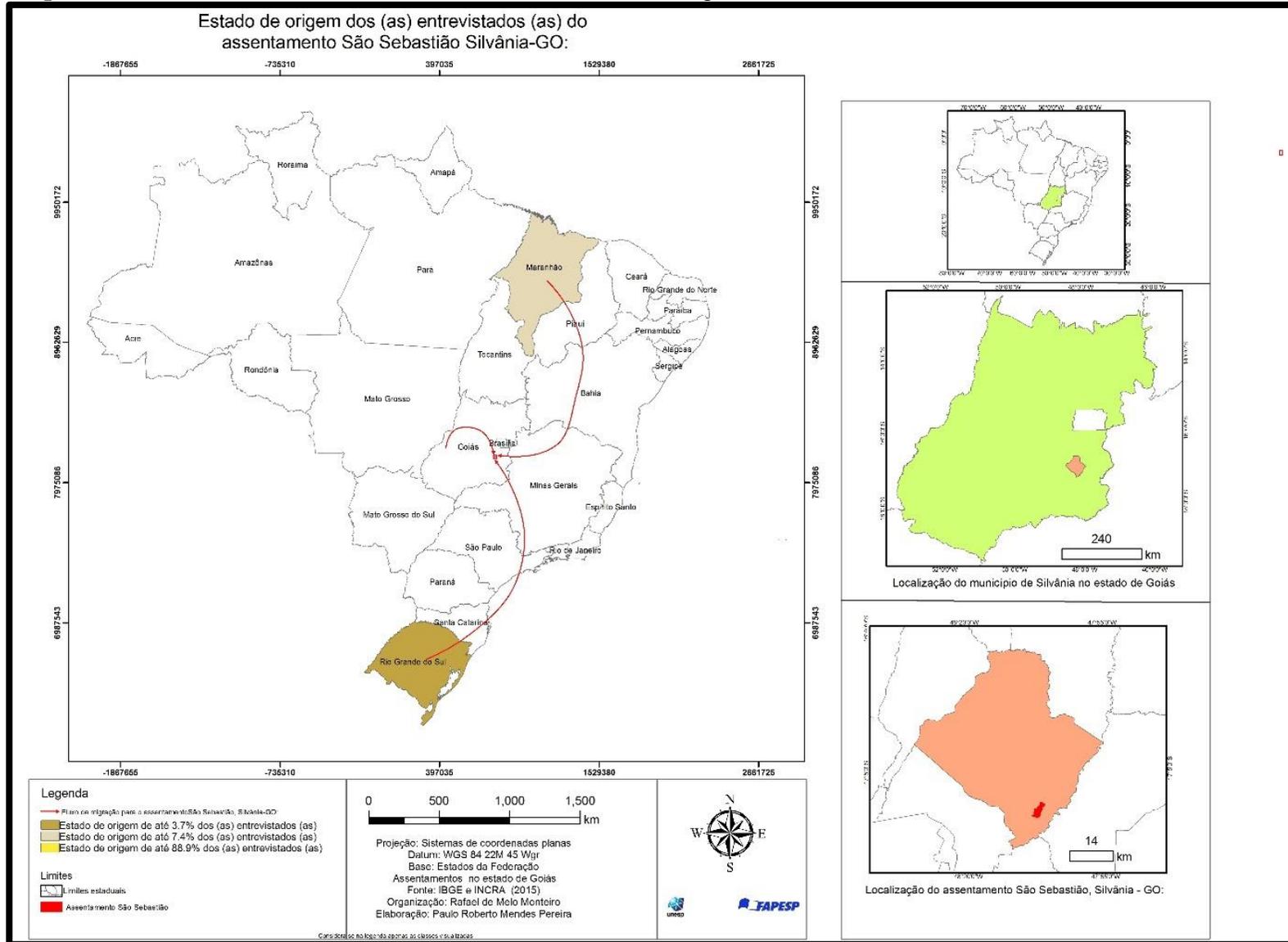
**Fotografia 1** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: o grupo de ocupantes da fazenda



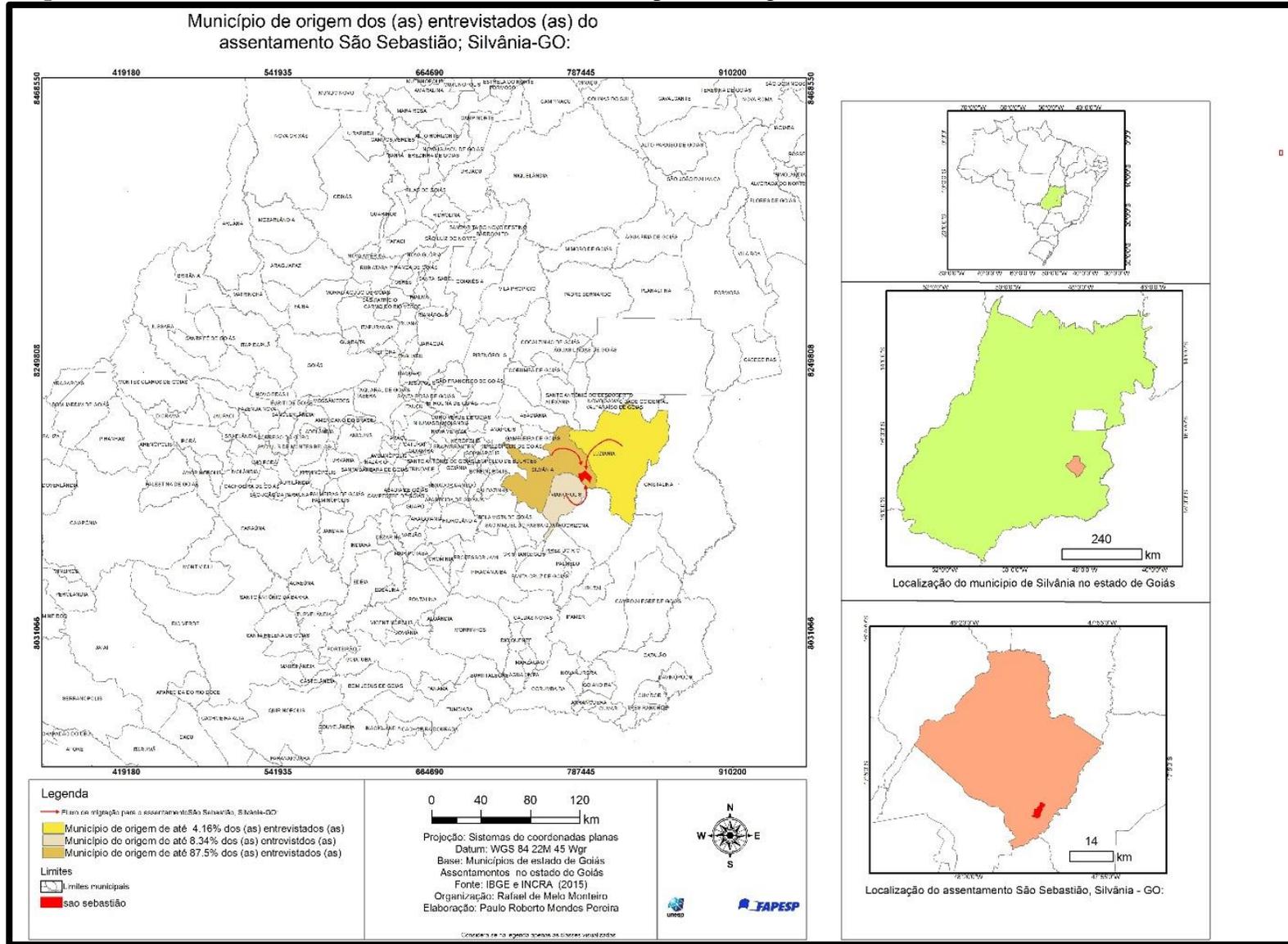
**Fonte:** Arquivo de Sandra Faria (1996-97, aproximadamente)

Ali, encontramos, predominantemente, pessoas naturais de Goiás (88,9%), enquanto 7,4% são do Maranhão e 3,7% do Rio Grande do Sul (Mapa 9). E 87,5% são naturais de Silvânia, 8,3% de Vianópolis (município vizinho) e 4,2% de Luziânia (também vizinho) (Mapa 10).

Mapa 9 – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: estado de origem dos entrevistados



Mapa 10 – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados



Oito anos depois (2005), foi instaurado o Assentamento Olga Benário, situado no município de Ipameri. A obtenção da terra se deu pela organização das famílias junto ao MST, ou seja, diversas pessoas acampadas em Goiás mais outras que ocupavam a sede do INCRA, em Goiânia, acamparam cerca de dez meses na entrada da propriedade, denominada Fazenda Ouro Verde (4.322 hectares), ao passo que avançavam as negociações entre os titulares do imóvel e o INCRA. Não houve confronto com o fazendeiro, mesmo porque, de acordo com os relatos, havia o interesse na venda da propriedade. Encerradas as negociações e com a retirada de dezenas de caminhões de gado, como *cortesia*, as famílias ganharam uma vaca para fazerem a festa da posse e entraram na fazenda.

O pré-assentamento durou cerca de dois anos, momento em que foram estabelecidos seus *lugares* interinos. Custearam o parcelamento e, posteriormente, transcorreram os sorteios - as famílias estavam divididas em grupos, de modo que o sorteio foi primeiro para definir qual área seria de qual grupo e, em seguida, entre os grupos, sortearam os lotes de cada um (informações das entrevistas).

Foi no interstício deste processo que emergiram as propostas de organização coletiva, feitas pelo MST com o apoio do INCRA. Além desta opção, poderiam eleger a constituição de uma porção coletiva e, outra, familiar (dividindo um hectare por família na área propícia para lavoura e o restante da fazenda ficaria sem divisão); ou, tradicionalmente, o parcelamento por família, que foi a definição da maioria. No entanto, seis famílias (três com laços de parentesco, incluindo um dos dirigentes nacionais do MST) fundaram o Coletivo Margarida Alves<sup>34</sup> (Imagem 1) que, em determinado momento e por razões que detalharemos na próxima seção, arrendou suas terras para a soja, originando uma divisão interna no assentamento, já que, cerca de 50 famílias (de um total de 84) instituíram a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB), em 2008, e não consentiram a participação do Movimento (ou melhor, da liderança ligada à ele). É fato que esta associação foi idealizada para ser um fator de unidade política, porém, se tornou o símbolo do rompimento das famílias com o MST, conforme apuramos nas entrevistas e singularizaremos posteriormente.

---

<sup>34</sup> É preciso mencionar que, no que se refere às outras famílias que compuseram o Coletivo, houve, pelos relatos, grande rotatividade, pois, muitas pessoas não se adaptaram ao modelo.

**Imagem 1** – Área do antigo Coletivo Margarida Alves/Ipameri/GO



Fonte: Google Earth (19/09/2016)

Quando arrendou as terras para o plantio de soja, o objetivo do grupo foi auferir renda para a construção de um poço artesiano que garantisse água para as famílias coletivizadas, posto que, cada uma delas tinha um quintal de dois hectares para produção doméstica. Além disto, esta resolução foi tomada após uma série de prejuízos financeiros, relacionados a outros cultivos que eles não conseguiram inserir no mercado. Apesar disso, entre 2009-10, o Coletivo se individualizou devido as dificuldades de comercialização, a ausência de (acesso a) políticas públicas e aos conflitos internos. Como fizeram uma agrovila, com as seis casas ao lado ou em frente umas das outras, com a ruptura, as famílias, *agora*, têm a casa separada da terra (ou, da maior parte dela).

Finalmente, a introdução de políticas públicas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), injetou ânimo aos sócios da ASPROAB, que têm pretensão de formar uma cooperativa. Da mesma forma, as famílias que permaneceram identificadas com o MST (cerca de 20) e que não participam da ASPROAB também articulam a abertura de uma cooperativa. As dificuldades financeiras, de produção e comercialização, a ausência de políticas públicas em períodos anteriores, a lentidão dos processos burocráticos (licenças ambientais, calendário de recursos governamentais) desestimularam algumas famílias que, em certos casos, venderam as suas benfeitorias e repassaram seus lotes; em outros, decidiram não participar de nenhum grupo, atuando isoladamente (estes são minoria) (informações das entrevistas).

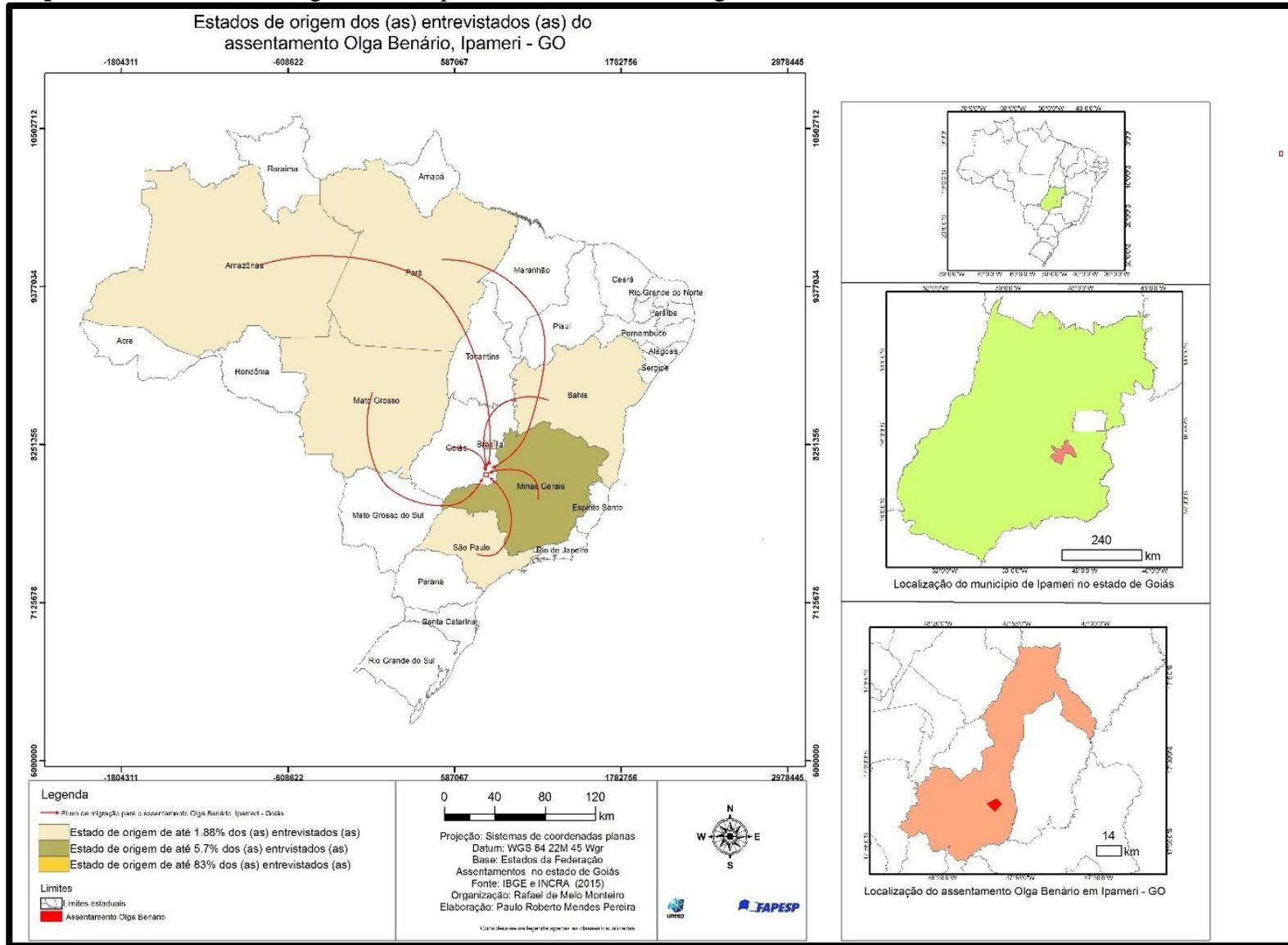
No caso do Assentamento Olga Benário, as origens são diversas, tanto de estados quanto de municípios goianos. São, maiormente, de Goiás (83,02%) assim como de Minas Gerais (5,70%), Bahia, Brasília, Amazonas, Pará, São Paulo e Mato Grosso (cada um com 1,88%), como situamos no mapa 11. Quanto aos municípios, em ordem decrescente, são de Ipameri (22,80%), Jussara, Morrinhos (ambos com 9,09%), Piracanjuba, Cidade de Goiás, Pires do Rio, Itaguaru, Urutaí (cada um com 4,54%), São Simão, Itaguari, Goiânia, Iporá, Itapuranga, Santa Cruz de Goiás, Inhumas, Jandaia, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, Itapirapuã, Campo Alegre de Goiás, Aruanã, Itaberaí, Niquelândia e Aurilândia (2,27% cada) (Mapa 12).

Outro assentamento coordenado pelo MST, na região, foi o Madre Cristina, localizado no município de Goiandira, criado em 2009 pela desapropriação da Fazenda Cachoeira do Veríssimo (729 hectares). Depois que as famílias, deslocadas de acampamentos, entraram na terra, ficaram agrupadas por 15 dias, antes de se dispersarem. O pré-assentamento durou cerca de um ano e haviam 22 famílias, mas foram demarcadas 18 parcelas, ou seja, algumas ficaram excedentes. Os lotes foram escolhidos por *bom-senso*, o que significa que não houve desacordo – cada família permaneceu no lugar escolhido. Ouvimos relatos de que a proposta de organização coletiva foi feita, porém, sem adesão.

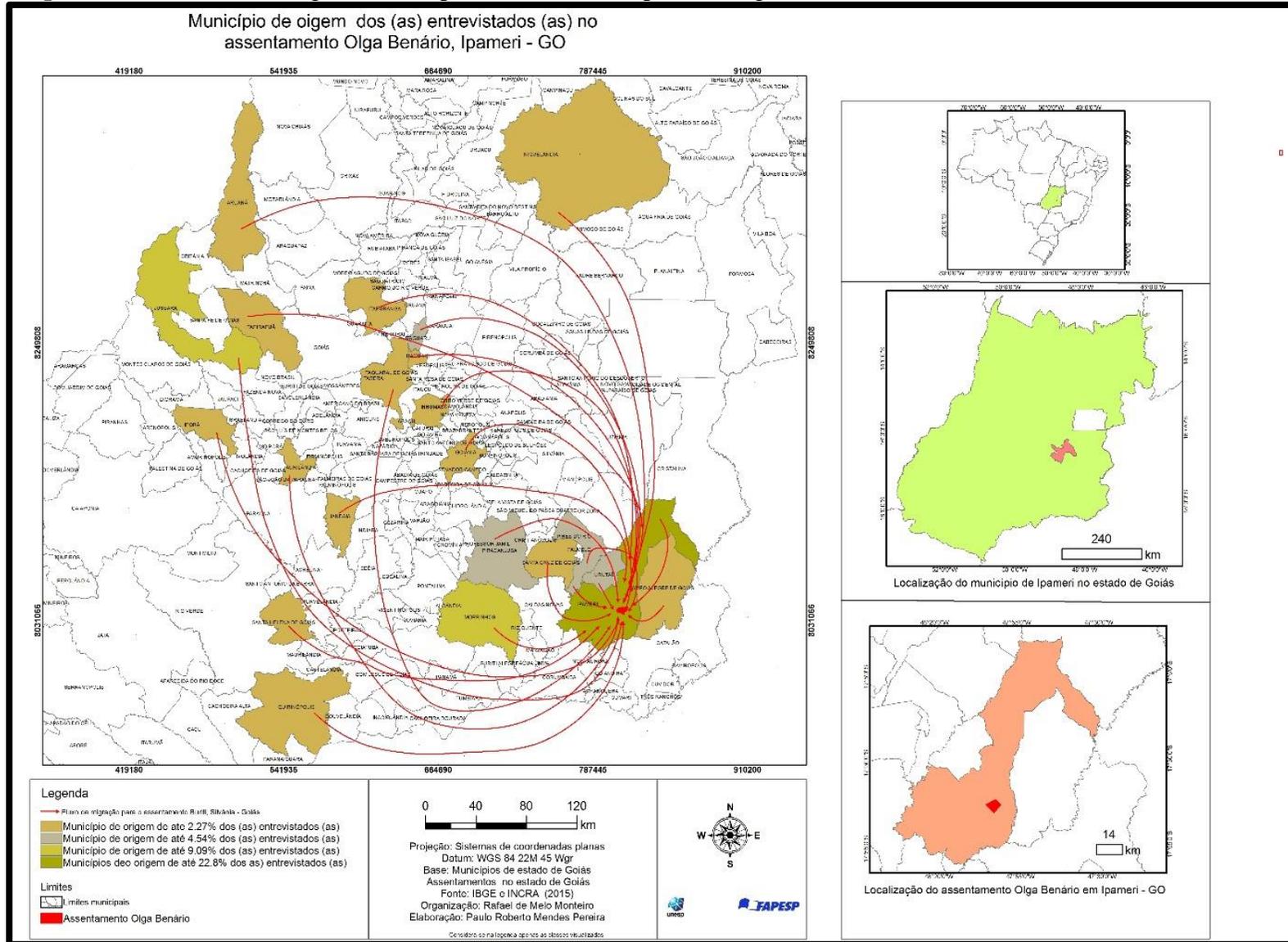
O INCRA recomendou a abertura de uma associação para acesso a recursos governamentais (sobretudo as casas), todavia, por conflitos pessoais e internos, as famílias formaram duas: a Associação Produtiva de Agricultores Familiares do Assentamento Madre Cristina e a Associação El Shadai dos Pequenos Agricultores do Assentamento Madre Cristina. Uma, composta por cerca de 11-12 famílias, cujo objetivo era obter fomentos e manter diálogo com o INCRA; a outra, conforme as entrevistas, foi formada por cerca de 4-5 famílias, sendo um grupo mais fechado, comandado por mulheres interessadas em receber o Apoio Mulher. Em 2016 receberam a orientação, de um técnico do INCRA, de que deveriam se unir em apenas uma associação, para terem credibilidade. As famílias acordaram isto, mas o presidente de uma das associações resolveu não cancelar a sua, pois acredita que, caso haja mudança na gestão municipal, conseguirá benefícios do provável novo prefeito. A liderança do MST, também por problemas internos, se retirou do assentamento. Na ocasião em que estivemos realizando as entrevistas, ele já não se encontrava mais lá.

Nele, estão pessoas oriundas de Goiás (76,92%), do Ceará (15,38%) e de Minas Gerais (7,70%), consoante detalhamos no mapa 13. São de municípios como Ipameri (20% - município vizinho), Inhumas, Santa Cruz de Goiás/Urutaí (o respondente nasceu em um município, mas foi registrado em outro), Goiandira, Mossâmedes, Morrinhos, Uruaçu, Ceres e Goiânia (10% cada), como explicitamos no mapa 14.

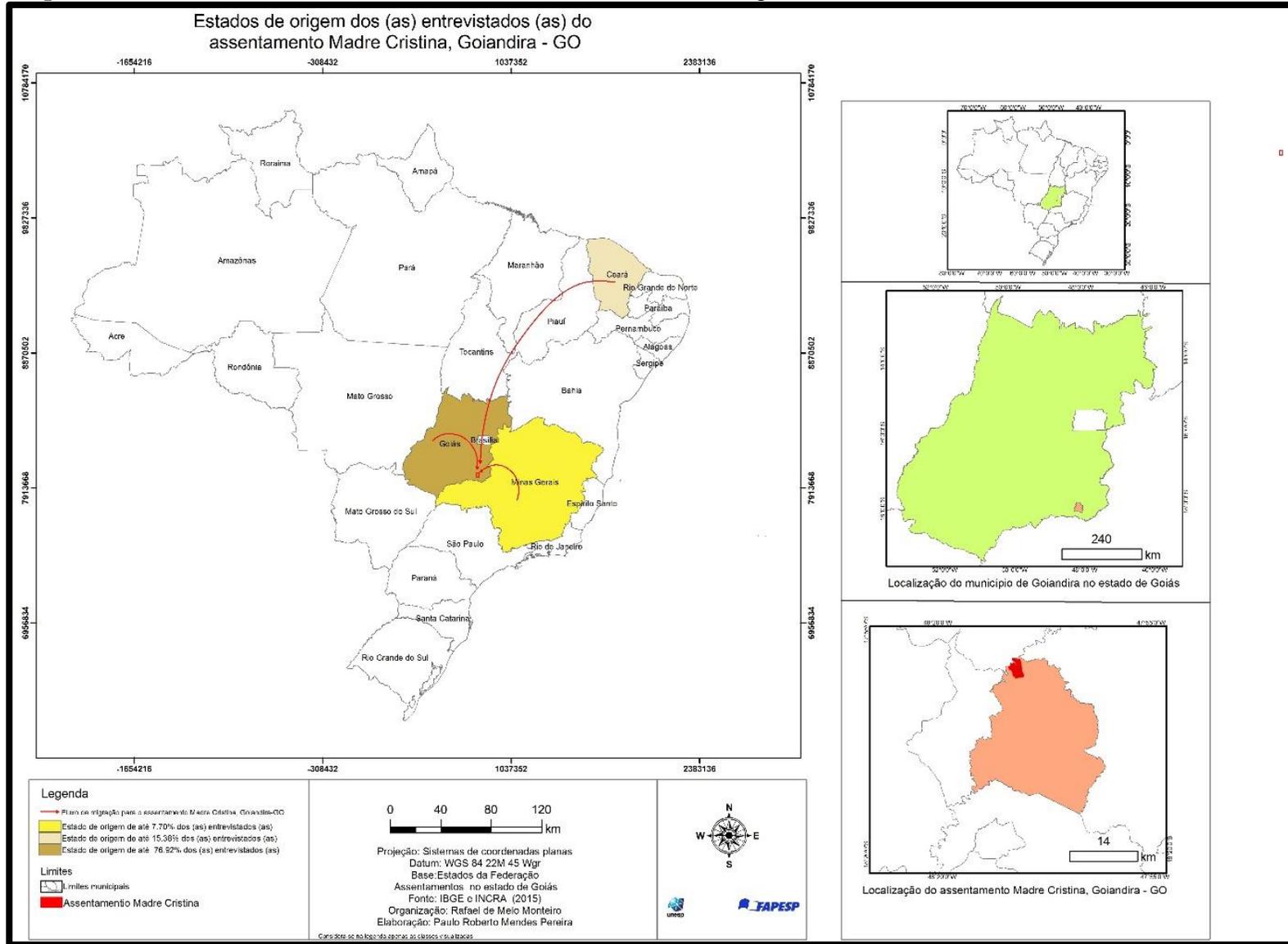
**Mapa 11 – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: estados de origem dos entrevistados**



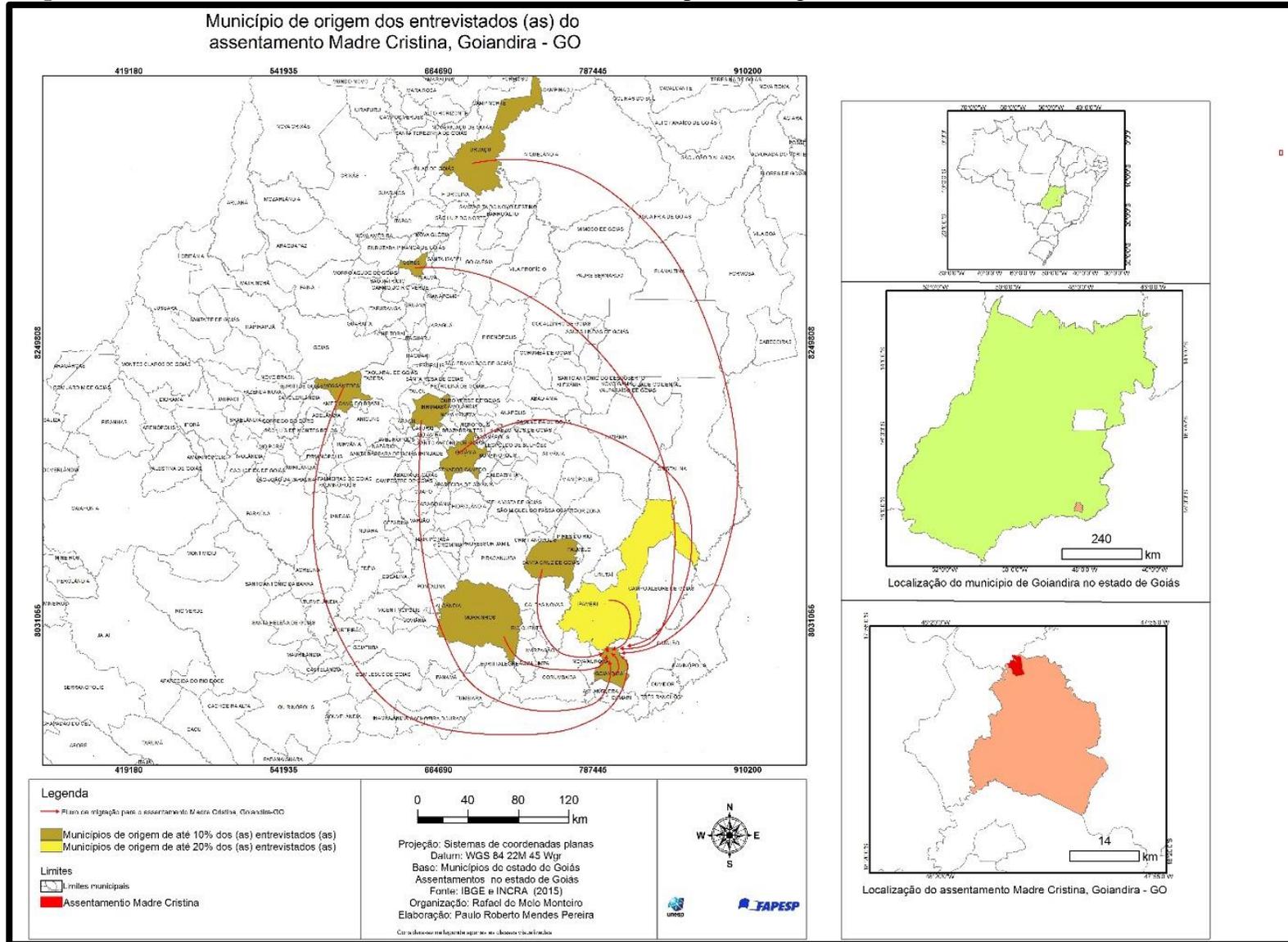
Mapa 12 – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: municípios de origem dos entrevistados



Mapa 13 – Assentamento Madre Cristina/Goiandira/GO: estados de origem dos entrevistados



Mapa 14 – Assentamento Madre Cristina/Goianira/GO: municípios de origem dos entrevistados



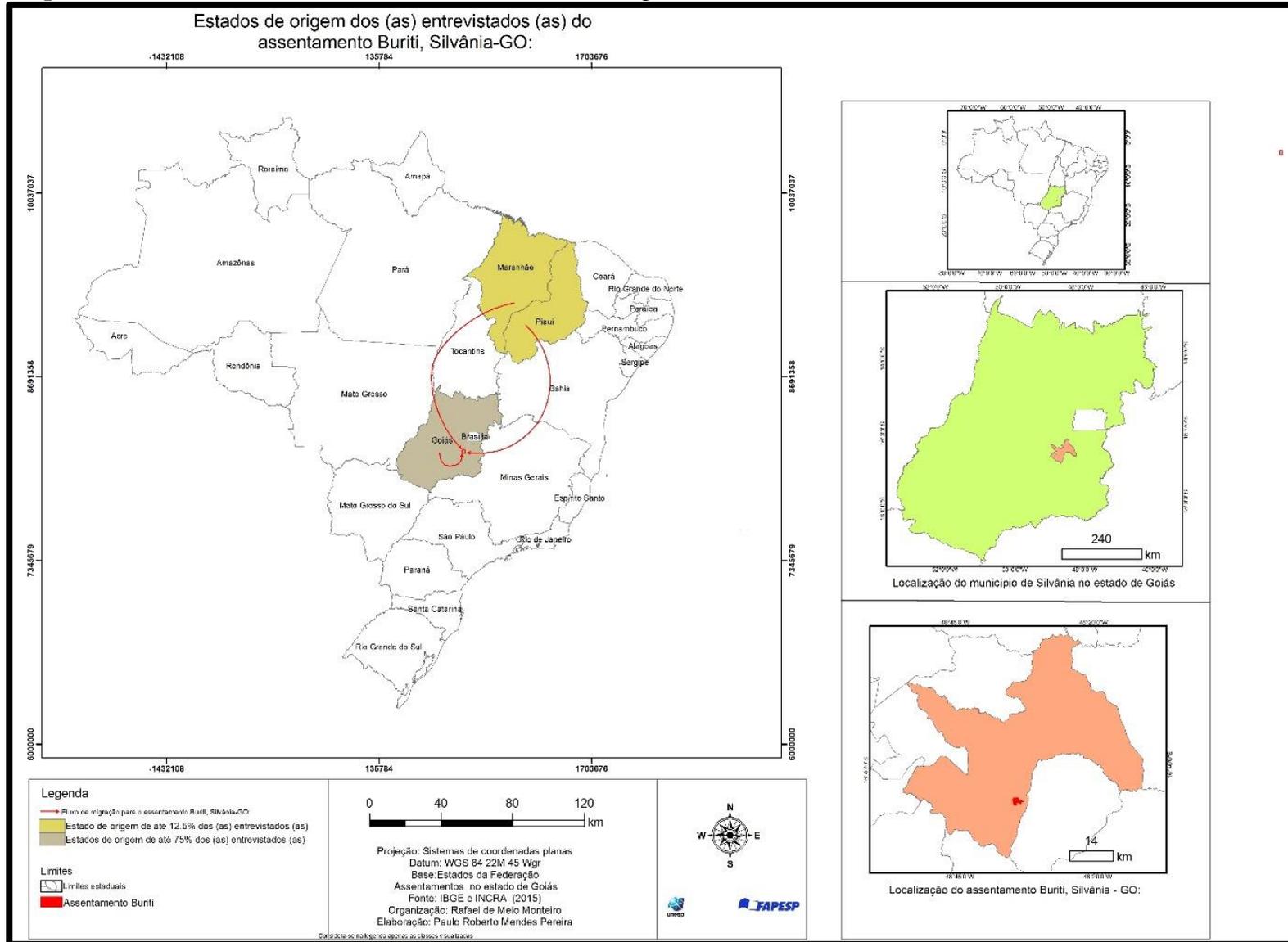
Também em 2009 foi estabelecido o Assentamento Buriti, em Silvânia, comandado pelo Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC). Foram dois anos para a conquista da terra. A Fazenda Funil e Algodão (320,3 hectares) estava desativada porque o seu proprietário havia perdido o imóvel para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ocupação foi feita por cerca de 120-200 pessoas e, no final das contas, o INCRA comprou a propriedade. O intervalo entre a aquisição e o mapeamento dos lotes somou mais de dois anos. Foram assentadas 14 famílias, uma vez que as demais saíram para outros assentamentos, movimentos sociais ou desistiram da luta.

Os que estão neste lugar nasceram em Goiás (75%), Maranhão (12,5%) e Piauí (12,5%), conforme retratamos no mapa 15. Do mesmo modo, nasceram nos municípios goianos de Silvânia (50%), Leopoldo de Bulhões (33,33% - município próximo) e Buriti Alegre (16,67%) (Mapa 16).

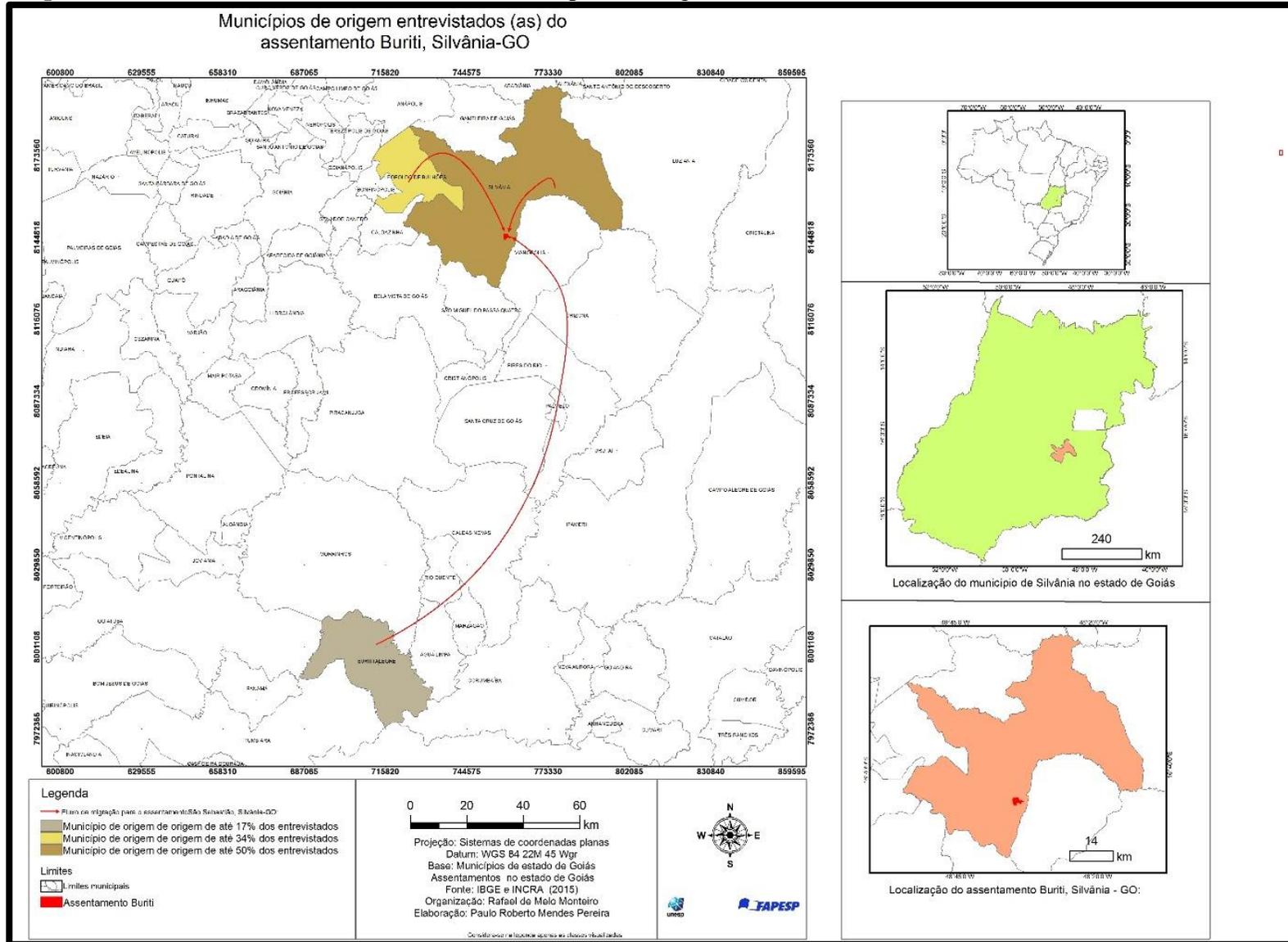
Por fim (dentro do nosso recorte espacial), em 2010, foi inaugurado o Assentamento Maria da Conceição, em Orizona, por meio da desapropriação da Fazenda Campo Limpo e Barreiros (792,7 hectares). Este assentamento, inicialmente, foi organizado pelo MST, cujo acampamento ocorreu em Pires do Rio (município vizinho). De acordo com um dos nossos entrevistados, em determinada circunstância, o Movimento orientou a base a roubar gado e, assim, garantir a alimentação das famílias participantes, que, ao que consta, somavam mais de 700 pessoas. Realizado o ato (uma cabeça de gado de uma chácara vizinha), isto fomentou uma separação, de modo que uma parte dos acampados não quiseram prosseguir sob o comando do MST que, por isto, se deslocou (junto com os que permaneciam com o Movimento) para Ipameri, ao tempo em que os que se mantiveram, passaram para a tutela da FETAEG, que, *digase de passagem*, já contribuía com assessoria jurídica e cestas básicas. Desta maneira, consolidada a mudança, eles receberam a seguinte orientação, na voz de um assentado que participou do processo: “*Quem ‘roubá’ num ganha terra. Se ‘tivé’ dentro da terra, ‘robô’, perdeu a terra*”.

O apreço pela pacificidade se traduziu, também, na conjunção em que as famílias sabiam que a terra já havia sido comprada pelo INCRA, o próprio fazendeiro os procurou enquanto estavam acampados na entrada do imóvel, *autorizou* a entrada e, ainda assim, optaram por esperar as ordens da FETAEG. Estavam cerca de 26 famílias, contudo, foram assentadas 15 mais um ex-funcionário da propriedade, que trabalhava há 28 anos no local. Permaneceram agrupados em torno da antiga sede da fazenda, que tinha energia elétrica e água, por cerca de dois-três anos. Sortearam os lotes e foram se instalando neles (informações das entrevistas).

Mapa 15 – Assentamento Buriti/Silvânia/GO: estados de origem dos entrevistados



Mapa 16 – Assentamento Buriti/Silvânia/GO: municípios de origem dos entrevistados



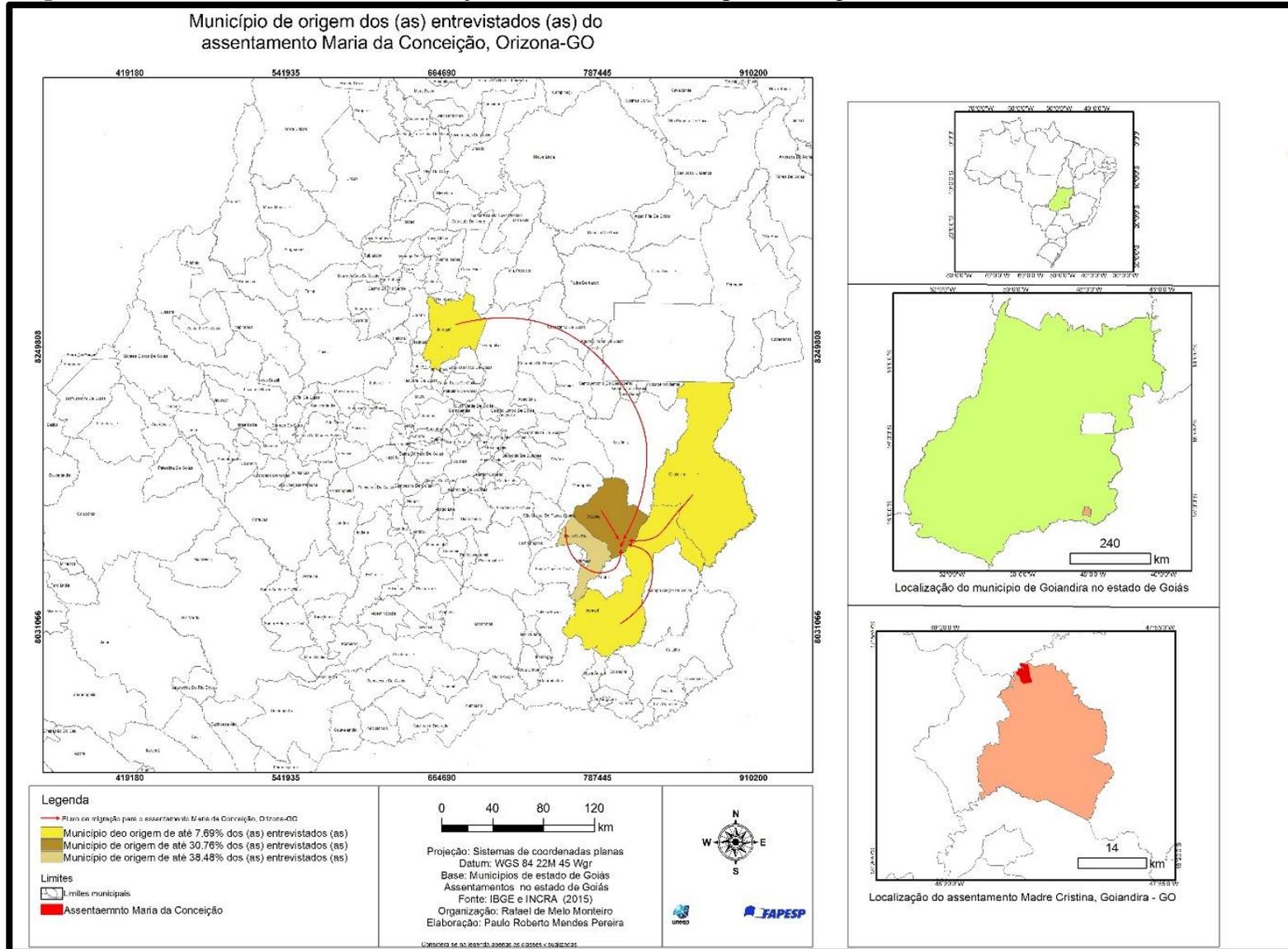
Na escala estadual, estes homens e mulheres são naturais de Goiás (92,85%) e Minas Gerais (7,15%). Na municipal, são de Pires do Rio (38,48% - município vizinho), Orizona (30,76%), Cristalina, Jaraguá, Ipameri e São Bartolomeu (7,69% cada), como representamos no mapa 17.

Percebemos, pelos mapas, que a *escala de ação* do MST é mais abrangente do que a do Sindicato, da Federação e do MVTC, posto que, na comparação, é notável a multiplicidade de lugares de origem (estaduais e municipais) dos sujeitos que participaram do Movimento e se (re)territorializaram por meio dele. Isto significa uma diversidade cultural maior nos “seus” assentamentos ao passo que, sobretudo naqueles organizados pelo Sindicato de Silvânia e a FETAEG, as pessoas assentadas já tinham um certo grau de conhecimento entre si e partilhavam o mesmo contexto, por estarem no mesmo município ou em municípios próximos. Além disto, em certa medida os mapas nos propiciam a reflexão de que os camponeses assentados são migrantes pois, ao longo da vida e da luta, se deslocaram entre lugares enquanto não haviam concretizado o acesso à terra e mesmo quando realizaram este sonho, já que muitas destas pessoas foram assentadas em municípios e estados que não os seus de origem.

Os assentados do João de Deus não participaram de acampamentos e os do São Sebastião acamparam na própria fazenda que se tornou assentamento. No Olga Benário as famílias vieram de diversos acampamentos do MST em Goiás, localizados em municípios como Jussara (perto do córrego do Mutum), Ipameri (saída para Caldas Novas e saída para Pires do Rio), Catalão, Caldas Novas (um deles nas margens do rio Corumbá), Jaupaci (Acampamento Vilmar de Castro), entre a Cidade de Goiás e Itaberaí, Pires do Rio (Acampamento Padre Josimo), Piracanjuba, Itaberaí (Acampamento Luiz Ório), Santa Helena de Goiás, Itumbiara (Acampamento Recanto da Paz), Urutaí, Itapuranga, Goiânia, Itapirapuã, na BR-050, entre Itaberaí e Itaguari e Niquelândia. Também houve participação em um acampamento no município de Canápolis (MG), sob organização do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

As famílias do Madre Cristina também ficaram em acampamentos goianos do MST, a saber: em Bela Vista de Goiás (Acampamento 17 de Abril), entre Ipameri e Caldas Novas (nas margens da estrada), em Pires do Rio, em Ipameri (Acampamento Paulo Gomes e Acampamento Anita Mantuano), em Cristalina, na saída de Caldas Novas para Pires do Rio (Acampamento Gregório Bezerra), Acampamento Padre Josimo, Acampamento Pequena Vanessa, na Cidade de Goiás (perto do rio Vermelho) e dentro do Assentamento Olga Benário (em 2008).

**Mapa 17 – Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: municípios de origem dos entrevistados**



Os moradores do Buriti ocuparam a fazenda que se tornaria o assentamento, mas, antes disto fizeram o Acampamento Buriti (perto de Bonfinópolis), foram para outra fazenda em Silvânia, sem êxito, retornaram para Bacuri (perto de Vianópolis) para depois ocuparem a propriedade na qual foram assentados. Por fim, os assentados do Maria da Conceição participaram, predominantemente, de acampamentos em Pires do Rio e em Urutaí.

Aproveitando o ensejo, aprofundaremos os antecedentes da (re)territorialização camponesa no Sudeste Goiano, destacando, a princípio, os sentidos da ação, consoante o subitem 2.2.

## 2.2 Os sentidos da ação: política, memória e fé

O Assentamento João de Deus, retomando o que já expusemos, foi criado em 1987 e os posseiros e trabalhadores rurais da área foram priorizados, medida tomada para atenuar alguns conflitos que existiam com os fazendeiros próximos. Deste modo, estamos tratando, a princípio, de uma des-re-territorialização no mesmo lugar, mas com uma natureza simbólica e prática importantes, por causa da legitimação e legalização da posse da terra por um órgão governamental – uma desterritorialização da condição subalterna!

O primeiro depoimento (a seguir) delinea a passagem da conflitualidade entre um posseiro e um fazendeiro, e como aconteceu a sua legalização enquanto assentado. O segundo trecho mostra a permanência no território, porém, em outra condição social. Vejamos:

Eu já tinha uma moradia aqui, num tinha esse assentamento não. Fui ‘fazê’ uma roça ali, o dono d’uma fazenda ele num queria ‘dexá’. [...] Falei: “Eu ‘vô’ ‘fazê’, tô ‘fazeno’ um *trem* aqui aonde que num é seu nem meu, iss’aquí é do governo, eu ‘vô’ ‘fazê’”. E fiz. Fiz e aqui esse *trem* nós teve uma demanda feia nesse *trem*. Aí eu pego um serviço lá na tal de Cermina, quando eu chego tá o INCRA aqui ‘dividino’ a terra. [Ele fala] Então divide, que aí eu sei onde que é o meu e ele sabe onde que é o dele ‘tamém’ (risos). Qu’eles tava ‘dividino’, eu pensei assim, falei: “Aí, eu fiquei sem porque danei com o ‘hôme’ aí.” Eles me chamaram lá, me mostraram ali ‘du ôtro’ lado. E aí eu ‘envenho’ ‘lutano’ c’a vida aqui (Entrevistado 3, 70 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015).

Quando eu vim pra cá eu tinha dois anos [seus pais foram trabalhadores da fazenda]. Então eu num mudei pra cá, eu fui mudada pra cá. Nós morava ali embaixo, aí nós ‘vêi’ ‘trabaiá’ de peão. Nessa época ‘inda’ num tinha o assentamento, nós ‘trabaiava’ pro fazendeiro que mexia com essas terra, mas, creio eu que num era dele porque senão num tinha **sobrado** pra nós né. [...] ‘Em desde’ dois anos eu moro aqui, eu nunca saí daqui (Entrevistada 4, 42 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015 – mora há 40 anos na área, grifo nosso).

Na primeira narrativa, o enfrentamento com o fazendeiro produz, ulteriormente, no sujeito, o medo de não ter acesso à terra pela via formal, pela demarcação do INCRA. Na

segunda, destacamos a ideia da “*sobra*” que é acessada pela camponesa entrevistada. Estas enunciações emanam de posições subalternas que se reconhecem, na estrutura hierárquica da sociedade brasileira, ocupando as camadas inferiores nas relações sociais, que são concretas e se expressam, também, simbolicamente. É por isto que, após a transgressão, sente-se a culpa e o receio da punição por ter infringido a ordem “natural” da hierarquia entre o posseiro e o fazendeiro.

Nos outros assentamentos, a luta política foi a propulsão necessária para a (re)territorialização, porém, ela esteve acompanhada por outras razões e significados. Seleccionamos alguns depoimentos que ilustram os diferentes sentidos da ação:

Eu lembro uma vez, eu era garoto, sempre gostava de ‘ouví’ as pessoa mais velha, tinha um boiadeiro na região nossa lá, a gente mexia com ‘capiná’ roça, ‘roçá’ pasto, meu pai plantava roça de ‘a meia’ e a gente ‘garrado’ com o pai, eu mais dois irmão, e tinha um boiadeiro lá, *gambireiro*, comprava gado, vendia [...] vez em quando nós fazia algum serviço na chácara dele lá, na *fazendinha* dele e aí um dia nós ‘trabaiano’ e ele ‘vêi’ ‘conversá’ comigo e um irmão meu. Nós ‘bão’ de serviço, dedicado, forte, acostumado a ‘trabaiá’, meu pai ‘ensinô’ nós a ‘trabaiá’ e ‘sê’ honesto. Um dia esse boiadeiro ‘falô’ pra nós, chamava Sebastião Jacinto: ‘Óia, eu vejo cês dois, dois *rapaizim* de boa ‘aparêença’, ‘bão’ de serviço, educado, honesto... mas eu ‘vô’ ‘dizê’ uma coisa pra vocês: Eu já fui assim ‘tamém’, ‘garrado’ na enxada igual ocês, caprichoso, mas enquanto eu não ‘resolvi’ ‘andá’ com minhas *perna* e ‘procurá’ ‘sê’ livre, ‘sê’ dono do meu próprio ‘negoço’, eu num melhorei de vida. O homem num pode ‘sabê’ quanto ele ganha não! [...] Cê tem que ‘tê’ seu ‘negoço’ e ocê tá ‘ganhando’ sempre, porque ‘sê’ assalariado ou ‘trabaiá’ na diária cê num cresce. Eu falo com ‘experiência’”, ele já era um ‘home’ maduro, “ocê não pode ‘sê’ assalariado [...] o ‘home’, a mulher só cresce s’ ele ‘fô’ dono do seu próprio nariz. Esse ‘negoço’ de ‘trabaiá’ pros outro cê sempre é mandado e ocê ‘sabeno’ quanto cê ganha, todo tanto qu’ ocê ganha cê gasta, se ‘brincá’ vence o mês e cê tá endividado”. Ele ‘explicô’ pra nós e eu pus isso na cabeça, por isso que depois d’eu mais maduro lutei por terra, qu’eu era carpinteiro de ‘ganhá’ muito dinheiro, marceneiro lá dentro de Caldas Novas, larguei tudo e fui ‘corrê’ atrás de terra. E ‘lebrano’. Meu pai dava muito conselho ‘bão’ mas eu lembrei desse ‘home’. Esse ‘home’ era um ‘home’ que quase não tinha leitura, ele só tinha uma matemática muito boa na cabeça e era um ‘home’ que não andava sem dinheiro. Na época ele tinha uns 50 ano. [...] ‘Falô’ [entonação na voz]: “Óia, cê tem que ‘escolhê’ seu destino, cê não pode ‘ficá’ ‘dependeno’ dos outro pra ‘vivê’ não, quem trabalha depende do patrão pra ‘sobrevivê’, do salário do patrão”. ‘Falô’ desse tipo, falei: ‘E sabe que tá certo ‘memo’” (Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Pelo que ele nos contou, sumariamos que as histórias de vida, os fatos vivenciados, enfim, que a memória pode (re)significar, atribuir sentido a uma ação, ou, ao lembrar, se pode imputar um novo significado àquilo que se viveu. Do mesmo modo como pela fé e pela crença religiosa se instaura um sentido de *milagre* para a conquista da terra. Perguntamos para uma senhora sobre seu processo de assentamento e ela iniciou sua resposta com uma questão:

Cê acredita em milagre? Nós ‘tamo’ aqui é por milagre! [ela contou do incentivo pela novela “O Rei do Gado”, de 1996, da Rede Globo] [...] nós morava naquela fazenda lá atrás [...] onde desce um morrão [...] lá fazia divisa com aqui [...] então os animais de lá passava pra cá e aí eu mais o meu marido vinha ‘campear’ de cavalo. ‘Chegano’ aqui, no fundo aqui, tinha muita goiaba, aí nós parou, comeu goiaba, bebeu água e aqui era uma terra bonita, *menino*, uma capoeirona e aí eu falei assim: “É diacho, mas aqui é tão ‘bão’ de fazer uma casa aqui, nós podia comprar um *pedacinho* aqui pra nós fazer uma casa”, meu marido falou assim: “Mas cê é boba ‘muié’, d’aonde pensar um *trem* desse, aqui é o centro da fazenda, nunca!”, falei pra ele assim: “É, pr’ocê pode até parecer impossível, mas pra Deus não é, se Deus quiser eu faço uma casa aqui pra mim”. [Um tempo depois ela participou da ocupação da fazenda e, no processo de distribuição dos lotes, foi destinada para aquele local desejado]. Foi ou num foi um milagre? No mesmo local que eu queria, Deus guardou pra mim (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015).

Na memória, também, permanecem as situações difíceis enfrentadas por estes trabalhadores:

A última vez que eu trabalhei de bóia-fria [ela trabalhou dos 9 aos 15 anos, juntamente com seus irmãos] a gente tava ‘quebrano’ milho verde e ‘chovenó’, mas uma chuva [no sentido de estar forte], aquele frio, aí deu a hora de almoçar, minha mãe tinha feito o *caldeirãozinho* nosso de comida e eu sentei lá pra poder comer e quando eu tava comendo a água que caía da chuva ia caindo no bico do boné e caía dentro da vasilha (risos). Eu falei: “Meu Deus, mas isso será que é justo, eu ter que comer essa comida molhada aqui todo dia?”, aí comecei a repensar a vida (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Algum tempo depois, após ter sido demitida de uma fazenda, com o seu esposo e filhos, e descoberto os seus direitos trabalhistas, ela se filiou ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia e foi, neste Sindicato, antes de se tornar funcionária da FETAEG, que ela participou da ocupação da Fazenda São Sebastião, que se tornou o assentamento, de mesmo nome. Quando nossa entrevistada ri deste episódio que narrou, que é dramático, não significa que ela não deu a devida importância ao acontecimento, senão que há uma ressignificação que transforma o traumático em algo leve, decorridos vários anos e com a mudança de vida realizada pelo assentamento. Tanto é assim que, no trecho enunciado, ela expressa a sensação de injustiça que sentiu naquela época, vivenciando aquela situação. A memória lembra do passado, ressignificando-o.

Há confluências entre a vida dos indivíduos e os processos contraditórios do capitalismo pois um assentado nos relatou as suas experiências com o trabalho familiar e a reciprocidade, exercida nos mutirões e festas locais; sua migração para a cidade, tornando-se assalariado rural de uma empresa que, ao se territorializar em Niquelândia (GO),

desterritorializou a população rural<sup>35</sup> que, por sua vez, reterritorializou-se na periferia urbana, provocando mudanças nas paisagens da cidade e do campo. A chegada do MST neste município (1999), em um momento no qual nosso entrevistado estava desempregado, influenciou sua adesão ao Movimento:

[Infância] Eu sou roceiro [...] ‘trabalhano’ na roça, com a enxada, o machado, a foice, no sistema coletivo de família, que aquele tempo a gente falava era mutirão, aquele tipo de festanças que a gente fazia pra realizar os nossos trabalhos tanto de roço quanto de derrubada de matas, encorvamento de roça, o plantio de roça, colheita, nós juntava assim aqueles vizinho tudo, fazia um mutirão, ‘vamo’ colher a roça de fulano e aí ia sucessivamente. [Adolescência] Com 16 anos eu já vim pra cidade [...] eu empreguei numa firma florestal [trabalho rural] [...] Lá nos anos 70, 80 até meados dos anos [19]90 o município de Niquelândia era de boa produção e de alta produção de arroz, milho, feijão, tudo que era legume, cereais alimentícios. A pecuária lá era pequena [...] porém entrou a Níquel Tocantins lá e comprou aquelas terra, tomou muita terra e eu conheço muitas fazenda lá que fora tomada a bico de carabina [...] muita gente que ficou sem suas casa que eles colocaram fogo e queimou [...] alguns que tinha documento eles ia lá e comprava, pagava uma ‘mixaria’ [pouco dinheiro] e tirava, mas aqueles que não tinham documento era expulso. [...] Com a evolução que foi indo, foi surgindo a fome porque expulsou aquele povo que produzia, diminuiu a produção [...] aquele povo que fora expulso das suas *terrinha* foram jogados lá dentro da cidade, ali naquela periferia da cidade [...] quando a gente chegava na cidade já via aquele tanto de *barraquinha* de palha, de capim, de tábuas, de papelão, de plástico. [...] Acabou que nos anos 90 o MST chegou lá no norte, em [19]99 [...] e aí eu já tinha sido dispensado das empresa, agora eu já tinha uns três, quatro ano que não conseguia mais empregar, eu já tava agora beirando os 40 [anos] e num tinha qualificação, a coisa foi só ‘pesano’ (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Foi desta maneira que ele ingressou no movimento social e atuou, até mesmo, na coordenação. Os relatos que ouvimos nos apontaram que a subalternidade das mulheres, enquanto trabalhadoras rurais sem-terra, é mais intensa e é importante demarcar esta diferença. Coerentemente, Massey (2000) argumenta que as experiências de espaço e de lugar, além da hegemonia das forças econômicas, também são influenciadas por fatores como raça e gênero. Assim, o trabalho feminino aparece como uma ajuda ao esposo e a remuneração, quando existe, é menor:

Ele [esposo] ganhava um salário e meio e **eu ganhava**, maioria das vezes, **nada**. Teve uma fazenda só que eu trabalhei que eu ganhava meio salário [...] eu cozinhava pra cinco, seis peão *diretão* e era de domingo a domingo porque eles iam em casa uma vez no mês. [...] Eu fazia café da manhã, almoço, lanche e janta pr’esses peão. Cuidava da casa da patroa, que era enorme, gaiola de *passarim* era um tanto, uma área enorme cheia de planta, eu tinha que cuidar de planta tudo, eu tinha que lavar gaiola de passarinho, eu tinha que arrumar comida, cozinhar ovo, cortar *jilozinho* pra *passarim* [...] o ajudante do curral

<sup>35</sup> Certamente, não toda a população rural, mas uma parte (considerável) dela.

saía, não arrumava outro não, quem ia pra ajudar? Eu. Pergunta que dia que me deram 10 reais pra recompensar eu ajudar em curral, e era mês e mês, ajudando a tirar leite lá. Um dia eu falei pro patrão: “O senhor traz uma bota pra mim porque tem muita lama no curral”, ele: “Não, vou te dar uma minha”. Pegou uma bota furada, que entrava lama tudo (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

A gente ficava mais pra ‘cuidá’ das criança e ‘fazê’ os dia-a-dia da fazenda, ‘cuidá’ das galinha, ‘cuidá’ das planta do quintal pra ‘véia’ lá, ‘aguá’ as *plantinha*, mas isso a gente num ganhava dinheiro não. [...] O meu marido tinha o salário dele, qu’era um salário mínimo, já eu num ganhava nada né! Mas aí depois que passou... a ‘muié’ [patroa] até que ela era tão *boazinha* mas ela tinha um ‘pôco’ de preconceito porque ela falava, assim, que eu era nova, num confiava muito ‘ni’ mim não porque eu podia ‘largá’ o meu esposo e ir pra cidade pra ‘vagabundá’. Aí depois que ‘passô’ um ano ou dois, aí eu ganhei a confiança dela, aí ela me dava os queijo pra ‘fazê’ na meia, aí eu tinha o *dinheirinho* dos queijo (Entrevistada 8, 44 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 24/05/2015).

Estes dois trechos substantivam a opressão sofrida pelas trabalhadoras, embora, no segundo exemplo, pareça despercebida, pois, a patroa é qualificada como *boazinha* porque permitia que a entrevistada se apropriasse de uma parte dos queijos que fazia e, por conseguinte, do dinheiro extraído das vendas. Assim, a condição da mulher é mais vulnerável e dependente do que a do homem, pois elas não são/eram atingidas pela legislação trabalhista (ou pelo seu cumprimento), ficando condicionadas a uma dupla sujeição: do esposo e dos patrões, constituindo uma dupla camada de subalternidade, reproduzida pelas relações cotidianas de poder.

De maneira geral, no processo de luta pela terra e de construção de consciência, os sujeitos históricos se fortalecem como classe de camponeses (alguns tornam-se camponeses) que politizam as suas histórias de vida e as suas condições sociais. Assentados, suas ações produzem um território no lugar, que não é efêmero e (apenas) simbólico, mas permanente, objetivo e subjetivo, produtor de um sujeito social que, a partir dele, reposiciona-se nas lutas políticas. Acreditamos, portanto, que, em um primeiro momento, há um fortalecimento político destas pessoas pela (re)territorialização.

Uma conclusão semelhante teve Pessoa (1999) ao salientar que as consciências se despertaram quando os trabalhadores rurais se tornaram sujeitos das suas histórias e o fizeram porque tinham ou se identificavam com um projeto de vida e de trabalho *para si* e seus familiares, por isto, passaram de uma utopia para um projeto concreto de atuação no campo. Como expomos, as situações de opressão estão relacionadas, ainda que indiretamente, com a tomada de consciência.

Assim, estes homens e estas mulheres estão tensionando o processo de humanização-desumanização que, conforme Freire (2015 [1968]), explica-se assim: a humanização é uma *vocação negada* às pessoas, que se afirmam na própria negação. Para ele, “vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2015 [1968], p. 40).

Na ocasião de uma entrevista com o João, o Roberto fez uma intervenção breve, com uma *fala* que poderia ser interpretada como banal, no entanto, tem um conteúdo significativo ao expressar o movimento de perda de poder do trabalhador assalariado rural:

Igual meus patrão, quando eu fui pra terra [falaram]: “Não, eu suspendo [aumento] seu salário, deixa essa terra, cê num vai ‘dá’ conta, terra pequena”. Eu falei: “**Moço, trabalhei pr’ocês 20 ano, num comprei um lote! Agora eu ganho seis alqueire de terra, eu ‘vô’ ‘jogá’ fora?**” (Senhor Roberto, 60 anos, diálogo no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015, grifos nossos).

A sua resposta traduz uma superação do *medo quase instintivo* que o camponês sente do patrão (PESSOA, 1999), pois, se fortalece diante da falsa generosidade dos seus patrões (o aumento salarial). Falsa porque, para se realizar, precisa garantir a permanência da injustiça (FREIRE, 2015 [1968]). Uma superação deste temor demanda tempo, é processual, posto que, não se acostuma a não ser mandado e obedecer de um dia para o outro, por melhor que isto seja. Não de outra forma, uma entrevistada de Goiandira disse:

Um ano e meio depois que a gente ‘vêi’ pra cá [assentamento], a gente saía e ainda ficava naquela preocupação. Eu tinha isso na minha cabeça, era psicológico: “Eu tenho que ‘voltá’ porque senão o patrão vai ‘chegá’ lá e vai tá as *coisa* fora do lugar, e aí? ‘Vô’ ‘ganhá’ rua!” (Entrevistada 9, Assentamento Madre Cristina/Goiandira/GO, 21/05/2016).

Em que tempo se decide engajar na luta? Quais são os motivos que desencadeiam a participação no movimento social ou a sindicalização? Quais os conflitos suscitados na luta pela terra? Vejamos no subitem 2.3.

### 2.3 A decisão de lutar e a politização da vida

A tomada de consciência pode surgir pela constatação da descartabilidade:

Eu resolvi entrar no Movimento [MST] por causa que eu ‘trabaiava’ de bóia-fria lá em Itumbiara [GO] e aí uma época eu tava ‘trabalhano’, ‘limpano’ algodão e o avião tava ‘bateno’ veneno na lavoura e eu intoxiquei com o veneno e quase morri e o quê que eles fizeram? Mandaram eu ir embora. Descartou, porque num serve mais pra trabalhar né? (Entrevistada 10, 53 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Outra narrativa nos apontou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia como um espaço formativo, uma instituição que contribuiu na desterritorialização da condição subalterna para a condição de camponês que se territorializa por meio da luta:

Em [19]95 eu trabalhava numa fazenda, levantava às quatro da manhã eu, meu esposo, minhas meninas pequenas pra tirar leite. Certo dia lá, o patrão dispensou, sem direito a nada [...] aí eu fui procurar o sindicato pra ver se de fato a gente tinha direito ou não [...] foi nesse período que eu conheci o Amparo [do Assentamento João de Deus] [...] e a partir daquele dia despertei, eu falei: “Gente, a gente enquanto trabalhador rural nós temos tanto direito e não conhecemos nada!”. Aí eu comecei a participar mais das reuniões do Sindicato e um *abençoado* dia o Amparo falou pra mim: “Olha, vamo fazer uma reforma agrária?”, falei: “Vamo bora *uai*, eu não conheço, mas vamo fazer”. E a gente começou a reunir grupos lá, pessoas, conhecidos e fazer a discussão do que era reforma agrária. Nessa época, a gente teve um apoio muito forte do padre da região, padre Antônio Ávila e da Irmã Manuelina [...] e a ajuda deles dois foi fundamental, porque quando a gente começou a fazer as reuniões em Silvânia, a gente fazia na Paróquia e Silvânia, a maioria é latifundiário. A gente começou a fazer essas reuniões, quando chegava um diferente já começava a rezar, então, era assim, tudo combinado (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Deste modo, as histórias de vida e as condições sociais são politizadas. A participação no MST também influencia a formação política, com as ocupações e os acampamentos, embora nestes últimos haja, de acordo com Turatti (2005), uma diferença no nível de formação ofertada para os militantes e coordenadores em relação à base. Para esta (base), a politização, desenvolvida nas místicas<sup>36</sup>, seria mais para criar uma identificação com o Movimento do que a conscientização política das pessoas. Ainda que não nos debruçemos sobre o período dos acampamentos, julgamos salutar esta ressalva. Todavia, retornemos ao depoimento:

[Após começar na base de formação do MST em Niquelândia/GO – primeira ocupação] Quando foi em outubro de [19]99 nós entramos, 396 famílias, numa área que eles dizia que ninguém entrava, no coração da terra da Niquel Tocantins, aquilo ali era o coração do Antônio Ermínio de Moraes, que era o dono da terra [...] Com nove dia a polícia tirou nós. [Segunda ocupação] Tinha uma fazenda por nome Santa Rosa no município de Uruanã/GO, de um tal de Wagner Canhedo [em 2001 era dono da Viação Aérea São Paulo/VASP e tinha dívidas bilionárias em impostos] [...] nós então fomos pra essa fazenda do Canhedo e lá o chão balançou mesmo. Ocupamos lá com 3.000 famílias e lá nós chegou mais de 6.000 pessoas [...] nós ‘ficamos’ por lá três meses mas não conquistamos a fazenda. [Terceira experiência: após ser assentado no município de Baliza/GO e sair deste assentamento por problemas internos, retorna para a luta pela terra e participa de acampamento em Urutaí/GO] E aí nossa fome fez com que nós metesse a foice lá no mato e nós ‘fizemos’ lá dois alqueire e meio de desmatamento na foice. Pra atrapalhar nós, uns cara preso na cadeia lá de Pires do Rio [município vizinho] foge e vai aparecer lá no

<sup>36</sup> De acordo com Turatti (2005), a mística é uma matriz discursiva encarregada de conscientizar a base do MST de seu papel histórico na transformação da sociedade.

nosso acampamento [...] os cara pediu comida, pediu endereço, nós passou [...] eles foram embora mas aí as mulher ficou com medo [...] “Não, então vamos avisar a polícia”. [...] A polícia chegou lá [...] quando foi no outro dia chegou lá foi a ordem de despejo. [Quarta experiência: após sair do acampamento no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO retornou para a ocupação em Urutaí/GO] Nós chegou lá no domingo à noite, quando foi segunda-feira, seis hora da manhã, a polícia chegou lá de novo. Chegou e falou: “Cês tem até dez hora pra sair daqui e s’ocês num sair nós ‘vamo’ botar fogo nas barraca com ocês dentro”. [Quinta experiência: retorno para o Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, local em que posteriormente foi assentado junto ao Coletivo Margarida Alves] (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Ele nos apresenta as táticas, no embate com policiais, adotadas junto ao MST:

Nós enfrentou a coisa assim foi com muita garra mesmo, com muita raça. Olha qu’ocê enfrentar três mil policiais, eu não sei o número de cão que tinha lá, mas cê ‘oiava’ que junto de um policial tinha um cão [...] baús [ônibus] da Metrobus de Goiânia tinha seis baús lá, tinha dois baú cheio de caixão que eles levou pra impressionar nós [...] nós lá ‘soltano’ foguete e cada bomba que nós tinha as estratégia de fazer umas bomba lá que o chão chega tremia, eles pensava: “Esse povo tá é doido! Se mexer com esse povo vai matar nós tudo!” (risos). E Deus abençoou: “Vou mandar sol pra derreter vocês!”, deu uma *caganeira* nos policiais que eles num tava ‘aguentano’ mais ficar em pé porque o calorão absurdo, a água quente e morna. [...] A nossa arma era álcool [...] fazia umas bomba lá de litro, botava álcool ali dentro, botava fogo [...] aquilo dava uma estremecida qu’ocê ficava besta de ver. E os policiais falou: “O que diabo que vocês faz pra fazer uma explosão daquela?”, “Ah, isso é tanque de guerra do MST” (risos) [...] só que eles via nós fazer aquele montão de terra lá, nós fazia um buraco, ficava todo mundo lá entrincheirado, eles pensava: “Ali se for...”, e os pau que tava lá? De longe, cê vê aquilo lá, cê fala: “É um cano de espingarda”, mas nós ia nos mato, tirava aqueles *pauzinho bem fininho*, ajeitava ele *direitinho*, parecia que era uma espingarda mas num era nada [...] agora arco de flecha tinha muito e pau com a ponta bem *afiadinha* que, se nós ‘rumasse’ num, ele deitava, num ‘guentava’ não (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Foi por meio da reforma agrária e do assentamento que as famílias acessaram mudanças de vida centradas na independência do trabalho *para si* frente ao trabalho *para os outros*. Esta posição tem o território como um trunfo e a posse da terra como dimensão importante, articulada ao trabalho familiar, fortalecendo o ideal de liberdade, aspectos identificados e explicados por Woortmann (1990), Pessoa (1999) e Shanin (2008) enquanto parte da cultura e da economia camponesa, do seu *modo de vida* ou da *campesinidade*.

Em vista do que eu era eu tô rico, pela reforma agrária [...] porque eu não tinha nada na vida, hoje em dia tenho. [...] Eu trabalhava, roçava pasto *pros’outro*, capinava, fazia de tudo, plantava banana, colhia banana, *diária*, hoje em dia já não precisa d’eu trabalhar mais pros outros porque eu já tô cuidando das minhas coisas (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Aqui no assentamento o que marcou mais foi o dia que falou: “Olha, isso aqui é seu!”, porque é uma independência. Cê fica dependente só seu mesmo, num precisa de patrão [...] **a única coisa que presta no patrão é o final do mês, que ele paga** (Entrevistada 12, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015, grifos nossos).

Quando a gente trabalha *pr'os outro* cê num tem certos tipo de liberdade. E do jeito qu'a gente vive aqui a gente trabalha fazendo aquilo que a gente 'qué' 'fazê', **a gente tem o projeto**. Agora, quando tá 'trabalhano' *pros'outro* não, quem tem o projeto é o patrão (Entrevistado 13, 35 anos, não é original, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

Estas narrativas apontam, portanto, o valor da autonomia para as famílias que estão no campo. O trabalho projetado na terra marca uma territorialidade e uma temporalidade, uma interação do homem/mulher com seu ambiente de vida. As territorialidades estão inscritas nos lugares e são centrais na produção e organização dos territórios. Elas se tornam visíveis e são reveladas nas paisagens, e o território aparece como uma produção material (embora também seja imaterial) pelo trabalho e persiste no tempo:

Já tem pé de laranja grande, isso foi depois que eu vim pra cá [...] esses pé de 'mixirica' aí foi plantado semente [...] olha o tamanho que já tá [...] aquele pé de abacate já tem uns três ano que ele já tá dando, pé de limão já tá dando, aquela laranjeira, jabuticaba (Entrevistado 14, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Quando estivemos no Assentamento São Sebastião (Silvânia), em junho de 2015, entrevistamos uma mulher que nos contou que, assim que se mudou para a terra, plantou alguns pés de ipês. Em julho de 2016, tivemos a oportunidade de retornar ao lote em que ela mora e a fotografamos em meio aos ipês cultivados, conforme mostramos na fotografia 2. Fazem, pelo menos, 19 anos que estas plantas foram cultivadas *ali*, em seu quintal, e cresceram com o tempo, o que nos indica a relação próxima que as pessoas têm com a natureza, um aspecto também essencial das territorialidades, conforme argumenta Saquet (2015 [2011]).

Acreditamos, juntamente com Martins (2009) e Monteiro e Pessôa (2013), na importância dos registros fotográficos, que não são somente imagens ilustrativas, mas *narram histórias*. Por esta razão, revelamos, nas fotografias 3 e 4, alguns momentos da apropriação do espaço no Assentamento São Sebastião. Consoante Saquet (2015 [2011], p. 108), a apropriação tem três significados principais:

a) como posse, propriedade, controle, domínio individual e/ou coletivo por sujeitos presentes ou ausentes do espaço apropriado por meio de mecanismos e mediadores (i)materiais; b) significa delimitação com ou sem precisão, parcelamento, divisão e, c) uso, interferência e utilização de objetos, instrumentos, máquinas, terras, ruas, edificações, homens, enfim, do espaço e da natureza.

**Fotografia 2** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: os ipês cultivados no quintal



Fonte: Arquivo pessoal (07/2016)

Está claro que estes significados estão hibridizados no *movimento do real*, pois as famílias tiveram a posse da terra, sobre a qual exercem um domínio (familiar, mas, se tomarmos o assentamento como um todo, temos um domínio coletivo) que é concreto (as casas, as cercas, as lavouras, a atividade do leite, a criação de animais, as igrejas) e simbólico. As fazendas, portanto, foram parceladas/divididas e os assentados utilizam suas terras, máquinas, instrumentos, constroem suas casas na relação espaço-natureza.

A primeira imagem (Fotografia 3) nos remete ao momento inicial da conquista da terra e mostra duas meninas (filhas de uma das nossas entrevistadas) brincando na lavoura de feijão que a família cultivou. Uma delas, atualmente (2016), já tem uma filha e mora, com o esposo, em um sítio próximo da terra da mãe e do padrasto, que são assentados; a outra se formou em Direito pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e atua na área. Na segunda imagem (Fotografia 4), crianças balançam sob um pé de angico, sentadas em um latão, dentro do lote conquistado pela família, na década de 1990.

Estas pessoas, portanto, adquiriram consciência das contradições do mundo humano e não se acomodaram diante da situação. Decidiram praticar a liberdade, lutar por ela, e isto, no caso destes homens e mulheres, se expressou na conquista da terra, ainda que em outros lugares que não os de origem. Se eles/as puderam contar as suas histórias, foi porque (re)significaram as suas vidas e (re)tomaram as suas palavras, como na *pedagogia do oprimido*

(FREIRE, 2015 [1968]) e, neste ponto, entendemos que a luta foi também um processo educativo. Além disto, eles/as transitaram da desterritorialização, entendida por Saquet (2005) como o processo de perda de vínculos com o lugar de moradia, com as pessoas, ruas e objetos, para o momento da reterritorialização, quando há uma (re)produção de características do território anterior, ao nível da política, da economia e da cultura ao mesmo tempo em que se efetivam descontinuidades espaciais.

**Fotografia 3** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: brincar na lavoura de feijão



**Fonte:** Arquivo de Sandra Faria (1997/98, aproximadamente)

**Fotografia 4** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: crianças no balanço



Fonte: Arquivo de Sandra Faria (1997/98, aproximadamente)

Assim, pensamos que o momento da luta foi a etapa na qual os trabalhadores sem-terra compreenderam a sua realidade opressora e, pela *práxis*<sup>37</sup>, fizeram a sua transformação. Geograficamente, isto se expressou na transformação do espaço em território (ou na territorialização do espaço geográfico) e no estabelecimento deste território como um *trunfo*. Todavia, no momento posterior, não mantiveram esta '*pedagogia*' de estarem em processo de permanente libertação, como nos inspira Freire (2015 [1968]). Mas puderam (re)territorializar importantes aspectos dos seus modos de vida, implicando em vantagens e desvantagens no âmbito da emancipação humana, que está (ainda) para ser construída nestes assentamentos, conforme mostraremos na seção 3.

---

<sup>37</sup> Conforme Freire (2015 [1968], p. 52), “a práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”.

### 3 OS MODOS DE VIDA (RE)TERRITORIALIZADOS NA (I)MATERIALIDADE

“Cê pode falar assim: ‘Te dou um milhão na sua terra’, que eu num quero!”  
(Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015)

“Quem disse que somos nada / que não temos nada para oferecer. / Repare as nossas mãos abertas, trazendo as  
ofertas do nosso viver”.  
(Ofertório – quem disse que não somos... - Cantos da celebração da IV Festa Camponesa – Assentamento São  
Sebastião/Silvânia/GO em 20 de agosto de 2016)

Nesta terceira seção apresentaremos as características políticas e culturais, materiais e simbólicas, dos assentamentos, destacando os seus *imaginários*, os seus valores morais, os conflitos internos e as relações de reciprocidade que (re)produzem, na *(i)materialidade*, os *modos de vida* (SHANIN, 2008) e a *campesinidade* (WOORTMANN, 1990) destas pessoas. Para isto selecionamos autores que articulam o material e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, entendendo que são aspectos inerentes à vida dos homens e mulheres, em seus lugares. São eles: Raffestin (2011 [1980]), Saquet (2015 [2011]), Haesbaert (2007) quando discutem o conceito de território; Woortmann (1990), Shanin (2008) e Sabourin (2009) sobre o campesinato; Turatti (2005) quanto aos acampamentos paulistas do MST; Pessoa (1999) a respeito dos assentamentos de Goiás; Oliveira (2012) e Relph (2012), com uma abordagem fenomenológica do lugar que traz características importantes sobre o conceito; além da contribuição de Castoriadis (1982 [1975]) e Córdova (1997) no que se refere ao papel do *imaginário* na instituição da sociedade.

O imaginário é apresentado não como uma ficção, um engano ou um *faz-de-conta*, mas enquanto uma capacidade inventiva que é inalienável dos seres humanos, considerados individual ou coletivamente (CÓRDOVA, 1997). Haesbaert (2007) lembra que todo território é, ao mesmo tempo e necessariamente, em diferentes combinações, *funcional* e *simbólico*, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. Inspirados nisto, reconhecemos nos assentamentos uma rede de significados constituída pelo modo como os moradores organizam e interpretam o *mundo* e também por seus valores morais, conforme mostraremos nos subitens 3.1 e 3.2.

#### 3.1 A moralidade nos *imaginários* e nas práticas rurais

Para nossa discussão, é importante ressaltar o enfraquecimento da luta política coletiva após o assentamento e a influência do *imaginário*, do pensamento herdado

(CASTORIADIS, 1982 [1975]), neste processo. Claro, ele não é a *única* possibilidade explicativa e aprofundaremos nisto adiante. Porém, nele se expressam aspectos da cultura camponesa tradicional ou da *campesinidade* (WOORTMANN, 1990), que são (re)territorializados nos assentamentos, com a ressalva de que, como aponta Turatti (2005), os acampamentos de sem-terra (e os assentamentos) não representam grupos camponeses tradicionais, enraizados na terra, moradores, há anos, de um mesmo lugar.

A moralidade é um elemento central para compreendermos as relações de poder e ela se manifesta de várias formas, inclusive no período dos acampamentos. Podemos citar a resistência em cometer atos considerados inadequados, junto ao MST, como matar animais, destruir bens do fazendeiro, usar armas, não trabalhar no lote conquistado, não ter autonomia sobre o trabalho. Por exemplo, como já citamos, as famílias do Assentamento Maria da Conceição, quando estavam acampadas em Pires do Rio, rejeitaram o MST e se vincularam à FETAEG, que passou a dirigir o acampamento com uma postura pacífica, e um dos episódios de discórdia foi, exatamente, a proposição de roubos de animais para a alimentação dos acampados.

Aliás, um assentado de Orizona nos relatou que, quando foi convidado para acampar em Pires do Rio, respondeu: “*Não, eu num mexo nos trem dos ôtro não, eu num ‘dô’ conta disso não*”. Com a insistência de amigos, foi ao acampamento e escutou de um companheiro (que, ademais, tem terras no mesmo assentamento): “*Num é tomar terra dos fazendeiro não, essa terra o INCRA compra e paga, paga tudo, e passa ela pra nós*”, ao que ele retrucou, convencido: “*Então eu tô dentro, se ‘fô’ assim eu ‘vô’ [...] o trem qu’eu acho mais errado é se ‘fô’ ‘tomá’ do fazendeiro, se ele tem é porque ele ‘trabaiô’ e tem né, agora nós num ‘trabaiô’, num soube ‘controlá’ nada, tem nada né*” (Entrevistado 15, Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO, 28/05/2016).

Do estudo de Woortmann (1990), sobre a *campesinidade*, de Pessoa (1999), em relação aos assentamentos rurais goianos, e de Turatti (2005), a respeito da vida cotidiana nos acampamentos paulistas do MST, apreendemos a representação da terra como um patrimônio a ser transmitido entre as gerações (que são os filhos ou mesmo os netos), ou seja, ela está envolvida na produção subjetiva e objetiva da vida. Eles (os assentados, em nosso caso) são *donos* dela, não em sentido jurídico e econômico, mas moral, já que trabalham nela. Alguns depoimentos confirmam isto e indicam a equivalência entre o lugar e a representação da propriedade. Um assentado que era posseiro na fazenda (tornada assentamento), após o falecimento da esposa, escutou dos filhos uma proposta em relação à terra:

Os menino: “Vende esse *trem*”. Falei: “Num vendo! Pode me dá o mundo ‘interim’ em troca disso aqui que eu num vendo! (risos) Fico é aqui!” (risos) Uai, eu num tinha, agora que eu tenho ‘vô’ ‘vendê’? (Entrevistado 3, 70 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015).

Em outro caso, ainda que no mesmo assentamento, após o falecimento dos pais (assentados originais), os filhos permaneceram na terra. Moravam na casa original, que estava deteriorada. Habitavam aquele lugar há cerca de 40 anos, pois seus pais trabalharam na fazenda. Ganharam uma nova casa por meio da mobilização das pessoas das comunidades rurais próximas ao assentamento. Ainda se isto não tivesse acontecido, a entrevistada garantiu que:

Eu ia ‘fazê’ uma barraca de lona mas não ia ‘desocupá’ aqui. Porque aqui é tudo que ‘nóis’ têm. É ‘pôco’? É! Mas é como se fosse um presente de Deus. A cidade pra ‘nóis’ é muito mais difícil, muito mais caro, ‘nóis’ ia ‘vivê’ lá do quê? ‘Morano’ de aluguel, sem estudo pra ‘pegá’ um ‘*servicim*’ ‘*mió*’ porque hoje pra ‘barrê’ [varrer] rua cê tem que ‘tê’ papel [diploma] (Entrevistada 4, 42 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015).

Esta menção da terra como uma dádiva divina também compareceu na narrativa de um assentado de Ipameri:

Eu tenho 33 hectare de chão aí qu’eu num vendo por preço nenhum. [...] Isso aqui é um paraíso que Deus me deu! Foi uma luta qu’isso aqui vai ‘ficá’ pros meus filho futuramente. Minha esposa, meus filho [...] eu num comprei terra, eu ‘vô’ ‘vendê’ terra por quê? Iss’aqui é pra ‘uso e fruto’ (Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

E apareceu, novamente, a compreensão da luta pela terra para ter o direito de usufruto e não de comercialização do lote:

Num quero terra pra vender, pra negociar, num quero! O importante da luta é isso aí, é dar valor no suor. Se a pessoa pensa que pra conquistar uma terra dessa é fácil, num é fácil não, nós passou foi muitos ano debaixo de lona preta, queimando a ‘*cacunda*’ [as costas]. Quando num queria queimar tinha que entrar debaixo dos pau, ir pra beira dos ‘*corgos*’ [córregos]. [...] Quando pega tudo *arrumadinho*, *abençoadinho*, eu vou jogar fora não (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Estas narrativas expressam um conjunto de valores e representações sociais que configuram a *ética camponesa*, a *campesinidade*, o campesinato também como uma ordem moral e a terra, não apenas um objeto de trabalho ou um fator de produção, senão um valor, uma moralidade, com valorações éticas (pensamento e representação) ou, ainda, uma dádiva de Deus, consoante mostrarão narrativas ulteriores (WOORTMANN, 1990). Como sublinha Shanin (2008) o objetivo do campesinato é reproduzir o seu modo de vida e não a acumulação. Assim, a recusa da venda, a dádiva, o usufruto, a valorização da conquista pela luta, a cidade como lugar hostil por causa do custo de vida, dos preços do aluguel ou da dificuldade em possuir

a casa própria, da escassez de empregos para quem não é diplomado e, minimamente, qualificado (do ponto de vista do mercado contemporâneo) são elementos que estão no imaginário e reforçam a continuidade da vida no espaço rural.

O aspecto do patrimônio familiar se evidencia em discursos de outros entrevistados:

Vender não, tenho isso aqui pra vender não. Isso aqui é futuro dos filho da gente, agora se eles quiser [vender a terra – ela bate com as mãos] isso aí já é problema deles, que deixar a gente vai deixar né (Entrevistada 12, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Neste excerto há uma *obrigação* em deixar a herança para os filhos ou netos. No Assentamento Olga Benário registramos o diálogo entre um morador de lá com o Roberto (do Maria da Conceição):

- *Senhor João*: Eu falo qu’eu ‘vô’ embora daqui quando eu ‘morrê’.
- *Senhor Roberto*: Eu nem quando eu ‘morrê’ eu num ‘vô’, ‘vô’ ‘fazê’ uma ‘carneira’ [túmulo] lá no meio (risos).
- *Senhor João*: Eu já falei que ia ‘fazê’ um *cemiteriozinho* aqui, ‘enterrá’ eu aí (risos).
- *Senhor Roberto* [simulando uma advertência para sua família]: “S’ocês ‘vendê’ essa terra aqui eu num deixo o ‘caboco’ ‘comprá’ pra ‘morá’ aqui dentro (risos). Essa aqui é minha”, lá chama Cantinho do Céu (risos) [A referência “lá” se explica pelo fato de que não estávamos em sua terra]. (01/03/2015).

Amigavelmente, neste *combate* que foi travado, notamos os graus das suas relações com a terra, transcendentais, inclusive, à morte. A ligação do homem com a terra é profunda, existencial. A terra conquistada, após um árduo processo de mobilização e luta, significa uma dimensão fundamental para a reprodução da vida familiar e social, seja material ou espiritual, enquanto território de existência em virtude das relações sociais efetivadas todos os dias. Na fotografia 5 exibimos uma imagem na qual, sobre a terra, em frente à casa construída, estão as três gerações de uma família: os pais, uma das filhas e um dos netos. Esta fotografia é, então, representativa dos processos que comentávamos (a importância da terra para a família).

No decorrer do tempo, as famílias e os indivíduos foram construindo as suas casas próprias, utilizando recursos governamentais, recursos financeiros próprios e, sobretudo, a mão de obra própria. São moradias de alvenaria, de lona, de madeira, com estruturas, tamanhos e acabamentos diferentes, que foram materializadas pelo trabalho destes homens e mulheres, eventualmente, utilizando os *mutirões*, como expomos na fotografia 6, registrada em junho de 2011, ocasião em que se edificava uma casa para um novo assentado, conquanto este não tenha pertencido ao grupo original que entrou no Assentamento Olga Benário (Ipameri). Trata-se, especialmente, de *reciprocidade camponesa* (PESSOA, 1999). Houve o *compartilhamento do trabalho* que, em conformidade com Sabourin (2009), se dá quando há uma mobilização para

realizar um trabalho em benefício de um agricultor, o que constitui amizade e aliança e, igualmente, prestígio para o donatário quando este oferece aos parceiros e convidados bebidas, alimentos especiais, um banquete ou uma festa. Dado que não participamos do mutirão, unicamente o observamos por alguns minutos, não sabemos se houveram ofertas deste tipo, se bem que rememoramos que haviam duas mulheres cozinhando ao fundo da casa, ao som de música sertaneja.

**Fotografia 5** – Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: três gerações da mesma família na terra



Fonte: Arquivo pessoal (05/2016)

**Fotografia 6** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mutirão para construção de moradia



Fonte: Arquivo pessoal (06/2011)

Outro momento no qual este artifício foi empregado (mutirão) está reproduzido na fotografia 7, na ocasião em que os assentados se planejaram para construir uma ponte no assentamento.

**Fotografia 7** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mutirão para construir ponte



Fonte: Arquivo pessoal de Waldivino Gomes Firmino (2012)

Um dos nossos entrevistados pormenorizou a construção desta ponte, na qualidade de um acontecimento em que se compôs um trabalho *coletivo*, que reflete a reciprocidade camponesa:

Nós ‘viemo’ pra cá num tinha uma ponte nesse ‘corgo’ [córrego] que passa aqui a 150 metro [...] chamei os ‘companheiro’, ‘tiram’ madeira e nós trabalhava aí o sábado, domingo, tinha vez que tinha 15, 16 ‘hôme’. Foi levantado o esteio de aroeira aí no ombro, na força, ‘garrava’ 10, 12 de ‘hôme’ e levantava o esteio pra ‘jogá’ no buraco e a parte dos barranco nós ‘encabeçamo’ com pedra, concreto e ferragem, aí ‘fizemo’ esse trabalho coletivo e ‘fizemo’ a ponte aí (Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Por volta do mês de julho de 2016 foi realizado no Assentamento São Sebastião (Silvânia) um mutirão para a limpeza de pasto em um lote. Enquanto algumas pessoas trabalhavam nesta limpeza, outras, sobretudo mulheres, preparavam o almoço que seria servido

posteriormente. Retratamos, na fotografia 8, estes momentos, registrados pela Irmã Marta (CPT) que, gentilmente, permitiu que usássemos as imagens nesta tese.

**Fotografia 8** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: mutirão e refeição



**Fonte:** Francisca Marta Jacinto (Irmã Marta) (Comissão Pastoral da Terra) (07/2016)

Assim, a palavra *mutirão* (do guarani: *potirom*, que tem sentido de “mãos à obra”<sup>38</sup>) caracteriza dois tipos de cooperação camponesa (de origem autóctone): uma se refere aos bens comuns e coletivos, como a construção ou a manutenção de uma rodovia, uma escola, uma

<sup>38</sup> Conforme Sabourin (2009), citando, por sua vez, Beaurepaire (1956).

barragem ou uma cisterna; a outra, aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa), de modo que evidenciamos, anteriormente, um exemplo de cada (a casa e a ponte).

Neste último exemplo, presumimos que se trata da *reciprocidade em forma de estrela*, pois mobiliza as famílias para assumir responsabilidades específicas. Com isto as relações rendem amizade e confiança entre seus membros e, de outra forma, quem não participa, perde prestígio e honra na “comunidade” (SABOURIN, 2009).<sup>39</sup>

Julgamos importante retomar o assunto das casas próprias porque, nos acampamentos (e também antes deles, em muitos casos), as famílias moravam em barracos que, conforme sublinha Turatti (2005, p. 60), não nomeavam como casas, em razão de que, “a casa pertence ao sonho futuro, condicionada à terra que pretendem obter”. Destarte, muitas famílias moraram em casas alugadas e, no assentamento, obtiveram, junto com a terra, a casa própria. Esta conquista compôs as motivações para participar da luta pela terra. Uma entrevistada nos contou, ainda em 2012, que morava em Goiânia, de aluguel, com dois filhos, trabalhando de doméstica, em firma, de faxineira, lavadeira, diarista. Nesta rotina agitada, mal conseguia conviver com os filhos e, por isto, pedia a Deus melhores condições de vida:

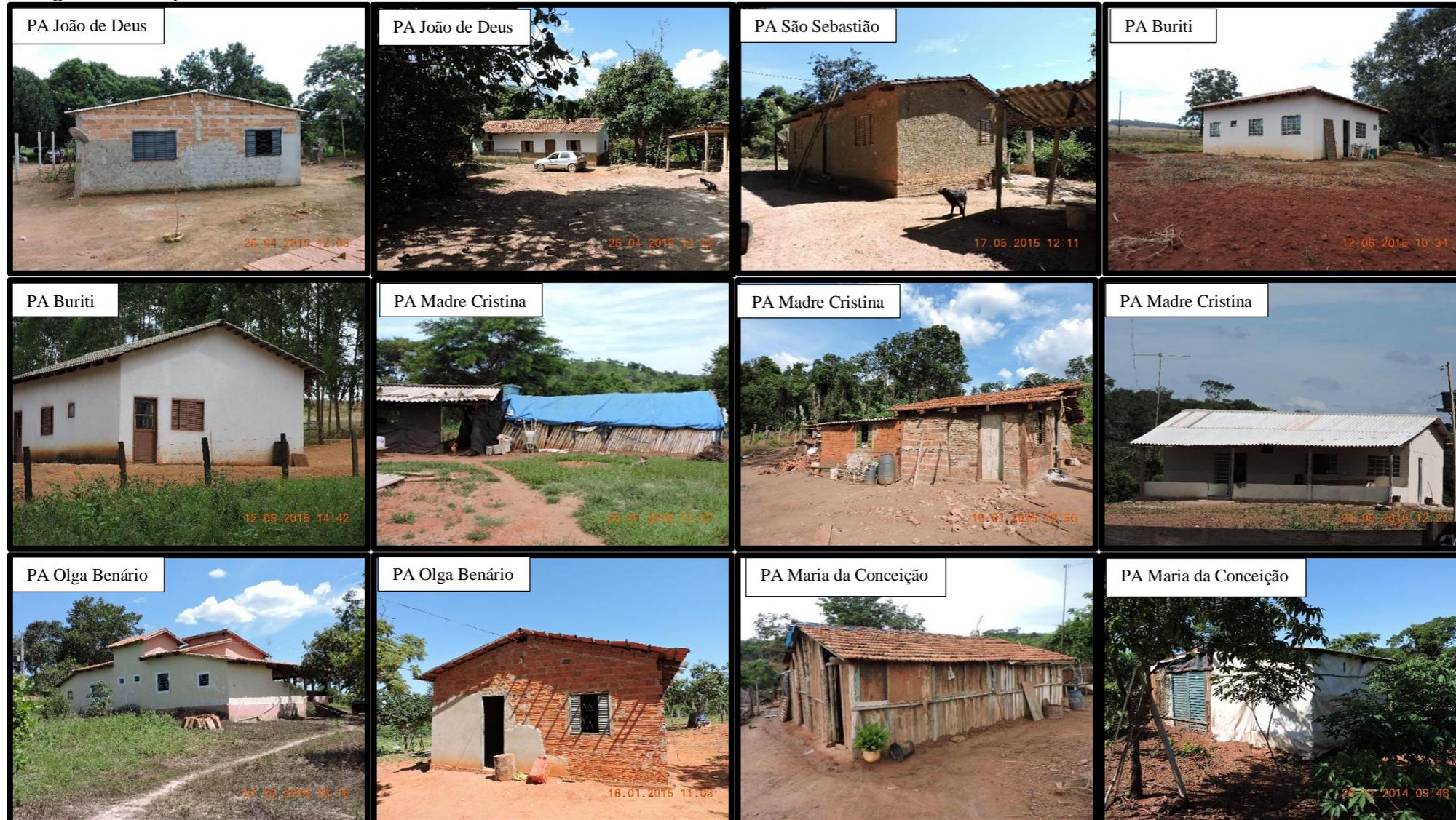
Quando eu morava lá em Goiânia, eu saía cinco horas da manhã e chegava dez horas da noite. Tinha vez qu’eu via os meus ‘*menino*’ só no domingo, eu não via eles de segunda a sábado não, saía ‘dêxava’ eles ‘durmino’, chegava encontrava eles ‘durmino’, e eu morava nas casa dus’ôtro, de aluguel. Então eu sempre pedi o meu Deus que me desse a casa, que me tirasse daquela vida, que me ‘dasse’ uma condição, me ‘dasse’ uma casa. Deus é tão tremendo, Deus age numa certa forma tão grande na vida da gente, qu’eu ‘consegui’ a casa, a terra e o marido (risos) [Ela conheceu o seu atual esposo no assentamento]. (Entrevistada 16, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 2012).

Na fotografia 9 sistematizamos um mosaico de imagens que exibem os diferentes tipos de moradias, articulados com a temporalidade dos assentamentos, com o acesso (ou não, como por exemplo as famílias que estão no Madre Cristina e no Maria da Conceição) aos recursos governamentais, pela disponibilidade de recursos financeiros próprios e o tamanho da família. Claro, escolhemos as fotos de maneira a mostrar que as casas possuem padrões distintos: de alvenaria, de madeira, de lona; pintadas ou não; novas ou mais antigas. E isto em todos os assentamentos que estudamos.

---

<sup>39</sup> Ressalvamos o fato de que Sabourin (2009) se refere, principalmente, às comunidades camponesas, nas quais estas relações de reciprocidade estão mais estruturadas do que, em nosso caso, nos assentamentos.

**Fotografia 9 – Tipos de moradias nos assentamentos rurais estudados**



Fonte: Arquivo pessoal (2014, 2015 e 2016)

Já na fotografia 10 contemplamos uma série de imagens que narram a história de uma família do Assentamento Madre Cristina (Goiandira): primeiro, a barraca de lona que moraram durante um tempo; depois, a projeção da futura casa (janeiro de 2015); por fim, em maio de 2016, aquela futura casa encontra-se erguida e, nela, nossa entrevistada se permitiu ser fotografada.

**Fotografia 10** – Assentamento Madre Cristina/Goiandira/GO: fases da moradia



Fonte: Arquivo pessoal (01/2015 e 05/2016)

Ao falar sobre a importância do lote e da casa, ela os situou enquanto o lugar da estabilidade e do *endereço* para os filhos assim como o primeiro teto que o esposo lhe *deu*, uma vez que sempre moraram na *casa dos outros*, do patrão ou, em tempos de desemprego, de familiares. No acampamento, para superar a depressão advinda de problemas de saúde, ela fez tapetes de crochê que usará quando a casa estiver, completamente, pronta. E como ela ficará? Se for como no sonho, será assim:

Eu sonho com uma casa, num é luxuosa não, só conforto. Eu queria o meu quarto, um quarto pros meus filhos, um quarto pra mim ‘pô’ [por] uma visita quando ‘chegá’, minha sala, minha cozinha, minha varanda, de serviço, bem arrumadinha, pra mim ‘pô’ minha máquina, meu tanquinho [de lavar as roupas] pra ‘trabalhá’, área externa pra gente ‘sentá’ no final do dia pra

‘lembra’ como é que foi o dia (Entrevistada 9, Assentamento Madre Cristina/Goiandira/GO, 21/05/2016).

Na construção do território, ter onde morar traduz uma conquista social vital. Um dos nossos entrevistados posou, aparentemente realizado, em frente à sua casa, em janeiro de 2015 (Fotografia 11). Um ano e seis meses depois (julho de 2016) o reencontramos. Descobrimos que ele fez sozinho a casa, apesar de ter recebido o recurso do INCRA (R\$ 7.000,00). Enquanto ele sonhava com a terra, a sua esposa desejava a casa, já que sempre moraram de aluguel (assim como no caso anterior). Consoante nosso entrevistado, esta é, *de longe*, a melhor casa que ele já habitou. Na construção, ele carregou materiais em carrinho de mão, em quatro meses levantou ao ponto de madeira e pretende, futuramente, rebocar e erguer uma área de alvenaria. No total, a casa tem 104 metros quadrados, quatro quartos, dois banheiros, sala e cozinha. Nela, além dele e sua esposa (que, recentemente, se mudou para o assentamento, de modo definitivo), moram também a sua filha, o seu genro e dois netos. Na fotografia 12 percebemos mudanças na obra e a sua pose, *agora*, tem a companhia da sua esposa.

**Fotografia 11** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: o *sujeito* e a sua obra



**Fonte:** Arquivo pessoal (01/2015)

**Fotografia 12** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: mudanças na obra e na vida



Fonte: Arquivo pessoal (07/2016)

Em uma reportagem publicada no dia 8 de fevereiro de 2010, disponível no *site* do INCRA, intitulada “*Mais conforto e qualidade de vida para assentados de Ipameri (GO)*”, foi relatado que as 84 famílias do Olga Benário haviam conquistado a construção das casas definitivas e a instalação da rede elétrica. Entre outros exemplos, a matéria destacou a melhoria na qualidade de vida das cinco filhas (das quais três estão na fotografia 13) de Virna e Wilson, para as quais a energia trouxe diversão e lazer: “*Quando não estão na escola ou ajudando os pais nos afazeres de casa e da horta da família, as meninas estão esticadas no colchão da sala assistindo desenhos na TV*”, informa. As casas foram construídas em 2009 com recursos do INCRA/GO (R\$ 546.000,00) e a eletrificação foi pelo Programa Luz para Todos, do governo federal (R\$ 785.000,00, do Ministério de Minas e Energia), sob a presidência, na época, de Luís Inácio Lula da Silva.

No tempo em que regressamos ao Assentamento São Sebastião, em agosto de 2016, desfrutamos de acesso a fotografias antigas ofertadas por uma camponesa-sindicalista. Entre as fotos havia uma da sua casa há 14 anos atrás (2002), conforme apresentamos na fotografia 14.

**Fotografia 13** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: casas e energia elétrica para as famílias



Fonte: Site do INCRA (02/2010)

**Fotografia 14** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: moradia camponesa em 2002



Fonte: Arquivo de Sandra Faria (2002)

Aproveitamos a ocasião e fotografamos a casa como ela está atualmente (Fotografia 15):

**Fotografia 15** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: a mesma casa em 2016



Fonte: Arquivo pessoal (08/2016)

Desta maneira consentimos com Pessoa (1999) ao argumentar que tornar-se dono do lote e, por consequência, da casa própria, para os assentados representa a retomada ou a ascensão a um espaço de tranquilidade, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, do que define nossa concepção de amor, carinho e calor humano. É o endereço da família, é saber que plantará e colherá sem “*ganhar a rua*” (ser demitido, desempregado) antes, como sintetizou uma das nossas entrevistadas, ou seja, eles têm um *sentimento de pertencimento ao lugar*.

E isto nos remete à abordagem fenomenológica deste conceito geográfico, na qual há características do lugar que podemos relacionar com esta pesquisa, como a paz, o silêncio, o refúgio, a fixidez, a segurança, a identidade, o enraizamento e a estabilidade. Escutamos o contraponto entre campo (lugar da tranquilidade e do sossego) e cidade (lugar de bagunça, barulho, violência), o endereço, o lugar sonhado para viver, enfim, estes traços estão presentes no espaço rural. Existe uma relação da vida e do tempo com o lugar, constituindo um *tempo lugarizado*, pois, entre o espaço e o tempo se dá o lugar, o movimento e a matéria (OLIVEIRA, 2012). Promove o desenvolvimento de sentimentos e emoções pela experiência cotidiana. É reunião, fisionomia (formas), espírito de lugar (espaços sagrados, religiosos e excepcionais), pertencimento e história local e seus significados (RELPH, 2012).

A *cultura camponesa* está centrada, consoante Woortmann (1990), em categorias articuladas como a terra, o trabalho, a família, a honra e a hierarquia; a própria cultura, em termos gerais, pressupõe um conjunto de representações de grupos sociais que estão em

comunicação com outros (conjunto de representações e grupos), estabelecendo uma rede de significados. Com isto, nos assentamentos, temos que a família camponesa, além de garantir a reprodução econômico-produtiva no lote, também é um lugar de formação de uma moral e de um saber camponês (PESSOA, 1999).

A título de ilustração, a produção da farinha de mandioca em Ipameri (Fotografia 16), registrada por Firmino (2013), expressa um aspecto da (re)produção cultural, já que este produto, como comenta Pessoa (1999), faz parte da culinária rústica goiana.

**Fotografia 16** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: produção de farinha de mandioca



Fonte: FIRMINO, Waldivino G. (2013)

Na relação família-trabalho-terra, o cotidiano é sortido de atividades, que extraímos das narrativas que obtivemos. São elas: colher as hortaliças para comer; frequentar os cultos nas casas; congregar na sede da igreja na cidade; tratar dos animais (porcos, galinhas, vacas); fazer mudas para plantar na horta; revisar as cercas do lote; plantar; participar de novenas semanais e terços regados a lanches; depositar o leite no tanque para ser recolhido e entregue no laticínio; vender nas feiras livres; fazer mutirões; acordar “*com as galinhas*” (cedo) e também dormir cedo (exceto em dias de transmissão de futebol pela televisão); ir na cidade para fazer algum tratamento de saúde, compras e ir ao banco; eventualmente, fazer uma *pamonhada* beneficente; trabalhar fora do lote para comprar, outra vez, o gado perdido com a peste; emprestar parte da sua terra para o vizinho plantar; fazer financiamento no banco para o filho casado que irá morar no lote; as roças comunitárias; encerrar a conta no banco porque já

criou sua família e não quer mais financiamentos; produzir sementes; juntar os companheiros para comprar gado mais barato; não acessar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por escolha própria (falta de infraestrutura ou estrutura insuficiente, no lote, por exemplo); desconsiderar algumas orientações técnicas, reclamar delas e decidir quando vai descansar do trabalho.

Em 2015 chegamos na terra de uma camponesa e ela nos recebeu com as mãos amareladas devido ao trabalho com o açafrão. Durante a conversa, nos disse:

Rapaz, eu tô ‘fazeno’ um ‘çafrão’ [açafrão] ali que vai dar é muito, eu já arrumei 16 saco. [...] Agora ainda tem um *tantão* pra arrumar, mas agora acho que eu vou pegar umas férias uns dia, cansada já de mexer com isso! O *trem* num seca fácil né! (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015).

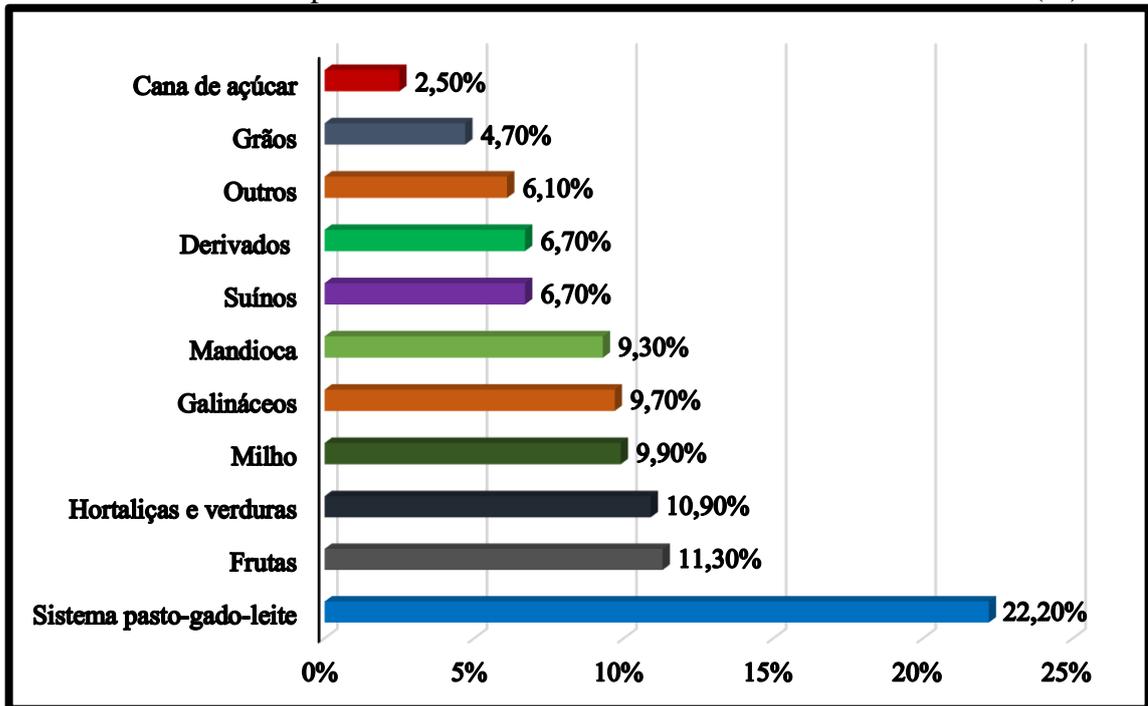
Este depoimento é importante para mostrar a autonomia (relativa e individual) no controle do tempo e do trabalho, praticando a condição moral e cultural de *dono* da terra, no espírito sugerido por Woortmann (1990) bem como ostenta a opção que ela tem do descanso, como pretende Shanin (2008): por serem, os camponeses, donos do seu próprio trabalho, podem projetar a maneira e, certamente, o momento de descansar.

Uma boa tradução disto está no trecho imediato:

Se olharmos para o camponês real, não o camponês abstrato, quando ele está trabalhando, veremos que ele é capaz de sentar-se à sombra de uma árvore numa hora quente do dia e comer um pouco da comida que trouxe de casa, saboreá-la ou até tirar uma soneca. Então, quando o calor diminui, ele retoma o trabalho, e aí ele trabalha realmente pra (sic) valer e termina o que tem que ser feito, só Deus sabe quando (SHANIN, 2008, p. 38).

As nossas “*andanças*” pelos assentamentos nos mostrou a diversidade da agricultura camponesa na região. De modo geral, destacamos a combinação *pasto-gado-leite* como o principal sistema produtivo. Além dele, as *frutas* (banana, abacaxi, maracujá, melancia, laranja, mamão, acerola, manga, uva, cupuaçu, açaí, mexerica, abacate, jabuticaba, limão e banana ecológica), as *hortaliças e verduras*, como a pimenta, abóbora, pepino, açafrão, guariroba, quiabo, jiló, alface, batata, cará, marimba e hortaliças orgânicas; o cultivo de *milho*; a criação de *galináceos*; a plantação de *mandioca*; a criação de *suínos*. Também os *derivados do leite, da cana de açúcar, da mandioca e dos galináceos*, como o queijo, a farinha de mandioca, os ovos, o requeijão, a rapadura e o melado. Agrupamos na categoria *outros* os itens pouco mencionados, como os doces, geleias, quitandas, a venda de gado de corte, o fumo, o mel, a criação de carneiros, perus, bodes, peixes, frangos melhorados, o cultivo de eucalipto e o arrendo de terras para a soja, o milho, o sorgo e o gado. Os *grãos* produzidos são o arroz, o feijão, a soja e o café, mais o cultivo da *cana de açúcar*, conforme o gráfico 6.

**Gráfico 6 – Atividades produtivas nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%)\***



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2015)

\* Os/as entrevistados/as responderam, livremente, quais as atividades desenvolvidas nos seus lotes, somando 577 citações. As porcentagens apresentadas se referem às estas citações.

Nos assentamentos estão também aqueles que compraram a terra (as benfeitorias – casas, currais, cercas, animais domésticos – galinhas e porcos -, lavouras) mas realizam nela o trabalho familiar<sup>40</sup>. Por isto, não identificamos nas situações estudadas aquela distinção feita por Woortmann (1990) entre *dono* (pelo trabalho) e *proprietário* (pela compra e por viver do trabalho de outros).

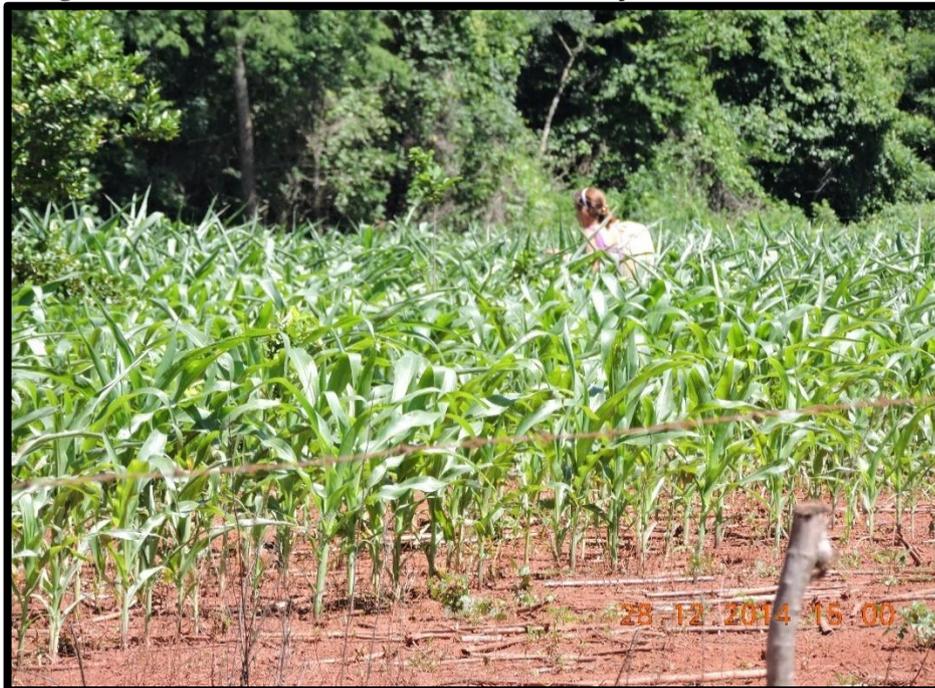
Do mesmo modo que Pessoa (1999) encontrou uma composição familiar diversificada, em termos numéricos, nos assentamentos que pesquisou, significando estoques de força de trabalho heterogêneos, nós também reconhecemos arranjos familiares distintos: além dos casais com ou sem filhos, estão presentes os netos e, eventualmente, os sobrinhos, as famílias dos filhos (quando estes são casados) e os sogros; também há homens que moram sozinhos (um filho de casal falecido); mulheres (viúvas) que moram sozinhas ou com as suas mães, filhos e/ou netos; os pais (homens viúvos) com os filhos, casados ou solteiros; os irmãos que continuam na terra após o falecimento dos pais; os filhos de assentados que permanecem mesmo com a saída dos pais (por exemplo, o pai que adquiriu outra propriedade rural e se mudou do assentamento). Portanto, estão na terra a primeira geração (os originais), a segunda

<sup>40</sup> Há lotes no João de Deus e no Olga Benário que, conforme relatos locais, estão sob domínio de fazendeiros e comerciantes que usam a terra para criação de gado, por exemplo. Não sabemos se há trabalho assalariado.

e a terceira (netos). O caso mais delicado é o do Assentamento João de Deus onde, de acordo com relatos, restaram poucos moradores originais (e que estão acima dos 50 anos de idade), têm algumas parcelas desocupadas porque os filhos não assumiram a terra após o falecimento dos pais ou a mudança para a cidade (por questões de idade e saúde) e três lotes de terras foram comprados por um fazendeiro local.

Estes homens e mulheres se dedicam à agricultura camponesa para produzir alimentos do consumo doméstico e comercializar em feiras livres, programas governamentais, laticínios, centrais de abastecimento, nas cidades (lanchonetes, supermercados, frutarias, de porta em porta, na praça) e mesmo nos assentamentos, como detalharemos na próxima seção. Uma impressão da diversificada produção destas famílias mostramos nas fotografias (17, 18, 19, 20, 21), destacando os cultivos agrícolas e a criação de animais. Nestas atividades produtivas se efetivam as territorialidades e, por consequência, a construção do território camponês.

**Fotografia 17** – Assentamento Maria da Conceição/Orizona/GO: lavoura de milho



**Fonte:** Arquivo pessoal (12/2014)

**Fotografia 18** – Assentamento Madre Cristina/Goiandira/GO: cultivo de abacaxis



Fonte: Arquivo pessoal (01/2015)

**Fotografia 19** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: plantação de hortaliças



Fonte: Arquivo pessoal (03/2015)

**Fotografia 20** – Assentamento João de Deus/Silvânia/GO: criação de suínos



Fonte: Arquivo pessoal (05/2015)

**Fotografia 21** – Assentamento Buriti/Silvânia/GO: lavoura de quiabo



Fonte: Arquivo pessoal (06/2015)

No Assentamento São Sebastião fotografamos uma assentada junto a alguns produtos que seu esposo comercializa na feira livre de Vianópolis (município vizinho) e que são oriundos do lote que habitam há quase 20 anos. Eles vendem pimentas, açafrão, mel, farinha de mandioca e polvilho (Fotografia 22).

**Fotografia 22** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: produtos para vender na feira



Fonte: Arquivo pessoal (07/2016)

Além disto, ela também faz artesanato, como cestas e peneiras (Fotografia 23), para serem vendidos.

**Fotografia 23** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: artesanato para vender



Fonte: Arquivo pessoal (07/2016)

Na fotografia 24 explicitamos a participação de uma assentada do Madre Cristina na Feira Sem Veneno (Universidade Federal de Goiás – Catalão), iniciada em 2012 (e que, atualmente, não funciona mais por problemas relacionados à regularidade na entrega e descontinuidades da feira, ocasionando o desestímulo do consumidor). Iniciativa do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia do curso de Geografia, juntamente com o curso

de Ciências Sociais, sob a coordenação dos professores Cláudio Bertazzo (Geografia) e Daniel Alves (Ciências Sociais), o projeto envolveu os moradores do Assentamento Madre Cristina. Sobre ele, a assentada Luciene Luiza (foto) contou que: *“Estou muito feliz com a aceitação dos clientes e a melhoria na renda familiar”*, conforme a publicação intitulada *“Feira Sem Veneno oferece alimentação saudável no Câmpus Catalão”*, publicada no Jornal da UFG de agosto de 2013.

**Fotografia 24** – Participação de assentada na Feira Sem Veneno (UFG/Catalão) em 2013



**Fonte:** Divulgação/UFG-Catalão (08/2013)

Os programas governamentais de aquisição de alimentos (PAA) e da alimentação escolar (PNAE) introduziram novas formas de trabalho associado na cultura camponesa, especialmente no Assentamento Olga Benário, onde se formaram duas panificadoras: uma da Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF) e outra da ASPROAB.

Para comentar sobre a ASCRAF é necessário destacar a ação de uma assentada que montou uma panificadora em sua parcela (Fotografia 25) para participar de projetos junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (desde o ano de 2010). Ela é a presidente desta Associação, que se formou por causa da sua iniciativa. A panificadora tem licença dos órgãos sanitários para funcionar e entregava produtos para o município de Ipameri pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2014, conforme reportagem do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (e também conforme relato da entrevistada), entregava 12 mil

unidades de pães, bolos, biscoitos, bolachas e *cookies* de baru por semana para 11 escolas ipamerinas. São mais de 20 pessoas que trabalham com ela, sendo indivíduos do Assentamento e de fora dele.

**Fotografia 25** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: panificadora da ASCRAF



**Fonte:** Arquivo pessoal (03/2015) e Agência SEBRAE de Notícias (2014)

O seu lote de terra foi denominado Estância Dona Maria Côrtes (Assentamento Olga Benário), a oito quilômetros da cidade e é onde a panificadora da ASCRAF está instalada. Para a construção da panificadora, ela investiu R\$ 70.000,00 de uma casa que vendeu em Ipameri. Depois, a Associação recebeu doações de equipamentos e de um veículo furgão pelo convênio CONAB/BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (SEBRAE, 2014).

Foi no acampamento do MST que ela aprendeu sobre os programas governamentais supracitados. Após o assentamento, *“resolvemos ir atrás, a gente viu que esses programas não ia vim até nós, se a gente não fosse buscá-los”* (Entrevistada 17, Assentamento Olga

Benário/Ipameri/GO, 03/07/2016). Ela procurou o INCRA e foi encaminhada para a CONAB, recebendo as orientações adequadas. Quanto à panificadora, ela explica que: “*Eu tive a ideia da panificadora devido na minha parcela eu não ‘tê’ água disponível pra estar ‘plantano’ hortaliça e outras coisas*” (Entrevistada 17, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 03/07/2016).

Além dos produtos panificados, havia a entrega de frangos por outro assentado (Sítio Modelo/Assentamento Olga Benário) que criava 600 aves por mês para atender a merenda escolar de Ipameri. Ele recebia R\$ 14,00 por frango fornecido para a ASCRAF (SEBRAE, 2014). Em 2015, visitamos o seu lote e registramos um dos galpões com os frangos, conforme a fotografia 26.

**Fotografia 26** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: frangos para a merenda escolar



**Fonte:** Arquivo pessoal (03/2015)

Retomando o *campo* das representações sociais, a conduta de alguns assentados foi a de valorizar as *cercas* em suas parcelas (que temos a impressão de que é ressignificada como uma propriedade privada), dificultando, então, a circulação nos assentamentos. Caso seja o sentido que eles têm ou que produziram (propriedade privada), isto indica uma postura que remete ao padrão de outrora e que, *agora*, são eles (o padrão interiorizado), circunstância em que os oprimidos de antes se tornam, no presente, os opressores. Ou seja, não surgiu o “homem novo”, em constante libertação, a contradição opressor-oprimido não foi superada (FREIRE, 2015 [1968]). Vejamos os relatos produzidos em dois assentamentos:

Depois que dividiu as *parcela*, antes a gente cortava estrada, igual aqui mesmo era uma estrada que saía lá naquela parcela, aí ficava perto da sede [da fazenda], mas depois que dividiu as *pessoa* começa não querer que passa e a gente tem que respeitar as *vontade* dos outro, aí seu Pedro mesmo **proibiu** de passar aí (Entrevistada 10, 53 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifo nosso).

A gente passava aqui nesse fundo pra descer aonde era o acampamento que tava todo mundo. Quando dividiu, o **proprietário** de cá, ele falou: “Olha, num quero mais que passe aqui”. O Edvar [esposo] um dia passou de cavalo, ele chamou a atenção dele. E aí eu revoltei, falei: “Olha, as coisa num pode ser assim, num pode tratar isso aqui como ‘é meu’, é meu mas eu tenho que dividir com todo mundo” (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Isto suscita a questão do individual e do coletivo nos assentamentos rurais, tema caro especialmente para os moradores do Assentamento Olga Benário (Ipameri), em se tratando da nossa pesquisa, mas que compareceu também no trabalho de Pessoa (1999) quando destacou que, no Rancho Grande e no Mosquito (assentamentos do município de Goiás) houveram expressivos conflitos internos por causa da organização da produção, da organização política em torno da associação e dos projetos de desenvolvimento<sup>41</sup>. No Rio Paraíso (Jataí), o autor argumentou que sempre houve uma liderança forte, um espírito de obtenção de resultados independentemente da questão ideológico-partidária, e uma única associação, apesar de ser maior do que os dois primeiros. No caso de Turatti (2005), mesmo que sua etnografia tenha sido feita nos acampamentos do MST, ela apresentou os conflitos presentes nestes lugares transitórios, e que, de alguma forma, também contribuiu para nossa reflexão.

Apontamos, assim, que a produção territorial é feita pelos embates internos dos assentados, que envolvem o trabalho e as identidades políticas, ao mesmo tempo em que abrange também as práticas de cooperação entre as famílias, conforme discutiremos no subitem 3.2.

### **3.2 Os conflitos internos e a cooperação:** situações presentes no território

No Assentamento Olga Benário a maioria das famílias se desligou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sincronicamente à constituição da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB), no ano de 2008. O Movimento se enfraqueceu e se desarticulou e a identidade de associado se sobrepôs à do

---

<sup>41</sup> Na realidade, há um conjunto de autores que escreveram sobre os conflitos nos assentamentos. Podemos destacar Jorge Romano (1994), Vera Ferrante (1994), Leonilde Medeiros e Neide Esterici (1994), Vera Zimmermann (1994), David Caume (2006), entre outros, cujas obras estão disponíveis para consultas e leituras.

Movimento, à de *sem-terra*. Como enuncia Turatti (2005), a condição de sem-terra é *material* (não-propriedade da terra pelos que dela dependem para trabalhar, como os arrendatários, parceiros, meeiros, ocupantes, posseiros, assalariados e agregados) e *identitária* (sujeito social que é membro de um sujeito coletivo personificado pelo MST). Assim, teve início um processo de fragmentação deste sujeito coletivo que estava se mantendo no assentamento.

Todavia, isto não é absoluto e há um pequeno grupo de famílias que, pelo menos, discursam em favor do MST (contraoando-se aos que estão alinhados à ASPROAB) e permanecem com a sua adesão simbólica ao Movimento e à categoria sem-terra. Separamos dois blocos discursivos que ilustram este fato:

#### Bloco I – MST

- a) Me procurou eu se eu ainda continuava no MST ou se eu ia ‘passá’ pra Associação. Falei assim: “Não, **eu nasci no MST, no MST eu vou ‘ficá’**” (Entrevistada 18, 54 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015, grifos nossos).
- b) Eu acho o seguinte: eu tô aqui nessa terra, eu sei que o maior esforço foi meu, luta foi minha, mas se não fosse o MST eu aqui também não estaria porque vai eu sozinha ir pra beirada de uma estrada aí pra ver, a AGETOP [Agência Goiana de Transportes e Obras] vem, me manda sair e ainda vou é presa. Então eu não concordo com esse negócio de jeito nenhum, esse negócio de Associação (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).
- c) Quando eles começaram eu entrei na Associação, só que logo quando começou o movimento da Associação eles disseram que tinha que tirar o MST. Eu falei: “**Já que vai tirar o MST eu vou sair junto**”. Aí saí. Era todo mundo do MST [...] por quê que a gente veio aqui através do Movimento, ‘conhecemo’, fomos amigo através do Movimento e depois desprezar ele? Por causa de um ou dois? Acho isso errado (Entrevistada 10, 53 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).
- d) Eles dizia que era como se o Movimento engessasse muito as pessoas, mas num era, a liberdade que eles queriam era pra agir de uma forma que num é adequada [...] que é ilegal, que é a venda de parcela [...] coisa que o Movimento é contra [...] eles achava que se não tivesse o Movimento aqui seria bem facilitada [...] seria um acordo só entre as família [...] então a motivação maior dessa Associação é isso. [...] Da Associação que tem alguma coisa de concreto, que eles trouxeram pra cá, que realmente vingou num tem nada [...] a ideia mesmo era de tirar o Movimento, de desqualificar o Movimento perante as famílias e depois fazer essas coisas que o Movimento não acata, não aceita (Entrevistado 19, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

## Bloco II – ASPROAB

- a) Enquanto não acaba de entrar esse pessoal aqui, de MST, enquanto num cortou de entrar aqui, ficou só um grupinho isolado, as *coisa* num andou aqui. **Eles quer trazer ocê na rédea curta [...] eles quer mandar nos seus trem, mandar ‘ni’ tudo** (Entrevistado 20, 36 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015 – ele participou de acampamentos do MST, grifos nossos).
- b) O MST gosta muito de **bagunça**, de **queimar**, de **quebrar** as *coisa* pra ‘consegui’ forçar o governo a dar os objetivo da gente, que é a terra e a **maioria não concordava** (Entrevistado 21, 44 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015 – também participou de acampamentos do MST, grifos nossos).
- c) O Movimento [MST] era contra nós fazer tudo aqui dentro, nós num podia ter Associação, nós num podia filiar no Sindicato, nós num podia ser filiado numa CPT, tudo tinha que ser o Movimento, nós num podia ir no INCRA por conta própria, era o MST que tinha que ir lá por nós. **Nós era a mesma coisa que um peixe mordido no anzol**. Eles levava nós pra onde nós queria. Aí quando cê fundava uma Associação eles punha quem eles quisesse como presidente, pra ir numa viagem eles punha quem que ia, cê num era dono do seu destino não, cê num era dono nem dos seus recurso, todo recurso que vinha pro assentamento o Movimento queria uma parte. Aí nós ‘fundamo’ a Associação pra poder sair da unha deles. [...] nós só servia pra fazer luta. [...] Se ocê pega uma terra é pr’ocê trabalhar, cê criar sua família [...] porque pegar uma terra e continuar lutando que nem eles queria [...] fazendo ocupação [...] cê num ia ter tempo pra trabalhar na sua terra, era melhor cê ficar no acampamento na beira de estrada. [...] Cê tem que ter duas luta: uma luta por melhoria de vida na parcela mas cê tem que trabalhar a parcela também [...] s’ocê num trabalhar na parcela cê continua improdutivo que nem o latifundiário (Entrevistado 22, 43 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

A última narrativa, em especial, fomenta questões importantes, relacionadas com a tutela do MST e o choque disto com a autonomia das famílias e, então, entre os dirigentes (direção centralizada) e a base do Movimento se produz uma heteronomia, que se reflete na tensão entre as orientações do MST e a vontade (a individualidade) dos assentados, orientada para a produção familiar na terra. Em sua etnografia dos acampamentos paulistas, Turatti (2005) salienta que os acampados, por causa da impossibilidade de produzir regularmente os seus meios de vida, das dificuldades em vender a sua força de trabalho e devido ao desconforto e precariedade que vivenciam, aguardam o momento do assentamento para praticar a agricultura familiar e atingir o *status* de produtor.

Ademais, nos acampamentos, ficam insatisfeitos por não estarem inseridos em uma prática produtiva real. “Essa situação não coaduna com o conceito de cotidianidade impresso em seu universo de significados, conservando, nesse ponto, aspectos do ethos camponês tradicional, em que o tempo livre está em equilíbrio com o tempo de trabalho e o primeiro é

uma extensão compensatória do segundo” (TURATTI, 2005, p. 63). Então se estas situações que, de certa maneira, inviabilizam o trabalho se perpetuam no assentamento, é, *digamos*, compreensível a insatisfação dos assentados.

Tratando-se da autonomia, consoante Souza (2013), ela possui duas faces interligadas e interdependentes, a saber: a *autonomia individual*, que versa sobre a capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão; e a *autonomia coletiva*, que compreende a autoinstituição lúcida da sociedade, em que o fundamento das “leis” não é metafísico, mas a vontade consciente dos homens e mulheres, além da existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo. O contraponto de todos estes elementos é a heteronomia, como discutiremos na seção 4.

Notamos que são moralidades distintas que orientam as opiniões dos entrevistados: o reconhecimento de que a conquista da terra foi possível pela participação no MST, de um lado; a reclamação da ausência de autonomia e liberdade, a discordância em relação às táticas de luta e a preferência pelo trabalho familiar na terra (enquanto um valor) em vez de continuar a participar das lutas externas ao assentamento, por outro lado, são as sustentações ideológicas, práticas e discursivas deste *campo* de poder.

Consideramos adequado associar os depoimentos com as mediações identificadas por Pessoa (1999) na tensão entre o individual e o coletivo nos assentamentos goianos que ele pesquisou. Detectamos uma forte *mediação moral*, no entanto, menos no sentido da orientação de mediadores (como o MST, a Comissão Pastoral da Terra/CPT, o Sindicato, o INCRA, a Igreja) e da desqualificação do individual. Isto compareceu na *fala* de uma liderança do MST, em nossa pesquisa anterior (MONTEIRO, 2013), tal como reolocamos na sequência:

O MST tem uma convicção, sabemos da complexidade que é isso, que, primeiro que ninguém consegue nada sozinho [...] a conquista da terra ela só é possível com a participação coletiva. [...] Nós entendemos que o pequeno agricultor, isolado, com a sua unidade produtiva, dificilmente vai ter êxito levando em consideração questão econômica, questão política, questão social. [...] Prá quebrar esse paradigma, então o MST defende que as pessoas devem criar um processo de cooperação entre elas, as pessoas precisam cooperar entre elas depois que chega na terra. [...] Mas isso a gente sempre leva em consideração, respeita a opinião das pessoas, nada funciona *goela abaixo*. [...] Então, a gente sempre leva tentando um processo de debate, da discussão, da informação, do estudo, pras pessoas sair desse mundo individual onde que tudo é meu, inclusive a mulher é minha, o filho é meu, o carro é meu, a galinha é minha, a terra é minha, o dinheiro da terra é meu (Liderança do MST, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 06/10/2012).

Apesar disto, no discurso dos assentados ocorreu o inverso: houve uma depreciação do coletivo, sendo a crítica alargada ao apoio que deu o INCRA para a formação do Coletivo

Margarida Alves. Esta depreciação se articula, similarmente, com a divisão do trabalho e dos seus resultados entre a direção e a base, pois, conforme Woortmann (1990), o trabalho é uma categoria moral para o campesinato bem como a liberdade que é contrastada ao trabalho coletivo, posto que este, pelo menos no imaginário, presume a figura do *chefe* e a sujeição da iniciativa individual/familiar ao grupo:

- a) Quando começou a discussão pra fazer um assentamento coletivo, sempre teve as direção aqui dentro [do MST] que eles nunca trabalhava, só vinha na divisão do bolo. E o pessoal foi vendo aquilo: “Ah, mas o cara num trabalha, no final ele quer vim cá e pegar a parte dele sem trabalhar. Esse assentamento coletivo num vai dar certo”. Tanto que num deu certo, a discussão morreu lá no início mesmo. [...] Aonde um pouco trabalha e o outro não, e o outro ganha mais de que quem trabalha, é injusto (Entrevistado 22, 43 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).
- b) Reuniram o povo lá do outro lado, um técnico, a maioria não quis [proposta de assentamento coletivo]. **Porque coletivo [é] um só dominar o povo.** [...] O que aconteceu do outro lado ali? [Coletivo Margarida Alves] Quando fizeram esse coletivo os *funcionário* lá do INCRA bateu palmas pra eles, parabéns! [ele bate palmas]. Brevemente desmancharam. Por quê desmanchou? Porque lá tinha o chefe e *trem* que tem chefe não funciona [...] que pra poder sair prum lado aí, “eu posso ir?”, não, num tem isso não! Tinha que pagar um pra ficar no lugar [trabalho], no fim não deu certo. [...] E se a pessoa ficar individual você cuida do que é seu, eu cuido do que é meu. Num é eu querer fazer um *trem*: “Ou, será que dá certo?”. Talvez vai dar certo mas dois, três dá contra. Pronto, já num tem jeito de fazer aquilo, porque vai contrariar o outro. [...] O Raulino [funcionário do INCRA] que bateu palma: “Muito bem, aqui agora eu gostei, palmas pr’ocês, meus parabéns!” [ele fala e ao mesmo tempo bate palmas]. Chama Raulino aqui agora pra ver a situação que tá isso aí, acabou! E os que tá individual tá tudo tranquilo [...] cada um vai lá, compra sua criação do jeito que serve, põe lá, num tem esse negócio d’eu quiser comprar uma criação: “Ou, será que vai dar certo?”, “Não, num dá certo”, já tenho o negócio desmanchado (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

Neste último fragmento, a todo instante, o assentado contrapôs o individual, valorizado positivamente, ao coletivo, negativizado, como se fosse uma disputa entre o *bem* e o *mal*, com a “vitória” do primeiro, quando ele arremata que o coletivo se desfez e os individuais estão *tranquilos*, em outras palavras, foram bem-sucedidos.

Mesmo no interior do Coletivo Margarida Alves aconteceram impedimentos envolvendo o trabalho, o que influenciou as discordâncias entre os *coletivizados*, como nos relatou um ex-participante do grupo:

- c) Tinha uns que trabalhava, outros não. ‘Chegô’ um ponto que ‘nóis’ teve que ‘desfazê’ ele [Coletivo Margarida Alves] [...] Quando eu cheguei aqui [o Coletivo já existia] nós ‘plantamo’ aí sete hectare de rama de mandioca, mas só que foi nessa planta dessa mandioca mesmo é que nós se ‘atrapaiô’ aí, porque nós tinha vendido um caminhão de mandioca, um caminhão

trucado, e aí os três da família de cima que é d'uma família só foram pro Araguaia 'pescá' e 'dexô' só eu e mais um, que o 'ôtro' num ficava aqui, 'pr'arrancá' mandioca no mês de agosto aí pra 'enchê' um caminhão trucado. Nós 'trabaiô' dois dia, puxado mesmo, pra 'podê' 'consegui' 'enchê' o caminhão. [...] Nós foi 'cobrá' o dia de serviço deles, eles acharam ruim. Aí foi onde 'começô' o fim do Coletivo (Entrevistado 23, 55 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 10/05/2015).

O Coletivo Margarida Alves não se manteve por conta do choque cultural envolvendo os assentados e a direção do MST, pelos seus conflitos internos e por problemas de acesso às políticas públicas de comercialização e inserção no mercado local:

- d) [Em] 2007, 2008 e 2009 foi plantado coletivamente [...] nós coletivados trabalhava na enxada, no plantio manual, todo serviço nós que fazia, num tínhamos condições de pagar máquina pra fazer, **mas 'tivemo' muito prejuízo** porque a terra aqui tem todo tipo de erva daninha, então plantamos **arroz**, tivemos um grande prejuízo, perdemos a semente porque num demos conta de cultivar de forma a ganhar o plantio. Fizemos cultivo de **abóbora**, ficou montões de abóbora aí porque abóbora foi muito produtiva, mas aí não tivemos pra quem vender [...] perdeu muito, perdeu tanta abóbora aí que 'nêgo' queria cortar o outro lá dentro da roça por causa do prejuízo, porque acabou que uns arca com o prejuízo mais do que outros. E tem uns que têm mais sorte: "Ah, então vamo dividir a abóbora", divide os montões de abóbora. [...] Aqui tinha uns três aí que tinha caminhonete, pegava essas abóbora, saía 'espaticano' abóbora aí pra todo lado, vendia a preço de quase nada mas ele se virava [...] Resolveu: 'vamo' plantar rama de **mandioca**. Plantamo rama de mandioca aí pra todo lado porque na época tinha uma febre pela farinha e pela mandioca, a CONAB tava 'comprano' [...] 'perdemo' de novo [...] aí desenganou mesmo. Aí quando foi em 2009 surgiu a ideia [de uma liderança do MST] de plantar **soja** na nossa área coletiva e ela chegou a 29 hectares pra plantar. E plantou *tudinho!* E esse foi o racha! [divisão do assentamento] Que aí foi que eles [famílias do assentamento] queriam pôr fogo, queimar tudo e tirar nós daqui. [...] Nós 'tentamo' criar frango aqui mas não deu certo [...] quando o projeto chegou, nós já tava individualizado, aí cada um pegou um *pouquinho*, pronto, acabou, ficou por isso (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015, grifos nossos).

Identicamente, surgiu nos discursos a recusa do coletivo para não perder o controle do tempo de trabalho, especialmente por uma questão de idade, e não precisar se inserir em uma estrutura mais racional/burocrática de divisão do trabalho e igualdade na aplicação da força de trabalho entre todos os participantes:

- e) Num funcionou porque muitos é novo, outros é 'véio'. Eu mesmo num quis porque eu pensei, eu falei: "Eu sou 'véio', eu se eu pego essa terra junto daqui uns dia eu num aguento 'trabaiá', num aguento '*correr parêia*' com os outro [...] eu tenho que pegar individual [...] aí eu 'trabaiô' o dia que eu der conta, [o dia] que eu num der conta eu num 'trabaiô', então eu num tenho uma quantia certa de serviço pra mim fazer e se for coletivo eu tenho que fazer a quantidade que os outros fazer (Entrevistado 24, 59 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

A desconfiança com o trabalho da mulher também foi citado por uma entrevistada quando nos contou que fizeram lavoura comunitária:

- f) Tinha muitas aqui [parcelas de terra] que era só a mulher que tava dentro da parcela, ‘que’ achava que o serviço da mulher não compensava quanto o do homem, aí já foi já onde surgiu, assim, diferença. Aí acharam que não daria certo porque sempre o homem trabalhava mais (Entrevistada 25, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Juntamente com a mediação moral apareceu ainda uma *mediação cultural*, que, como explica Pessoa (1999), relaciona-se com o tipo de produção, que varia conforme a região geográfica e as tradições culturais; e com uma característica intrínseca ao ser humano, que é o desejo de controlar o próprio espaço, por menor que ele seja:

- g) Teve três situação pra nós aqui: era *coletivo, dividir um meio alqueire ou uma ‘hectária’* [hectare] *nessa parte de roça, de trem ‘bão’ aqui e o resto esparramado ou quadrado burro* [...] o INCRA, o pessoal do MST vinha e soltava aquelas ideia que alguns dos assentamento passou por isso, passou por aquilo [...] mas como nós sabia que isso não tinha jeito, que eu acho que o brasileiro ele num nasceu pra ser mandado e ele num nasceu também pra ficar parceria com nada [...] uma comparação: ocê manda nessa moto, ocê também manda nela e eu também mando, eu tenho uma *partezinha*, não! S’ocê vier e falar: “Me empresta ela?”, eu te empresto, mas eu ter uma parceria nela, não! Isso não! [...] **‘Preferimo’ o quadrado burro que é mais lógica** (Entrevistado 26, 44 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

Destacamos, neste último fragmento, o seu *final*, explicitando a diferença entre a lógica camponesa (terra, trabalho e família) e a racionalidade do Estado (por meio do INCRA) e do MST, até mesmo estigmatizando o modelo tradicional como “quadrado burro” que, ainda assim, foi a opção da maioria. Neste caso, não houve o convencimento dos assentados que, *para o bem ou para o mal*, determinaram a sua escolha.

Além do mais, como acentua Turatti (2005, p. 72), há diferença entre a forma tradicional de cultivar a terra e ter ela como patrimônio e o trabalho cooperativo/coletivo. “Parece, à primeira vista, que, em se tratando de coletivizar o trabalho, os sem-terra consideram haver uma grande diferença entre ser sócio de uma cota da cooperativa e trabalhar cantando nos antigos mutirões”.

Neste aspecto recuperamos Pessoa (1999) e a sua *mediação ideológica*, assegurando que no ideário dos *agentes de esquerda* está a representação socialista ou da coletivização frente a postura dos agentes oficiais do Estado, com as suas políticas públicas de teor neoliberal, ou seja, a associação e a cooperação para ter acesso ao mercado. Isto sugere que, embora haja uma racionalidade distinta daquela dos camponeses, a direção ideológica do Estado e do MST não é a mesma. E, por fim, para os agentes religiosos, é preciso construir

“*comunidades*” com homens e mulheres iguais, fraternos e solidários, porém, este princípio não constatamos nas nossas entrevistas.

A gestão coletiva não é um *fim em si mesmo*, pois exige um estado de permanente mobilização que é incompatível com as histórias das famílias de agricultores acostumados com a organização da produção baseada em iniciativas individuais (PESSOA, 1999). Ainda no *campo* das justificativas culturais, existe a representação de que um grupo, para ter êxito, precisa ter homogeneidade de pensamentos, incluindo naturalidades semelhantes. A *mistura cultural*, a multiplicidade de lugares e regiões de origem dos assentados é vista como um obstáculo:

- h) O coletivo não funciona em canto nenhum. Único lugar que já funcionou coletivo é Rio Grande do Sul porque lá é uma nação, praticamente uma nação só. Agora aqui não! É baiano, sergipano, paraibano, pernambucano, alagoano, goiano, mineiro, então, essas sete nação de gente pra comer tudo numa panela só num dá certo não! Um vai achar sem sal, outro vai achar salgado e assim vai virando, vira aquele rolo que não dá certo, de maneira nenhuma! (Entrevistado 27, 66 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015).

Este foi, inclusive, um dos discursos mais recorrentes para fundamentar o não-funcionamento do coletivo em Goiás, o *costume* do goiano em trabalhar individualmente, desde pequeno ser habituado ao ditado “*eu cuido do que é meu, você cuida do que é seu, e Deus cuida de todos*” em contraponto com os gaúchos e a sua tradição (camponesa) de trabalhar em família, em conjunto, em comunidade, o que se relaciona com a forma de ocupação daquela região, pelos imigrantes europeus.

Entretanto, esta noção esteve impregnada, da mesma forma, no Estado brasileiro quando optou por subsidiar os sulistas que vieram instalar a agricultura moderna no Sudeste Goiano, considerando-os, ao contrário dos produtores *nativos*, capazes de exercer a agricultura moderna e, desta maneira, eram as pessoas ideais para receber incentivos para investimento no Cerrado e, particularmente, na região mencionada. Nesta região, portanto, os sulistas foram os *agentes do capital*, conforme apontaram Matos e Pessôa (2012).

Não por acaso, um empresário rural beneficiário do PRODECER (Programa Nípo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) relatou, de acordo com Matos e Pessôa (2012, p. 40), que: “*O pessoal do Sul é muito família nos negócios, há uma sequência natural dos negócios*”, ao comentar o fato de que, no Sudeste Goiano, as empresas rurais são familiares.

Finalmente, em Pessoa (1999) temos a *mediação pragmática*, assumida e/ou tolerada enquanto foi uma necessidade nos assentamentos (de segurança imediata ou de longo

prazo frente ao processo de grilagem e aos jagunços no início dos assentamentos). Desfeita a necessidade, a produção coletiva não se manteve. Em nossa pesquisa esta mediação se deu com a tentativa de vender abóboras plantadas coletivamente, na época do pré-assentamento, ao que parece, sem êxito:

- i) Nós ‘plantamo’ 27 hectare de abóbora e milho [plantio coletivo no período do pré-assentamento]. Essas abóbora era pra ‘podê’ ‘sê’ vendido. Quando ‘fizemo’ o ‘primêro’ contato de preço, naquela época a abóbora já tava R\$ 0,50 o quilo. Ah, o povo ‘ficô’ desesperado! “Não, esse *trem* vai dá ‘dinhêro’ demais”. Quando o ‘hôme’ ‘vêi’ pra ‘comprá’ a abóbora, que ‘olhô’ a abóbora, queria ‘comprá’ nossa abóbora, ele pagava R\$ 0,10 o quilo. Era um grande ‘negoço’! Mas não vendeu, a abóbora perdeu tudo no monte aí. [...] Tinha umas 300 tonelada de abóbora. Perdeu tudo! Com isso, o grupo coletivo ‘rebentô’ [arrebentou] (Entrevistado 28, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Estes conflitos internos se expressaram na paisagem do Assentamento Olga Benário, por conta da pichação da placa de criação do assentamento (que, como apuramos, foi feita por moradores) com a frase: “*Aqui produz soja transgênica!!!*”, como mostramos na fotografia 27. Esta imagem é do tempo em que as famílias se revoltaram com o Coletivo Margarida Alves devido o arrendamento das suas terras para o plantio de soja, já que, nos acampamentos, aprenderam que não deveriam arrendar. Como evidenciado em um depoimento anterior, várias pessoas ocuparam o Coletivo e queriam expulsar, *de lá*, as famílias.

**Fotografia 27** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: pichação na placa do assentamento



**Fonte:** Arquivo pessoal (2012)

Necessitamos realçar que, por causa da formação do grupo coletivo, eles tiveram acesso ao melhor “*pedaço*” da fazenda, com área plana, já formada e ao lado da rodovia GO-213. Tanto é assim que, mesmo após a individualização, as famílias que lá moram (além de algumas outras cuja terra permite, pelo relevo, e que estão próximas da rodovia) arrendam para a soja (Fotografia 28). Na imagem, está a área do antigo Coletivo, de um lado, e uma outra parcela também cultivada com soja, do outro lado. Lembramos que está territorializada, em Ipameri, uma agroindústria de beneficiamento de soja (Caramuru).

**Fotografia 28** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cultivo de soja



Fonte: Arquivo pessoal (01/2015)

Novamente, ao comentar os acampamentos, Turatti (2005) destaca o papel da liderança, uma espécie de “*messias*”, portador de uma promessa sagrada (a terra), que é vigiado em suas mínimas atitudes. Se não há ocupações de terras, se ele não demonstra estar completamente mergulhado na tarefa que lhe foi confiada, seu prestígio fica abalado. O “*messias*” vira o “*demônio*” que, não atentando para o problema de seu rebanho, merece o abandono de seus fiéis. Esta ocorrência envolvendo o cultivo da soja, pensamos, é um exemplo desta circunstância em que a liderança do MST perdeu a confiança da base e isto contribuiu com a divisão interna no Assentamento. Porém, nos parece problemática a atribuição desta responsabilidade exclusivamente ao líder, uma vez que é impossível que ele protagonize a luta pela terra sozinho, comandando os demais, que se colocam num lugar de passividade que pode não lhes permitir a formação da consciência política e interditar um avanço subjetivo que a experiência da conquista da terra pode lhes ofertar enquanto um aprendizado político, uma prática educativa.

No ano de 2012 ouvimos relatos, no Olga Benário, de que no período da luta escutaram promessas de que assim que conseguissem a terra receberiam benefícios governamentais, retrato distinto do que de fato ocorreu, ou melhor, distinto da proporção e do

ritmo esperado. Enfrentaram (e ainda enfrentam) dificuldades financeiras, dividem o espaço com pessoas, em certa medida, desconhecidas mais o estranhamento da sociedade local (que ainda existe), o alto custo da hora de um trator, os lotes para serem formados, a demora em conseguir a licença para desmatamento (dois anos), a dificuldade de obtenção de renda e assistência técnica, enfim, experimentaram (e experimentam) a contradição entre o *pensado* (subjativação do *vir-a-ser*) e o *vivido* (posição do indivíduo no sistema), da qual trata Turatti (2005)<sup>42</sup>.

Nos inspiramos também em Woortmann (1990) ao comentar a percepção dos *colonos* piauienses sobre o trabalho nas colônias (cooperativas). Para os idealizadores das cooperativas tratava-se de libertar o lavrador mas para eles era uma sujeição, não mais a um patrão, mas às leis do projeto. No imaginário de alguns camponeses foi o próprio MST que se tornou símbolo do *cativeiro*<sup>43</sup> (como mostramos em depoimentos anteriores) e alvo de demérito por seus antigos participantes:

Vimos eles ‘tirá’ fazendeiro de dentro de casa só de calção, ‘muié’ só de combinação, tocado que nem cachorro [...] povo tudo armado, tudo bem armado [...] pôs ele [fazendeiro] no carro com uma cachorrinha [...] e a ‘muié’ eles ‘entrô’ dentro da casa [...] ‘pegô’ a ‘muié’ só de combinação, ‘falô’: “Veste roupa”, ela vestiu a ‘rôpa’ dela lá, ‘chorano’ [...] graças a Deus **eu não pus a mão numa arma que seja, graças a Deus!** [...] Ali já chegaram, já começaram ‘matá’ galinha [...] das galinha ‘passô’ pros ‘cocá’, ‘matano’ de tiro pra ‘cumê’ [...] então isso aí me trouxe a revolta de não ‘mexê’ mais com o MST porque até a bandeira do MST se torna sangue, é ‘vermêia’, é guerra e ‘nóis’ num ‘tamo’ nessa posição de ‘guerrea’ contra ninguém, nós ‘tamo’ na posição de ‘guerrea’ só contra o inimigo [diabo] [...] mas ‘guerrea’ contra o meu amigo, eu num ‘sô’ disso não porque eu ‘tô’ aqui na terra é pra ‘servi’ a Deus (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 2012, grifos nossos).

Neste excerto, a moral religiosa corrompeu a relevância da luta política, revertida em símbolo de guerra e sangue. A guerra autêntica, para ele, está no plano espiritual, contra o Diabo, e não contra o *amigo*, dentro de uma concepção religiosa de fraternidade, o que dissimula a luta de classes. Na mesma linha de raciocínio, ele completa:

Se ‘falá’ pra mim assim: “Se você não ‘voltá’ pro MST você vai ‘perdê’ o lote”, falo: “É verdade?”, “É”, “Então toma conta do lote, num quero o lote”. [...] E ‘falá’ também assim: “Se você num ‘dexá’ de ser crente, servir a Deus você vai ‘perdê’ o lote”, falo: “Então pode ‘tomá’ conta do lote também” (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 2012).

<sup>42</sup> Boa parte destes problemas, senão todos, estão relacionados com o Estado, embora, por desconhecimento das pessoas, muitas vezes as lideranças dos movimentos sociais sejam culpabilizadas por eles.

<sup>43</sup> Desde o acampamento, como mostramos no caso das famílias que, atualmente, estão assentadas no Maria da Conceição (Orizona) e saíram do MST, optando pela FETAEG.

Para o MST os assentamentos fazem parte do seu projeto político de transformação da sociedade por meio de novas relações e valores, nos quais se insere a cooperação agrícola (organização coletiva da/na produção, da/na comercialização, da/na prestação de serviços e da/na agroindústria para aumentar a produção, a produtividade do trabalho e da terra, a renda, o acesso à educação, saúde, energia elétrica e água encanada, serviços de telefonia e estradas, sobreviver no capitalismo, organizar a classe para a reforma agrária e o socialismo). Estes pressupostos estão materializados nos núcleos de produção, nos grupos (semi)coletivos, nas associações de máquinas e de vizinhança, nas diversas cooperativas (de produção, prestação de serviços e de crédito). Os *kolkozes* soviéticos, os *ejidos* e os ejidos coletivos mexicanos, os *kibutz* israelitas e as cooperativas cubanas foram/são experiências que influenciaram/am as concepções do Movimento, especialmente a partir de 1985 (MST, 1991; GUERRA, 1991; ZIMMERMANN, 1994; FERNANDES, 2000; MARCOS; FABRINI, 2010).

Mas para os sujeitos concretos aceitar a coletivização seria renunciar aos sonhos e desejos que acompanhavam estes indivíduos e famílias desde o acampamento ou a vida toda; seria arriscar-se em um projeto que eles não tinham referências em Goiás e nem preparação/formação política para desenvolver<sup>44</sup>; seria colocar, após esta árdua luta, tudo a perder (outra vez), restando, depois, o retorno ao pouco que se tinha ou menos ainda.

Positivamente resta como lição que este campesinato, ao rejeitar a coletivização, optou por continuar *sendo* campesinato! É que com Shanin (2008) aprendemos que, na antiga União Soviética, a coletivização foi imposta pelo Estado e, quando houve o colapso do modelo socialista, deixou de ser também pela ação estatal. Os camponeses de lá, então, se esqueceram como era ser camponês, combinar distintas ocupações (cultivar alimentos, cortar madeira, cuidar de animais, consertar máquinas, trabalhar a terra). “Ele sabia dirigir o trator, mas não sabia cuidar de uma vaca, por exemplo” (SHANIN, 2008, p. 41).

Destacaremos outras formas de representação e efetivação do trabalho camponês (além do familiar) que se mostram, ao menos nos discursos, mais flexíveis, já que, de acordo com Pessoa (1999), a produção coletiva tem pretensões homogeneizantes e os assentados entendem isto e, inclusive, justificam sua recusa a este modelo com base nesta característica, que não considera as singularidades dos indivíduos que compõem os grupos (nem poderia fazê-lo, pois seria a sua negação absoluta).

---

<sup>44</sup> Turatti (2005) destaca que nos acampamentos do MST são as lideranças e os coordenadores de grupos que participam de momentos de formação política, de cursos de militância básicos (nos quais se discutem economia, política, organização coletiva), entre outras ocasiões formativas. A base está envolvida de outra maneira, utilizada nos revezamentos de segurança do acampamento ou em atividades extras; ela (a base) não está completamente inserida no funcionamento do Movimento.

Nesse sentido no Assentamento São Sebastião e no próprio Olga Benário há iniciativas em favor do trabalho cooperado que não implique a perda da autonomia da família camponesa sobre o trabalho e a terra. O projeto da cooperativa é contextualizado em relação aos desejos de parte dos assentados, ou ainda, um projeto elaborado de *baixo para cima*:

A gente tem os plano em fazer [cooperativa], s'ocê quer trabalhar com leite, tudo bem, é leite; s'ocê num quer trabalhar, cê vai trabalhar com 'amontar' uma fábrica de ração [...] frango, porco, qualquer coisa, **cê sabe o quê que é qu'ocê pensa em fazer** né (Entrevistado 14, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015, grifos nossos).

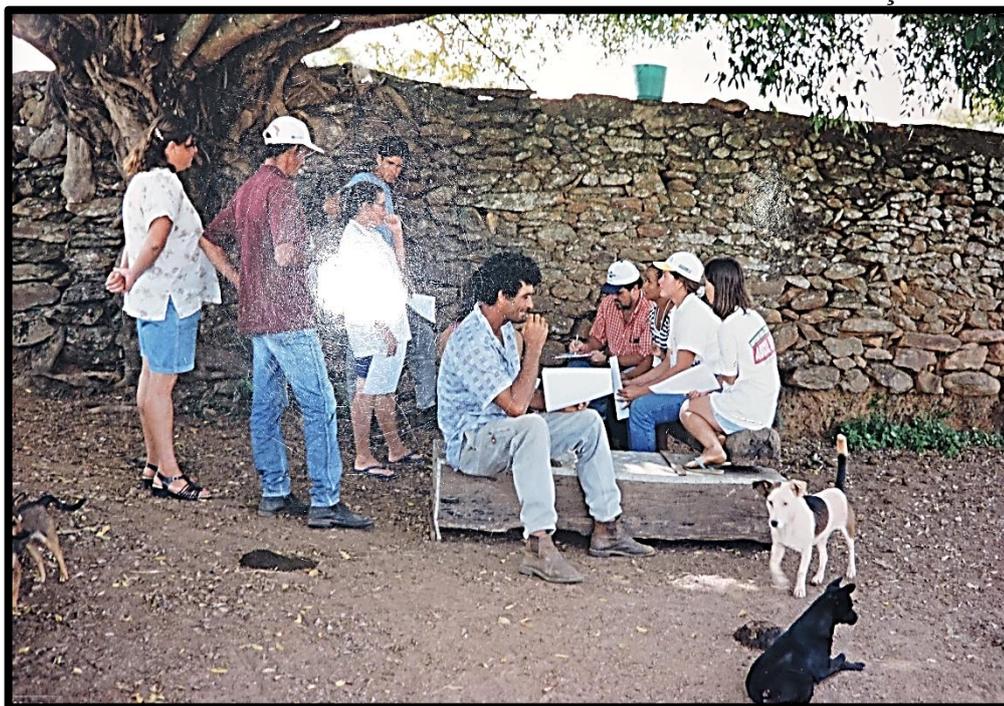
Nós já 'tamo' com um grupo aí 'trabalhano', 'estudano', falei pra eles: "Olha, primeiro nós vamo estudar o quê que é o cooperativismo" [...] A importância da cooperativa aqui pra nós é pra gente **eliminar o atravessador** e a gente começar a **produzir em uma escala** que dê pra **entregar os produtos** (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015, grifos nossos).

Assim a cooperativa, enquanto uma forma de organização endógena, pode facilitar e ampliar a inserção dos seus produtos no mercado e, por ser uma proposta elaborada (ou, ao menos, desejada) por eles/as, pode significar uma inovação, embora mais *moderada* do que os projetos coletivos. Temos a impressão de que as famílias se alinham mais a um *desenvolvimento pela tradição* do que um *desenvolvimento pela mudança*.

Mesmo assim há uma narrativa sobre as associações de que elas não funcionam bem. A propósito, no Maria da Conceição (Orizona), houveram problemas desde o início envolvendo a conduta do presidente, o que ocasionou a sua desmobilização. E lá as famílias ainda ensaiam uma rearticulação. No São Sebastião nos contaram que a Associação "*caminha*" bem certo tempo, mas "*desanda*" depois, por causa de desconfianças e discordâncias. Neste assentamento, a Associação foi formada em seu momento inicial (1999), em uma reunião feita na antiga sede da fazenda desapropriada, como nos mostra a fotografia 29, gentilmente cedida por uma assentada de lá que participou da ocasião.

Também há problemas por razões pessoais, como no Madre Cristina (Goiandira), onde se fundaram duas associações e, recentemente, por orientação do INCRA (acesso ao recurso da moradia), as famílias se reuniram numa só (a outra não foi extinta, como teria sido inicialmente acordado). No Olga Benário (Ipameri), pelos programas de aquisição de alimentos (PAA) e de alimentação escolar (PNAE), houve uma estruturação da ASPROAB, da ASCRAF e das suas panificadoras, embora atualmente (2016) estejam enfrentando dificuldades com a continuidade destes programas, como expusemos anteriormente. E lá, como sabemos, não é a totalidade das famílias que participam da ASPROAB e da ASCRAF.

**Fotografia 29** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: reunião de formação da Associação



Fonte: Arquivo de Sandra Faria (1999, aproximadamente)

Por isto tensionamos a proposição de Claval (1979 [1978]) acerca das relações de associação que, na sua concepção, estão envolvidas em uma “*atmosfera*” de confiança, pois os membros que estão ligados entre si sabem que não têm nada a temer dos seus companheiros, que têm os mesmos direitos e deveres que eles. Conforme identificamos, há desconfianças, discordâncias e conflitos pessoais entre os assentados, nestas relações de associação. Para o autor, como todos escolheram livremente a participação nas atividades comuns, as aspirações e motivações serão semelhantes. Todavia, percebemos que várias associações, nos assentamentos, se constituíram mais pela orientação do INCRA e dos mediadores do que por vontade (espontânea) das famílias, que, no final das contas, se associaram para obter recursos financeiros (o que é legítimo).

O estímulo do PAA e do PNAE aos associados da ASPROAB se reverteu no investimento que fizeram na panificadora, comprando equipamentos e gerando trabalho aos interessados (não-associados). De todo jeito, há uma “*vontade de tá aumentando a panificadora pra tá podendo variar, fazer coisas diferentes e entregar em Catalão, Caldas Novas [municípios vizinhos], aonde a gente conseguir [...] até chegar, assim, o ponto da panificadora funcionar pelo menos quatro vezes por semana, o dia todo, e dar mais oportunidade pras famílias*” (Entrevistada 29, 34 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015).

Entretanto, no âmbito dos desacordos entre os sócios da ASPROAB, explicitamos o relato de um casal que saiu dela, pelas seguintes razões:

Queria que cada um desse a faixa de mil [reais] pra ‘pagá’ um salário pro presidente ‘corrê’ atrás dos problema do assentamento. Aí uns ‘apoiô’, outros não, aí nós foi [e] saiu da Associação, ‘ficô’ por conta nossa mesmo porque ‘nóis’ tá aqui esse tanto de tempo, tem o presidente da Associação, ‘nóis’ precisa dele, ele num corre atrás de nada pra ‘nóis’ (Entrevistada 30, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Eu ‘tirá’ mil reais pra ‘comprá’ um caminhão pra ‘entregá’ pão, ‘entregá’ essas *coisa* lá na cidade, diz que o caminhão, s’eu ‘precisá’ do caminhão, o caminhão não serve pra mim. Eu ‘pagá’ o caminhão posso? [...] Vai ‘comprá’ um carro pr’ Associação, um carro novo, todo mundo, “Vamo ‘comprá’?”, “Vamo”, mas o carro vai ‘ficá’ quieto, mas se ‘tivé’ uma pessoa doente, ‘precisá’ d’um recurso, o carro corre?, “Não, aí num corre”, então, pra quê qu’eu ‘vô’ ‘comprá’ carro? Eu junto o meu, compro um pra mim (Entrevistado 31, 36 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Por estes dois fragmentos compreendemos que não há acordo sobre a gestão dos recursos (caminhão e carro) e com a remuneração do presidente da Associação, além da sobreposição dos interesses individuais às normas administrativas do grupo associado. Leiamos um terceiro fragmento, ainda sobre este tema:

Saí fora da Associação [ASPROAB] porque eu vi que dentro dum assentamento desse aqui ocê ser sócio de uma coisa que ocê num tem retorno num vai adiantar nada, ocê só vai investir, ocê só vai colocar também, num vira. É a mesma coisa d’ocê jogar dinheiro fora, entendeu? Associação ela funciona não dentro dum assentamento desse porque dentro dum assentamento desse a realidade é o seguinte: uns esforça e os outros não, quer esperar sentado, quer esperar na boca. [...] E umas ideia não bate com as outras. [...] No município aqui tem uma Associação, até eu faço parte dela, não do Assentamento, de fora, é a única que já tem muitos anos de existência e é a única que tem maquinário pra trabalhar, trator, silador, trabalha com eficiência [...] e nós aqui, nós vê lá atrás, nós num dá conta de ver pra frente. [...] Não tem opção d’ocê crescer. Ocê cresce s’ocê tiver sem fazer parceria com eles [assentados/as], s’ocê for fazer parceria com eles, aí cê vai pedir esmola pra dois, ou pra quantos você for sócio (Entrevistado 26, 44 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, ex-presidente da ASPROAB).

Neste terceiro fragmento o pretexto é não ter retorno dos investimentos, haver disparidade na disposição das pessoas e a disputa de ideias, ou seja, a dificuldade em encontrar o consenso. Somada à modesta infraestrutura (por exemplo, maquinários), a predileção foi a sociedade externa, formada, ao que sondamos, por grandes e médios produtores rurais de Ipameri. Sublinhamos, em vista disso, um distanciamento das formas de reciprocidade e de solidariedade no grupo, a presença de uma racionalidade meritocrática que despreza a própria condição de assentados, atribuindo-lhes a culpa pelo “atraso” do assentamento. Como frisa Sabourin (2009) a lógica da ajuda mútua ou da solidariedade, no sistema de reciprocidade, opera na produção de valores de uso e de bens comuns a serem compartilhados, porém, aciona principalmente a criação “*de ser*”, de vínculo social.

Resumidamente, as narrativas que acentuamos assinalam que o conjunto de famílias e indivíduos que habitam os assentamentos possuem práticas e intencionalidades diferentes, orientações culturais, tradições ou costumes distintos, pensamentos, opiniões e ações que são dissonantes e tudo isto configura as territorialidades que constroem o território, sobretudo, pelas relações de poder. O retorno à terra representou a (re)territorialização na diferença, na heterogeneidade que, aos poucos, recompõe uma característica fundamental do mundo rural, como argumenta Pessoa (1999), onde as pessoas são distintas, mesmo que pareçam iguais. São efetivados territórios plurais e, também, heterônomos, dado que uma rede de dependências se funda nestes lugares, conforme especificaremos na seção 4.

#### **4. SOBRE A HETERONOMIA E AS PRÁTICAS COTIDIANAS: os/as camponeses/as do Sudeste Goiano produzem territórios heterônomos e plurais!**

“Onde é que nós pode se esconder?  
Ali onde nós têm que ficar, na presença dele.  
Porque não adianta nós querer fugir da presença de Deus”.

(Entrevistado 11, 58 anos, da Assembleia de Deus, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Nesta seção discutiremos os assentamentos rurais enquanto uma substantivação de territórios com a predominância do poder heterônimo, por meio das suas territorialidades econômicas (relações com o mercado), políticas (com as Prefeituras e o governo federal) e culturais (as religiosidades e as igrejas), onde moram indivíduos e famílias que, não raro, enfrentam a hostilidade da sociedade contra os *sem-terra*, ao mesmo tempo em que algumas práticas cotidianas (concretas e discursivas) simbolizam contestações, *desvios* e *microliberdades* diante da heteronomia exercida. A religiosidade, a comercialização, a inserção na sociedade local e a ação do Estado (governo federal e governos municipais) possibilitarão entender a organização dos assentados no Sudeste Goiano.

As territorialidades, conforme Raffestin (2011 [1980]) e Saquet (2015 [2011]), são um conjunto de relações multidimensionais que os homens e as mulheres, embora de maneiras diferentes, mantêm com o território. Elas acontecem na escala do que é vivido nas interações humanas e com a natureza. Ao mesmo tempo se vive o *processo* e o *produto* territorial pois entendemos que o território *é feito todos os dias*, sem cessar, ainda que nunca esteja pronto: o que restou de “ontem”, enquanto obra concreta e simbólica, é sempre sobreposto por novas camadas (novamente, i-materiais), “hoje”.

Como se mostra na seção precedente, as territorialidades são marcadas por diferenças, identidades e representações; por apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem as apropriações, as técnicas e tecnologias, os pertencimentos, a preservação e o manejo. São efetivadas nas famílias, nos bairros, nas universidades, nas igrejas, nos mercados, nas fábricas, nos partidos políticos, nas ações do Estado (e, também, nos assentamentos), substantivando a vida cotidiana (RAFFESTIN, 2011 [1980]; SAQUET, 2015 [2011]).

As relações de poder têm sua especificidade no modo de ação de uns sobre outros, ou seja, não atuam direta e imediatamente sobre as pessoas, senão, sobre as suas ações. *Uma ação sobre a ação possível*, uma maneira de atuar sobre um sujeito atuante (que atua ou é

suscetível de atuar). É conduzir condutas e fixar as probabilidades, isto é, estruturar o possível campo de ação dos outros (FOUCAULT, 1988; 2014 [1979]). Conforme Souza (2013, p. 292), “exercer poder sempre implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas; e não só isso: também a possibilidade de fazer com que sejam cumpridas, sob pena, para os recalcitrantes e transgressores, de sanções morais ou materiais”.

É importante destacar que o poder combina aspectos *negativos* (repressão, exclusão, censura, proibição, abstração, mascaramento) e *positivos*/produtivos/inventivos, que sustentam o seu funcionamento<sup>45</sup>. Ele produz domínios de objetos e rituais, eficácia produtiva, riqueza estratégica e positividade (FOUCAULT, 2014 [1979])<sup>46</sup>. Não é sempre que as relações de poder se efetivam pelos aspectos negativos supracitados; elas também podem funcionar em ações, representativamente, positivas. Assim, exercer o poder não significa, somente, *impor* uma vontade aos outros, mas pode se expressar na *influência*, na *persuasão*, no *convencimento*, na produção do *consenso* (ainda que este não se faça puramente, sem discordâncias) (SOUZA, 2013).

E a heteronomia corresponde à imposição da “lei” (no sentido amplo), que são as normas, as regras, as leis, os costumes, as convenções, de cima para baixo (por uma elite dominante) ou de fora para dentro (por uma potência invasora), ou seja, os grupos sociais não conseguem se autogovernarem ou se autogerirem. Ao contrário do que acontece na autonomia, temos a presença de assimetrias estruturais de poder (dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), de hierarquias institucionalizadas e a atribuição da legitimidade do poder à uma fonte extrassocial, externa e transcendental (Deus, deuses, destino, natureza). (SOUZA, 2013).

Não é à toa que escutamos, no Assentamento Olga Benário, um fiel da Assembleia de Deus dizer: “*Eu tenho que prestar conta perante o trono de Deus. Lá tem dois livro aberto. Se o nome da pessoa num tiver lá, a palavra de Deus fala assim: ‘Afastai-vos de mim, maldito! Eu não te conheço, cê vai cair no fogo do eterno, aonde é que nunca mais tem liberdade’*” (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

---

<sup>45</sup> Mesmo porque, normalmente, o poder está associado, na literatura científica e no senso comum, apenas aos aspectos negativos, à força, à violência, à heteronomia (sem contar a sua associação, exclusivamente, ao Estado). Recomendamos a leitura de Souza (2013), especialmente o capítulo 4 (Território e (des)territorialização), no qual ele detalha isto a partir das obras de Hannah Arendt, Michel Foucault e Cornelius Castoradis.

<sup>46</sup> Ainda assim, Souza (2013, p. 82) argumenta: “Um caso de ‘demonização’ [do poder] implícita é o de Michel Foucault, por ter ele focalizado, preferencialmente, exemplos de poder opressor, heterônimo, ainda que tenha explicitamente proclamado a necessidade de libertar o conceito de sua apreensão puramente ‘negativa’ (no sentido de proibição), entendendo o poder também por trás da produção de disciplina e ‘eficiência’ (FOUCAULT, 1994), e ainda que, aqui e acolá, Foucault não tenha se furtado a focalizar, ainda que não de maneira profunda ou sistemática, as rebeldias, as revoltas, as ‘contracondutas’ (FOUCAULT, 2008:266)”.

Abrimos, portanto, a possibilidade de iniciar a nossa discussão pelas religiosidades dos/as assentados/as, consoante o subitem 4.1.

#### 4.1 As religiosidades

Juntamente com o catolicismo, que é tradicional no espaço rural goiano, verificamos, como também o fez Pessoa (1999), a expansão do pentecostalismo entre os assentados<sup>47</sup>, introduzindo mudanças culturais como, por exemplo, nas festas tradicionais religiosas. Não por acaso, em 2012, no Assentamento Olga Benário, ouvimos de um entrevistado da Assembleia de Deus: *“Aqui dentro festa do mundo nós não vai. Porque se eu sou evangélico, se eu sentá lá, se tem uma roda de cerveja, se eu sentá vai falá: ‘Olha lá, o crente já tá fazendo o quê, levando escândalo para a obra do Senhor’. Se você é evangélico, você tem que ficá separado, o povo de Deus tem que ser quietinho, separado”* (Entrevistado 11, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 05/11/2012). Nesta narrativa está expresso o sectarismo típico do pentecostalismo clássico, do qual faz parte a Assembleia de Deus, de acordo com Mariano (1996).

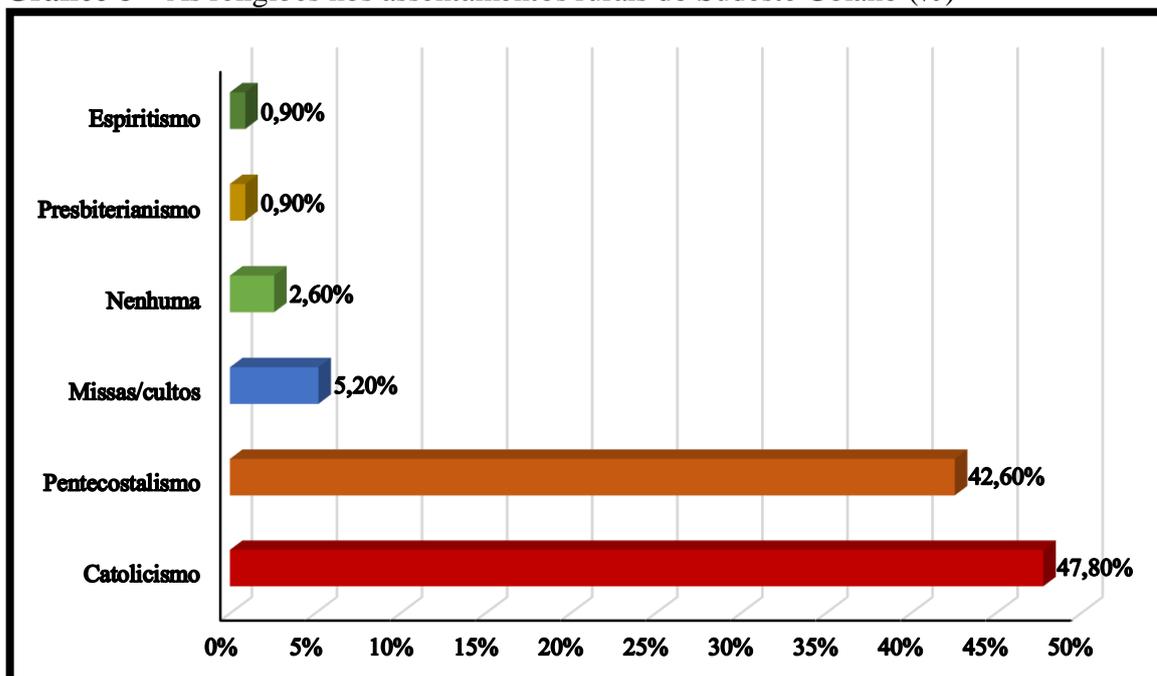
Nos assentamentos do Sudeste Goiano o *campo* religioso está estruturado da seguinte maneira: a) católicos – 47,8% dos entrevistados; b) pentecostais e neopentecostais – 42,6%, envolvendo a Assembleia de Deus/Ministérios Vila Nova, Madureira, Luz da Vida (Ipameri), Missão (Vianópolis) e do Povoado do Veríssimo (frequentada pelos assentados de Goiandira), Congregação Cristã no Brasil, Igreja Cristã Manancial, Igreja de Cristo, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Deus é Amor e Igreja Fonte da Vida; c) frequentadores de missas e cultos, ou seja, pessoas que não fazem distinção de igreja ou religião – 5,2%; d) pessoas que não possuem religião – 2,6%; e) protestantes históricos (presbiterianos) – 0,9%; f) espíritas – 0,9% (Gráfico 8).

Detalhadamente temos o predomínio do catolicismo no Assentamento São Sebastião (88,9%) e no Assentamento Maria da Conceição (78,6%). Nos assentamentos Madre Cristina, Olga Benário e Buriti predomina o pentecostalismo (57,1%; 56,9%; 100%, respectivamente). No Assentamento João de Deus os católicos, os evangélicos e os que não fazem distinção de religião somaram, cada, 33,3%.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Rolim (1980), sobre a expansão pentecostal no Centro-Oeste, argumentou que esta região foi uma *porta aberta* ao pentecostalismo, sendo uma área na qual as periferias das cidades e os núcleos rurais foram conquistados pelo proselitismo pentecostal.

<sup>48</sup> Sobre esta questão, obtivemos os seguintes números de respostas: 27 no São Sebastião, 14 no Madre Cristina, 14 no Maria da Conceição, 51 no Olga Benário, 6 no Buriti e 3 no João de Deus, entre 12/2014 e 06/2015.

**Gráfico 8 – As religiões nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%)**



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2015)

\* As porcentagens se referem às 115 respostas que obtivemos dos/as entrevistados/as.

A religiosidade exerce uma autoridade ao estabelecer um consentimento profundo (ancorado, por exemplo, na tradição) entre os que professam a mesma fé (CLAVAL, 1979 [1978]) e, nas comunidades camponesas, fortalece laços interpessoais ao mesmo tempo em que reforça as noções de submissão e de obrigação, presentes na ideologia dos camponeses brasileiros (SABOURIN, 2009). Enquanto um *campo representacional*, tem um caráter parcial, de criações e invenções subjetivas e se associa a um conteúdo político-ideológico, contribuindo para direcionar e/ou obscurecer os processos territoriais (SAQUET, 2015 [2011]).

É nesta direção que Rolim (1980), ao comentar o pentecostalismo, enfatiza a inauguração de um meio sacral imbuído da crença no poder de Deus, da consciência espontânea, dos conhecimentos comuns e da leitura literal da Bíblia. As ocorrências do cotidiano são cingidas à crença neste poder, suprimindo a abertura para uma reflexão crítica. As massas populares se tornam inabilitadas para identificar as raízes sociais dos problemas que enfrentam. “Assim, ao mesmo tempo em que se interdita as vias de acesso ao questionamento às carências em que vivem e à sociedade que as mantém, abrem-se as comportas por onde as impressões subjetivas, as emoções, os sentimentos vão desaguar na crença do poder de Deus” (ROLIM, 1980, p. 150).

Nesse sentido, embora faça parte da cultura popular e das relações de reciprocidade no espaço rural, coletamos depoimentos que desconsideram ou menosprezam a luta política, da qual os enunciadores participaram, para explicar as suas conquistas sociais pela ação divina, mascarando, para sermos coerentes com Saquet (2015 [2011]), o processo territorial. Vejamos:

A gente tem muito que agradecer a Deus por isso [o trabalho na panificadora da ASPROAB], porque **tudo que a gente consegue é através dele, num é através da gente**. É com luta, tá certo, todo mundo tem que lutar, mas o Senhor dá saúde, abre as portas né, **cada um tem que carregar sua cruz**, Cristo carregou a dele, nós também têm que carregar a nossa, mas a gente ‘tano’ na presença do Senhor ele vai só abrindo porta e a gente crescendo (Entrevistada 32, 56 anos, evangélica da Igreja Cristã Manancial, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015, grifos nossos).

Nasci no berço crente [...] quando eu entrei pra fase de adolescente eu saí fora porque não dei conta de seguir [...] aí nessa luta, **nessa bagunça lá de acampamento não tem jeito d’ocê servir a nada, aliás, tem jeito d’ocê servir lá é o diabo**. Lá o diabo cê serve ele, cê faz é a vontade dele. [...] Depois que eu entrei aqui, fui lutando, pedindo o Senhor pra me proteger, pra me livrar, pra entrar na minha vida, **a partir daí que mudei a minha realidade** (Entrevistado 26, 44 anos, evangélico da Assembleia de Deus, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

Eu agradeço o Senhor todos os dias por **Ele ter colocado a gente aqui e permanecido aqui com a gente**. Porque **se num fosse Ele nada teria feito**. Porque Deus pra mim é em primeiro lugar, Ele que **manda em tudo**, Ele é **dono de tudo**. [...] Tudo que eu tenho foi **o Senhor que me deu**, é quase nada aqui na presença de muitos que têm, mas eu agradeço muito, pra mim é muita coisa! (Entrevistada 33, 63 anos, evangélica da Assembleia de Deus/Ministério Missão, Assentamento Buriti/Silvânia/GO, 12/06/2015, grifos nossos).

De acordo com Foucault (2014 [1979]) o cristianismo (abrangendo o catolicismo e o protestantismo) concebe os homens (em termos genéricos) como um *rebanho obediente* que deve ser guiado por pastores (no sentido de líderes religiosos), que têm a missão de velar e zelar pela salvação de todos, encarregando-se da totalidade das suas vidas e exigindo obediência incondicional. Sobre isto, retomamos outra narrativa de 2012, quando um assentado disse:

As igreja é o seguinte, os pastor, as pastora, esse pessoal que mexe com isso, eles procuram onde tá as pessoas sofrida pra ir levar a palavra, levando a palavra, **com a palavra a gente consegue qualquer coisa**, porque o homem morre pela palavra e vive pela palavra. Se não tivé a palavra, **não tivé uma pessoa mais sabido**, mais sábio **pra chegá naquelas pessoa que num sabe de nada e explicá como que é a estrada ele nunca vai andá**, ele nunca vai dá um passo pra frente, ele vai só andá pra trás (Entrevistado 34, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 17/11/2012).

Para ele os/as pastores/as (neste caso, estritamente os líderes religiosos evangélicos), por portarem o conhecimento bíblico (a palavra de Deus), possuem a primazia na

condução dos homens e mulheres que “nada sabem”, para que eles/as possam caminhar para frente e não retroceder. Neste ponto percebemos que as dependências destas pessoas não são apenas materiais, elas são também simbólicas – a *palavra* (do que é transcendental), que mostra o caminho, é dada pelo outro, externo ao Assentamento.

Assim, esta forma de poder heterônomo se exerce sobre o indivíduo para conhecer (exaustivamente) a sua interioridade e produzir a sua verdade subjetiva, pelas técnicas da confissão, do exame de consciência e da direção espiritual. Seu projeto é dirigir (conduzir, governar condutas, para lembrar Foucault, 1988) os homens e as mulheres nos detalhes das suas vidas, do nascimento à morte, para obriga-los a um comportamento passível de conduzi-los à salvação (FOUCAULT, 2014 [1979]). E nos discursos dos nossos entrevistados identificamos a preocupação com a vida eterna, a salvação, a conversão e a vitória. No primeiro, o antídoto contra a ação do Diabo foi a aproximação com a Igreja, revelando um traço do neopentecostalismo, que é a guerra espiritual com o Diabo, de acordo com Mariano (1996):

A gente veio pra cá [lote] a gente tinha galinha, tinha porco, tinha as *vaquinha*. Meus porcos quando dava comida a tarde, tratava deles, como diz o outro, tava até ‘rachando’ as costas de tão gordo que tava e bonito. Daí no outro dia a gente levantava, ia tratar, tava tudo morto. Do nada! Num era cobra. Morria assim, instantaneamente. E não era de infarto não. As galinhas no puleiro o dia amanhecia elas tava tudo dura com as perna pra cima. [...] Não sei se você acredita mas, do mesmo jeito que tem Deus, tem o **inimigo** lá que faz coisa, mas a partir do momento que a gente colocou os pés no chão e pegou o **caminho certo**, Deus tem abençoado demais (Entrevistada 29, 34 anos, evangélica da Igreja Cristã Manancial, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015, grifos nossos).

Como destacamos anteriormente o (neo)pentecostalismo se reproduz, pela TDR, nos espaços rurais goianos e, especificamente, nos assentamentos. Embora não possua o histórico de ação que os setores progressistas da Igreja Católica têm nas ocupações de terras, na luta popular pela reforma agrária e em favor dos homens e mulheres do campo, ele tem o seu papel. Escutamos, em nossos percursos, sobre a ação das igrejas evangélicas na assistência social e espiritual (doação de roupas, cestas básicas e combate ao alcoolismo, por exemplo). A Assembleia de Deus, inclusive, aparece como a mais importante na penetração rural. No Olga Benário, ela conta com um espaço físico próprio, que já foi dentro do lote de uma assentada e, atualmente, está na antiga sede da fazenda<sup>49</sup> (Fotografia 30). Ela atua, também, no Madre Cristina e no Buriti. Ademais, temos registros da ação de pastores da Igreja Cristã Manancial na realização de cultos e batismo nas águas, em Ipameri (Olga Benário), entre os anos de 2012/13, como realçamos nas fotografias 31 e 32. O batismo nas águas faz parte dos ritos e

<sup>49</sup> Ela funciona, também, no antigo retiro da fazenda, mas lá é outro ministério, que congrega algumas famílias.

práticas sacramentais do pentecostalismo, sendo, contudo, distinto do batismo no Espírito Santo. Ele é feito pela imersão nas águas de um rio<sup>50</sup>, no qual o candidato, vestido de túnica branca, é mergulhado pelo pastor (ROLIM, 1980).

**Fotografia 30** – Assembleia de Deus no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO



Fonte: Arquivo pessoal (2012, 02/2015 e 03/2015)

**Fotografia 31** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cultos evangélicos

(continua)



<sup>50</sup> Embora possa ser feito, também, nos templos (ROLIM, 1980).



Fonte: Site da Igreja Cristã Manancial (2012/13)

**Fotografia 32** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: batismo nas águas



Fonte: Site da Igreja Cristã Manancial (2012/13)

Aliás, o surgimento da Assembleia de Deus (1911, no Pará) corresponde ao início do pentecostalismo clássico brasileiro, juntamente com a Congregação Cristã no Brasil (1910,

São Paulo), formando a sua *primeira onda* (MARIANO, 1996). Como salienta Rolim (1980), o movimento pentecostal, ao contrário do catolicismo (com exceção das Comunidades Eclesiais de Base) e do protestantismo tradicional (batistas, presbiterianos e metodistas), não apostou no elitismo, na discriminação social e cultural e na dificuldade de acesso a cargos, tendo se alargado no cerne das classes populares e, pelo proselitismo destas, se expandido (ou, se territorializado) nacionalmente. O seu *corpo de crentes* contava com serventes de pedreiros, pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas, faxineiros, varredores de ruas, mecânicos, motoristas, feirantes, sapateiros, balconistas, maquinistas de trens, cozinheiras, entre outros (ROLIM, 1980).

De fato a comunicação foi importante na difusão pentecostal da Congregação Cristã no Brasil e da Assembleia de Deus. No primeiro exemplo Luigi Francescon (italiano estadunidense), que havia trocado o presbiterianismo pelo pentecostalismo, viajou ao Brasil para *comunicar* a sua experiência aos italianos brasileiros. Foi acolhido no Brás (São Paulo) e lá fez pregações; formou, no Paraná, um pequeno núcleo pentecostal e, novamente no Brás, consolidou o pentecostalismo, ocasionando uma cisão com os presbiterianos de *lá* (ROLIM, 1980).

No segundo exemplo foram missionários suecos (Daniel Berg e Gunnar Vingren, convertidos ao pentecostalismo nos Estados Unidos, já que eram batistas) que vieram ao Brasil, foram recebidos pelos batistas de Belém (Pará) e lhes mostraram as suas novas pregações e orações, deixando-os impressionados. De um rompimento com a unidade batista surgiu, no Pará, a Assembleia de Deus (ROLIM, 1980).

A *segunda onda*, o pentecostalismo neoclássico, coincide com a fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, São Paulo), seguida da Brasil para Cristo (1955, São Paulo), da Deus é Amor (1962, São Paulo) e da Casa da Bênção (1964, Minas Gerais). A *terceira onda*, que é o neopentecostalismo, emergiu no final dos anos 1970 e se fortaleceu nos anos 1980/90, com a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, Goiás), a Igreja Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), a Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), a Renascer em Cristo (1986, São Paulo), a Mundial do Poder de Deus (1998, São Paulo), entre outras (MARIANO, 1996). Nos assentamentos, conforme destacamos, há vários fiéis de algumas destas igrejas.

Enquanto uma das características do *neopentecostalismo* brasileiro, está o entendimento de que o homem (fiel) obtém o direito à vida abundante pelo pagamento do dízimo, pois é desta maneira que ele marca a sua fidelidade com Deus (MARIANO, 1996). Nesta lógica, um camponês nos disse:

Em Malaquias fala: “A pessoa que num paga o dízimo é **ladrão do Senhor**”. [...] Quando a pessoa tá no *mundo*, quanto que ela já gastou na vaidade, com pinga, cerveja e num tira, de 500 reais não tem coragem de tirar 50 reais e colocar lá pro dízimo. Quantos 50 reais já num gastou? (Entrevistado 11, 58 anos, evangélico da Assembleia de Deus/Ministério Vila Nova, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

Embora ele faça parte da Assembleia de Deus, teoricamente pentecostal clássica, acreditamos que as fronteiras entre as *ondas* são fluidas. Aos que pagam o dízimo, a lógica é que Deus é dono de tudo e estes 10% são, apenas, a devolução de uma parte (os 100%) que Ele fornece. Aqueles que não contribuem são ameaçados com maldições e são acusados de, indiretamente, contribuírem com o Diabo (MARIANO, 1996). Pode ser uma explicação para a continuação da *fala* do nosso entrevistado (fragmento já utilizado anteriormente, porém importante também neste ponto):

Eu tenho que prestar conta perante o trono de Deus. Lá tem dois livro aberto. Se o nome da pessoa num tiver lá, a palavra de Deus fala assim: “Afastai-vos de mim, maldito! Eu não te conheço, cê vai cair no fogo do eterno, aonde é que nunca mais tem liberdade” (Entrevistado 11, 58 anos, evangélico da Assembleia de Deus/Ministério Vila Nova, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Por fim, ele (que é obreiro na igreja) enuncia um princípio no qual o cristão está destinado a ser materialmente próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, associando a posse de bens com uma maior espiritualidade, típico da Teologia da Prosperidade (MARIANO, 1996). Vejamos:

Quando nós veio [pro assentamento] fiz compromisso com Deus, de fazer as *coisa* só pra agradar Ele, mas não pra desagradar. Desde quando eu tive compromisso com Deus, nada me atrapalhou nos *negócio*. [...] Foi um rapaz pra comprar uma moto [...] nós foi junto, o pai dele tem uma casa, tem tudo, não conseguiu. Coloquei minha vida na presença de Deus, cheguei lá, primeira coisa o gerente ligou pra mim: “Tá aprovado!” [...] Se não tiver fé, num alcança nada (Entrevistado 11, 58 anos, evangélico da Assembleia de Deus/Ministério Vila Nova, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Como nem todo processo territorial é absoluto, os usos da religiosidade também podem ter direções políticas ou de questionamento/afastamento da rigidez e da fidelidade religiosa, impostas pelas igrejas e seus líderes. Estamos, deste modo, nos preocupando com o *funcionamento* da resistência. Por seu caráter relacional, as lutas contra o exercício do poder não podem ser travadas externamente, de outra localização, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é resistência dentro da própria rede de poderes, o que significa que *onde há poder, há resistência*. Ela também é móvel, transitória e se distribui pela estrutura social. A

resistência é *coextensiva* ao poder e precisa ser inventiva, móvel e produtiva (FOUCAULT, 2014 [1979]).

A luta pela terra foi, como procuramos evidenciar anteriormente, um exemplo claro da resistência e da organização política das famílias junto aos movimentos sociais, federações e sindicatos. Mas, após o assentamento, elas (as resistências) continuam funcionando, pelas escolhas de entregar leite para a empresa que remunera melhor (uma pequena *margem de manobra*, para usar os termos de Certeau (2014 [1980]), pelo enfrentamento discursivo, pela recusa em sair da terra conquistada (agora, um lugar de vida e um patrimônio) e pelo habitar, de todos os dias, que efetiva aqueles territórios e as territorialidades.

Sendo assim há na Bíblia, também, um estímulo para lutar por terra, conforme nos narrou um assentado:

Eu acredito assim que Deus deu muita força pr'eu 'continuá' na luta por terra e me deu essa terra aqui foi Deus que deu, mas pelo conhecimento 'tamém' que eu 'adquirí', bíblico, porque teve a luta por terra antes, tempo de Moisés, que levou o povo à terra prometida [...] eu espelhei muito nisso aí, cê 'creno' e 'teno' coragem de 'lutá', 'teno' audácia cê consegue (Entrevistado 5, 58 anos, evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

No Assentamento São Sebastião, é comum acontecer, há mais de uma década, no mês de outubro, uma festa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, que é a padroeira do Assentamento. Quando as famílias estavam em processo de luta pela terra prometeram que se conseguissem ergueriam uma capela em homenagem à santa, o que se concretizou: “*Aquela capelinha ali foi o seguinte: nós ‘falamos’ se Nossa Senhora abençoasse, intercedesse lá a teu filho pra dá tudo certo aqui, a gente construiria a capela. Aí ela tá lá. Nós mesmo que ‘fizemos’.* Ali tem, de cada pessoa ali tem um tijolinho (risos)” (Entrevistada 6, 51 anos, católica, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015). Esta *fala* reforça uma característica do catolicismo popular, que é o pagamento das promessas após o atendimento das súplicas, conforme Mariano (1996). Concreta na paisagem, vejamos a capela na fotografia 33.

Na imagem, vemos a capela por fora e por dentro, com Nossa Senhora Aparecida próxima do altar, onde são celebradas missas todos os meses pelo padre de Silvânia. No dia 20 de agosto de 2016 aconteceu a IV Festa Camponesa no Assentamento, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujo tema foi o “Cerrado: berço das águas”. Por dentro da religiosidade, a discussão política sobre a conservação do Cerrado, mas também ocasião para reforçar a fé católica das famílias e das comunidades rurais de Silvânia, que estiveram na celebração. Durante a festividade, algumas assentadas participaram de um ritual de oferta de alimentos produzidos na terra, como mostramos na fotografia 34.

**Fotografia 33** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: capela para Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Arquivo pessoal (05/2015 e 08/2016)

**Fotografia 34** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: participação de mulheres assentadas na IV Festa Camponesa



Fonte: Arquivo pessoal (08/2016)

A Igreja Católica teve uma inserção na questão agrária brasileira nos anos 1950, com o documento “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, que, ainda que utilizasse as justificativas de promoção humana, assistência social e conscientização dos trabalhadores rurais, se preocupava com o avanço do Partido Comunista no espaço rural e com a defesa do rebanho, traço do cristianismo, como supracitamos. Por isto, a reforma agrária deveria ser adjetivada como cristã (PESSOA, 1999).

Ela própria (a Igreja, pela Arquidiocese de Goiânia) desenvolveu uma experiência de reforma agrária no município de Corumbá/GO, utilizando uma propriedade, a Fazenda Conceição, que recebeu como doação de João Antônio Boaventura, ainda nos anos 1930. Os 1.016 hectares do imóvel foram parcelados em 56 lotes que, gradualmente, foram ocupados. De início, as terras foram distribuídas para 11 famílias que trabalhavam na propriedade; no ano de 1961, outros lotes foram ocupados por 25 famílias; em 1964, todas as parcelas estavam sendo usadas. A Igreja oferecia suporte financeiro, técnico e organizativo, tendo fomentado a criação de cooperativa e a exploração coletiva da terra. Porém, o projeto não obteve êxito por muito tempo e se encerrou em 1966, consoante Pessoa (1999).

Após apoiar o regime militar, nos anos 1970, a Igreja Católica sofreu algumas transformações que a tornaram um canal de expressão das necessidades sociais. Em Goiás teve forte presença nas ocupações de terras, sobretudo no bispado de Dom Tomás Balduino (1922-2014). O seu conteúdo evangelizador mudou, transitando de pregações vagas, como o amor ao próximo, para questões da terra e dos conflitos enfrentados pelos trabalhadores rurais, especialmente com a criação da CPT, em 1975 (PESSOA, 1999). Reafirmamos nossa participação na IV Festa Camponesa no Assentamento São Sebastião, no dia 20 de agosto de 2016, com organização da CPT, na qual os cantos da celebração tinham este conteúdo político, de questionamento da grande propriedade e suas cercas, da opressão do povo, de libertação e de lutas populares, como Palmares e Canudos.

Podemos citar alguns exemplos. No canto “Comunhão – Na Festa do meu povo”, se cantou: *“Na festa do meu povo, há vinho, leite e comida. Mesa fraterna servida, a gente pode saciar. É nova sociedade, é mundo novo nascendo, plantado entre os pequenos, a vida vai transformar”*. No canto “Comunhão – Se calarem a voz dos profetas”, ouvimos: *“No banquete da festa de uns poucos, só rico se sentou. Nosso Deus fica ao lado dos pobres, colhendo o que sobrou”*. No canto final, de nome “A classe roceira”, se cantou: *“A classe roceira e a classe operária, ansiosa, espera a reforma agrária, sabendo que dará solução para a situação que está precária. Saindo o projeto do chão brasileiro, de cada roceiro, plantar sua área, sei que na miséria ninguém viveria, e a produção já aumentaria, quinhentos por cento, até na pecuária”*.

A possibilidade que os indivíduos têm, portanto, de construir uma *margem de manobra*, uma *microliberdade* (CERTEAU, 2014 [1980]) (ou um desvio, uma resistência) está posta no *campo* religioso, já que ouvimos várias pessoas que se declaravam católicas e não frequentavam a Igreja, faziam suas orações em casa e tinham a sua fé, sem, necessariamente, estarem filiados a uma igreja ou religião específica, sem contar aqueles que ressaltaram não

fazerem distinção – ao estilo “*o importante é falar de Deus*” ou “*Deus é um só*”, significando que frequentavam tanto missas quanto cultos. Assim, narraram alguns desvios (reais ou em potencial):

Não existe isso de um homem querer dar lição de moral ‘ne’ outro homem, na realidade muitas pessoas são mais errada do que a gente e quer ser certo e só Ele [Deus] tem o direito de castigar, só Ele lá de cima tem o direito de castigar e Ele castiga da forma dele (Entrevistado 35, 52 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015).

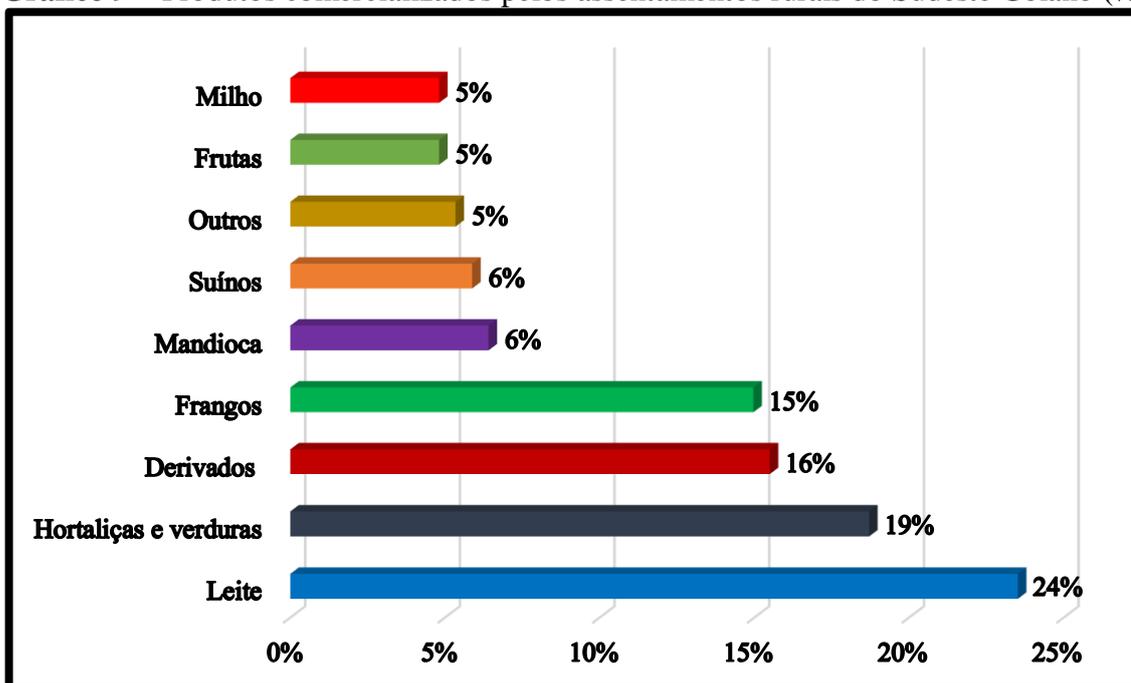
Pro catolicismo eu não volto porque de lá eu já saí, eu conheci e entendi coisas que lá não me agrada, sentindo que não agrada a Deus, então num vou! Agora nessa outra não [Assembleia de Deus], é **evangelho verdadeiro**, eu vou! Agora se eu sentir que lá tá desviando das coisas de Deus, da verdadeira palavra de Deus, eu saio, **eu desvio também** (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, evangélico da Assembleia de Deus, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015, grifos nossos).

Como as relações de poder são multidimensionais, também envolvem as questões econômicas e políticas, como mostraremos a partir do subitem 4.2.

#### 4.2 A comercialização

As famílias que moram nos assentamentos comercializam, conforme o gráfico 9, especialmente, o *leite*. Entretanto, vendem também as *hortaliças e verduras*, como as pimentas, o açafrão, o quiabo, a abóbora, o maxixe, o chuchu, a vagem, a marimba, a pimenta em pó, a guariroba, o cheiro verde (cebola, salsa e coentro), o jiló, a couve e a cenoura; os subprodutos do leite, da mandioca, da cana de açúcar e dos galináceos (queijos, ovos, farinha de mandioca, polvilho, massa de mandioca, rapaduras, melados e requeijões), que são os *derivados*; os *frangos*, a *mandioca*, os *suínos* e o *milho*; as quitandas, o mel, o fumo, os doces, as geleias, os bezerros, o eucalipto, o arroz e a cana de açúcar, agrupados no *campo* denominado *outros* (com uma ou duas menções); as *frutas*, como o abacaxi, a banana, a laranja, o maracujá, a melancia e o limão.

**Gráfico 9** – Produtos comercializados pelos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%)\*



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Autor: MONTEIRO, R. de M. (2015)

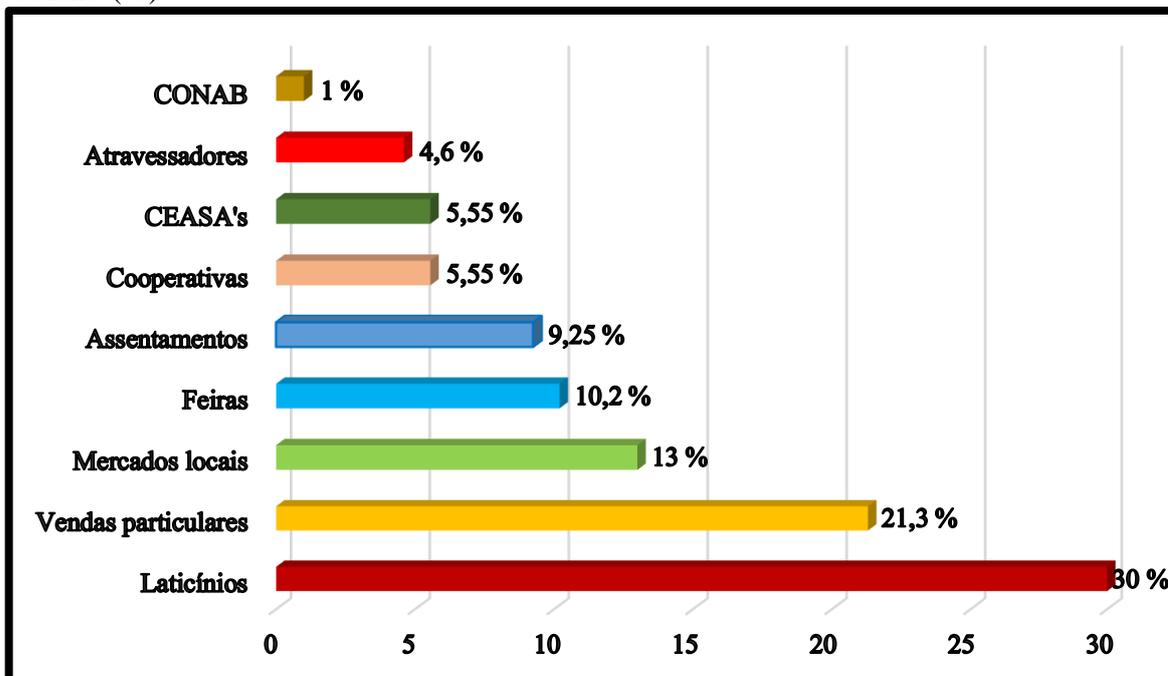
\* Do mesmo modo como no gráfico 1, neste as porcentagens foram feitas a partir de um total de 187 citações de produtos comercializados.

Constatamos que as redes de comercialização, nos territórios estudados, são diversas. Em ordem decrescente, as famílias vendem para os *laticínios* (Carvalho e MV no município de Ipameri, laticínios nos municípios de Nova Aurora e Vianópolis, o Laticínio Piracanjuba em Bela Vista, para onde se destina a produção de leite do Assentamento São Sebastião)<sup>51</sup>; efetivam *vendas particulares* nas ruas, praças e nas casas, em cidades como Ipameri, Silvânia, Goiandira, Catalão, Pires do Rio e Vianópolis; também, as vendas nos *mercados locais* são importantes, incluindo panificadoras, lanchonetes e supermercados de Ipameri, Silvânia, Orizona e Goiânia; as *feiras livres* em Ipameri, Vianópolis, Luziânia, a Feira da Universidade Federal de Goiás em Catalão e a Feira Agro Centro-Oeste em Goiânia (2015). Na sequência, as vendas de hortaliças, leite, ovos, suínos, quitandas e rapaduras por encomendas no interior dos *assentamentos* Olga Benário, São Sebastião, João de Deus, Maria da Conceição e Buriti; a comercialização com *cooperativas*, em especial no caso do Assentamento João de Deus, que vende seu leite para a Cooperativa Agropecuária Mista de Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL); com as *Centrais de Abastecimento* (CEASA), predominantemente por parte do Assentamento Buriti, que vende para o CEASA de Anápolis

<sup>51</sup> Embora tenhamos sido informados, em julho de 2016, que estão vendendo leite, também, para o Laticínio Marajoara e a Cooperativa Indaiá.

e Goiânia. Finalmente, temos os *atravessadores* que compram pimentas e frangos; e as vendas para a *Companhia Nacional de Abastecimento* (CONAB) (com exceção das vendas da ASPROAB e da ASCRAF, que não estão incluídas no gráfico 10)<sup>52</sup>.

**Gráfico 10** – Destinação dos produtos comercializados pelos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (%)



Fonte: Pesquisa de campo (dez. 2014 – jun. 2015)

Elaborado por: MONTEIRO, R. de M. (2015)

Assim são constituídas as *redes*, que são *articuladoras dos e articuladas nos* territórios. Um sistema territorial é composto por *malhas* (superfícies), *nós* (pontos) e *redes* (linhas), visíveis ou não-visíveis (as ações e decisões, por exemplo). São as ligações entre os pontos (as infraestruturas, como as estradas) que garantem, simultaneamente, os fluxos e as mobilidades de bens, pessoas e informações e configuram *territórios em rede* ou *descontínuos*. Em todo “transporte” há circulação e comunicação, pois os homens e os bens que circulam portam uma informação (comunicam alguma coisa). Por outro lado, a informação comunicada é um bem que circula. E o poder circula em redes: nas suas malhas, os indivíduos não somente se movem, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer a sua ação. Eles *nunca* são o alvo inerte ou consentido do poder; são também *centros de transmissão*, porque o poder atravessa os indivíduos que ele constituiu. De maneira que as redes são a *imagem do poder*, móveis, inacabadas e proteiformes, variando conforme o espaço e o tempo, atuando pelo

<sup>52</sup> E que, conforme já explicamos, desde o início de 2016, estão paradas, sem vendas para a CONAB.

jogo “libera-aprisiona” (FOUCAULT, 2014 [1979]; RAFFESTIN, 2011 [1980]; SOUZA, 2012 [1995]).

A leitura de Claval (1979 [1978]) foi importante por causa das escalas de assimetrias, nas relações sociais, que ele apresenta. São elas: o *poder puro*, relação de *perfeita dissimetria* na qual o dirigente nada deve aos dirigidos e os utiliza para obter resultados, usando ordens, ameaças e força física; a *autoridade*, tipo de relação na qual os submetidos aceitam a situação como natural e legitimam a autoridade (com influência ideológica, inclusive), na qual poderíamos enquadrar a religiosidade. Um consentimento profundo é produzido com base na tradição, na razão e/ou no carisma; o *jogo de influências*, em que as assimetrias não são evidentes devido as *trocas* (desiguais) dos circuitos econômicos; e a *dominação inconsciente*, na qual os sujeitos envolvidos podem não perceber os desequilíbrios<sup>53</sup>.

Discordamos de Claval (1979 [1978]), entretanto, sobre as assimetrias não serem explícitas nas trocas econômicas. E, neste momento, destacamos um segundo aspecto da heteronomia nos assentamentos, pois os assentados, mesmo que efetivem a venda, identificam os problemas da comercialização do leite com os laticínios e cooperativas, por conta do baixo preço que recebem pelo produto. Vejamos:

Esses dias nós tava entregando leite a R\$ 0,60 (sessenta centavos) o litro [...] porque abaixa pros pequeno produtor, porque os rico que tem tanque, que tira muito leite eles continuam lucrando porque tem em grande quantidade [...] agora a gente que é *pouquinho* num compensa não [...] quem lucra é os laticínio, a gente mesmo, num dá pra despesa do gado não (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Pra mim ‘comprá’ uma dose de pinga eu tenho que ‘vendê’ cinco litro de leite pra COOPERSIL [Cooperativa Mista de Silvânia]. Isso porque eu ‘sô’ ‘foliada’ [filiada] lá. Eu pago lá, parece que pra ‘podê’ cê ‘foliá’ cê tinha que ‘pagá’ R\$ 180,00 [...] pra eles te ‘pagá’ pr’ocê um litro de leite a R\$ 0,68 e uma dose de pinga é R\$ 2,00 (Entrevistada 4, 42 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015).

Isto significa que está em curso um processo de *sujeição da renda da terra* (MARTINS, 1981), *monopolização do território* (OLIVEIRA, 1999; 2001) ou, ainda, de *territorialidade do capital em território camponês* (FERNANDES, 2009; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014) pela renda capitalizada da terra na territorialidade-rede do leite e, em menor grau, das hortaliças e verduras, conforme mostraremos adiante. De acordo com Turatti (2005), a manutenção da agricultura familiar (ou, a recriação da agricultura camponesa) é uma estratégia de reprodução do capital, exatamente a partir de exemplos como este, quando

---

<sup>53</sup> Contudo, temos clareza das críticas que existem, por parte da filósofa Hannah Arendt e do cientista político alemão Günther Maluschke, sobre a confusão e a superposição entre as ideias de poder, dominação, força, violência, vigor, autoridade e competência, que estão destacadas em Souza (2013).

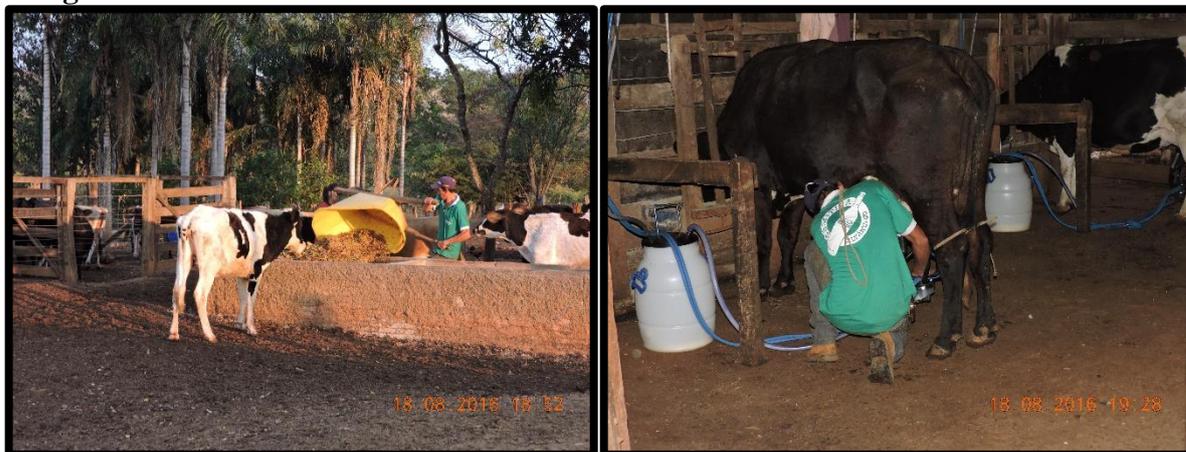
se efetivam as parcerias entre indústrias de transformação (no caso, os laticínios) e pequenos proprietários rurais (ou os assentados da reforma agrária, com a concessão de uso da terra). Ou seja, substantivam-se relações de subordinação do campesinato recriado ao capital que, ao mesmo tempo em que destrói, também recria o trabalho familiar para sua acumulação.

Nossos entrevistados notam que, na produção, consome-se uma alta soma de recursos financeiros e muita força de trabalho. E a consciência das assimetrias que envolvem esta prática econômica pode, ainda, sustentar o abandono da atividade, como aponta o depoimento seguinte:

Eu insisti uns três *ano* em leite [...] fiquei três meses devendo ração lá [loja de produtos agropecuários de Ipameri] [...] e aí eu peguei um desespero, levantava cinco hora da manhã [...] todo dia [...] e tirava o leite e saía ‘correno’ e ‘ajeitava’, roçar pasto [...] plantar uma muda [...] ou ia pra trabalhar pra modo de pegar dinheiro lá dos outro, dos fazendeiro aí na região e, mesmo assim, ‘sofreno’ com aquela luta toda [...] eu falei: “Não, não preciso disso”, ‘trabalhano’ de cinco hora até as sete, oito hora da noite, pra mim se matar e virar nada e pegar e dar o dinheiro tudo lá pra num sei quem [...] eu num faço isso mais. Aí foi aonde que eu falei assim: “Eu num tiro leite mais nem pra mim beber aqui em casa, num tiro” (Entrevistado 26, 44 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Deste modo, o leite, atividade tradicional em Goiás, é uma das principais territorialidades produtivas, sobretudo, nos assentamentos João de Deus e São Sebastião (Silvânia), onde praticamente todas as famílias estão nesta atividade, comercializando com a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), com o Laticínio Piracanjuba (Bela Vista/GO), com a Cooperativa Indaiá e com o Laticínio Marajoara (Hidrolândia/GO). Na fotografia 35, um assentado, na casa de quem estivemos por dois dias, trata das vacas com o silo e, em seguida, faz a ordenha mecânica do leite a ser entregue.

**Fotografia 35** – Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO: trato com silo e ordenha mecânica



Fonte: Arquivo pessoal (08/2016)

No Olga Benário (Ipameri) está em andamento a incorporação de parte das famílias (cerca de 20) na comercialização deste produto, principalmente com o Laticínio Carvalho e o MV (ambos em Ipameri). Esta rede ainda não atingiu, expressivamente, os assentamentos de 2009 (Madre Cristina e Buriti) e 2010 (Maria da Conceição), que estão se estruturando (ainda não possuem energia elétrica, por exemplo). Mesmo assim, em Goiandira, identificamos um assentado que vende leite para um laticínio no município vizinho de Nova Aurora; e, no Buriti (Silvânia), outro que vende para um laticínio em Vianópolis (também município vizinho).

Temos, com isto, a produção de matéria-prima para empresas agroindustriais, o que significa a *produção do capital*, que nunca é feita apenas por relações tipicamente capitalistas de produção (MARTINS, 1981). Não é interessante, para o capital, que o campesinato se organize em cooperativas, grupos coletivos ou em pequenos laticínios, como nos alertou um dos nossos entrevistados, membro do Movimento Camponês Popular (MCP) e assentado em Ipameri:

O leite nós sabe aí que é um monopólio, que a Nestlé hoje ela comercializa 53% do leite do mundo. O leite hoje não é ‘propogonado’ [propugnado] por quê? Porque não há interesse das grandes empresas ‘fazê’ isso porque senão o pessoal deixa de ‘sê’ individual, começa a se ‘organiza’ em cooperativas, em micros laticínio e aí as empresas vai ‘deixá’ de ‘ganhá’ e passa a ‘ganhá’ os pequeno agricultor. Então hoje, quem tá no leite, seja na pequena, média escala, hoje ele é **empregado barato das grandes empresas** (Entrevistado 36, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 10/05/2015, grifos nossos).

A ação do capital está orientada no sentido de evitar uma maior autonomia organizativa e produtiva das famílias assentadas, o que representaria a diminuição desta heteronomia, expressa na dependência econômica.

Na venda de hortaliças e verduras aos mercados locais também há desigualdades, como aponta a narrativa seguinte:

O que sobra o mercado num tem o prejuízo, fica pra gente. O que nós levamos eles paga, mas aí o que sobrou a gente tem que trocar em troca de outra. A gente pega a velha [hortaliças] e traz e deixa outra nova no lugar. [...] Não pagam [os compradores], fica por nossa conta. Então por isso muitos *mercado* nem num zela das verdura que a gente leva porque eles tinha que ter aquele *resfriadorzinho* que é próprio pra verdura, espaço pra colocar, não, a gente leva trinta, quarenta peça, põe dentro de uma caixinha dessas de supermercado, então fica tudo ali amassando. [...] Aí vai aquele peso em cima de folha [...] elas quebra assim e fica *fininha* como se fosse *pequeninho*, mas num é [...] aí o freguês num quer, aí esse prejuízo é todo nosso (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Além deste problema, há a questão dos preços pagos, como ocorre com as alfaces:

O maior mercado é o que paga menos. Pagou mês passado R\$ 1,50, isso não o pé e sim uma ‘*marri*’, são dois pés médios [...] enche um saquinho. [...] Eles

pagou R\$ 1,50 mês passado, diz que vão pagar R\$ 1,80 agora. Mas tem uns outros lá que nessa época tá a R\$ 2,00. [*E eles vendem por quanto?*] Quanto maior o mercado, maior a ganância: os mercado menor vende, a gente passa pra eles a R\$ 2,00, eles vendem a R\$ 3,00. O mercado maior pagou a R\$ 1,50 e tá vendendo a R\$ 3,40 (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Neste caso, percebemos que o lucro do revendedor foi mais do que 100% do que foi pago aos produtores. A alternativa comercial é a feira, espaço no qual há relação direta com o consumidor e a fixação do preço é feita pelo agricultor. Nossa entrevistada relatou que na feira de Ipameri, aos domingos:

Rende mais, muito mais. [...] **Se a de quarta [feira] fosse igual o domingo eu não entregava pra mercado não.** Eu ia só nas duas feira e pronto. [*Dá para vender a quanto a alface na feira?*] O pé que você entrega no mercado a R\$ 0,75 cê pode conseguir vender a R\$ 1,50 [...] um pé médio, R\$ 1,50 na feira enquanto no mercado são dois médios por R\$ 1,50 (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

Também é comum a compra por atravessadores, como identificamos no Assentamento São Sebastião em relação à pimenta. São comercializados dois litros do produto por R\$ 14,00, mas isto, para nossa entrevistada, é positivo por lhe garantir uma renda que, de outra maneira, ela não teria:

Muita gente passa, fala pra gente assim: “Ah, mas cê vai pro sol, cê ganha esse *tantim*, num dá, isso acaba com a saúde”. Uns curte c’a gente, ‘caba’ c’a beleza, falo: “Quem passa aqui e me dá um real?”. [...] Pra mim é valioso, já teve época qu’eu tirei R\$ 1.000,00 [...] pra mim que num ganho nada! (Entrevistada 8, 44 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 24/05/2015).

Enquanto a relação com o mercado capitalista é desigual, normatizada, burocrática e heterônoma, as vendas particulares e as feiras livres são espaços de resistência e/ou possibilidade de venda direta ao consumidor, sem atravessadores e sem apropriação da renda camponesa da terra. Esta heteronomia, evidentemente, tem implicações sobre a autonomia, já que na relação com os laticínios e com o mercado, de modo geral, os preços são fixados pelos compradores, assim como as demais regras de compra e venda. Trata-se, com isto, de um acordo desigual, cuja força se concentra nos agentes externos sobre os internos.

As leituras de Certeau (2014 [1980]) foram profícuas para reorientar o nosso *olhar* sobre a realidade pesquisada, pois a proposta do autor é a de que os *sujeitos de querer e de poder* não são passivos frente ao poder. Eles recebem as imposições mas podem respondê-las de maneiras distintas do programado, como, inclusive, já destacamos. Com isto desenvolvem suas *margens de manobras*, fundam suas *microliberdades e maneiras de fazer* no cotidiano. Durante as entrevistas nos preocupamos em compreender o óbvio e o não-óbvio, ou seja, os

detalhes que indicassem uma manobra (um discurso, um riso, uma ironia, uma prática ou uma frase) pois acreditamos que os assentados se movem, não se fixam, eles navegam entre as relações de poder.

Neste sentido concordamos com Souza (2013) quando ele ressalta a importância de Michel de Certeau para o entendimento dos micropoderes, ou da microfísica do poder (nos termos de Michel Foucault, grande inspirador da sua obra), que se fazem presentes na escala do cotidiano, a mesma na qual se efetiva a ação dos oprimidos, onde eles desenvolvem as suas táticas e inscrevem, nos espaços, as suas resistências. Assim, além do que já mostramos neste texto, no que se refere à comercialização nas feiras livres e nos mercados institucionais, as táticas na luta pela terra e nas ocupações, entre outros exemplos, podemos relatar, enquanto resistências cotidianas, alguns outros casos. Primeiramente, a ironia e o riso na narrativa de um entrevistado que não criava vacas leiteiras por insuficiência de recursos financeiros. Quando o Roberto comentou que, em nossas *andanças* no Assentamento Olga Benário, avistamos muitas destas vacas, ele respondeu:

Ah é, eu gosto de ficar vendo, na *fazenda* dos outros é *bão* de ver (risos dos dois – o entrevistado e o Roberto), mas num trás pra cá não! Trinta quilo, quarenta quilo de leite, mas aquilo é boca cheia de silo o dia *inteirinho* né, arrota silo. Agora trazer vaca pra cá pra chupar pedra? Aí morre tudo! (Entrevistado 37, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015).

Embora não queiramos romantizar os problemas cotidianos, pensamos que este discurso representa uma *bricolagem* (CERTEAU, 2014 [1980]), o bom humor convocado para suavizar as dificuldades do *mundo da vida* (SOUZA, 2013). Todavia, não é apenas isto: as práticas cotidianas, que não são somente resistências (e isto não é pouco!) e/ou inércias frente a processos mais amplos, senão, *maneiras de fazer*, se fazem presentes na melhoria das condições de vida, de trabalho, na constituição da renda doméstica e, em última instância, na perpetuação das famílias na terra:

Eu levo pra cidade a couve já *picadinha*, a cenoura *raladinha*, o cheiro verde também, faço conservas de pimenta, faço picles, faço doces, faço geleia [...] aí eu vou aproveitando tudo que eu tenho, eu processo e faço alguma coisa e levo e vendo particular na cidade, mas lá já tem uns *clientezinhos* que espera tudo que leva e aí a gente vai se organizando aos poucos (Entrevistada 29, 34 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015).

Meu esposo saía cedo pr'uma fazenda, trabalhava o dia, vinha de tarde pra casa. Aí um dia ele falou: “Eu quero deixar de trabalhar pros'outro”. E ele doido pra mexer com horta. A gente tentou um financiamento, mesmo no Banco do Povo num conseguiu. [...] Ele foi ‘trabalhano’ fora e ‘comprano’ umas mangueira, bombinha. Fui ‘comprano’ as mudinha e ‘plantano’ aí e ‘achamo’ um *mercadinho*, ‘fomo’ ‘entregano’ os *pouquinho* de verdura aqui

na cidade. Aí tem uma freira [...] vou eu correr atrás. [...] Aí ela ajudou com os canos e uns ‘aspensor’ [...] aí ‘começamo’ a arrumar mais um outro *mercadinho, pouquinho* mas vai ‘dividino’ um *pouquinho* no mercado, aí começamos a fazer essa feira [de Ipameri], deve ter um ano e *pouquinho* que a gente começou a fazer. **E aí ele deixou de trabalhar pra fora** (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

O que eu mexo aqui é com jiló e quiabo e milho verde. Eu vendo aqui em média 20 caixas de jiló e quiabo toda semana. Entrego tudo na cidade, no comércio local. **Eu já mexo com isso há seis anos. Eu vivo é disso.** Não trabalho fora, só aqui dentro da minha parcela (Entrevistado 22, 43 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

Coletivamente as mulheres do Assentamento São Sebastião se mobilizaram e agiram em favor da educação dos seus filhos, como narrou uma entrevistada de lá:

As criança nossa levantava às 4 da manhã pra ir pra escola na cidade. Aí ‘lutamo’ junto com a Prefeitura, conseguimos fazer a escola pólo aqui no Quilombo [região distante cerca de 10 km do Assentamento]. [...] Mas mesmo assim continuavam ‘levantano’ cedo, só tinha um ônibus, pegava aqui às 4 da manhã, a escola terminava meio dia, eles entregava as criança aqui era 3, 4 horas da tarde. A gente conversou com a comunidade: “Olha, ‘vamo’ sequestrar o motorista do ônibus pra ver se a Prefeitura faz alguma coisa”. E aí a gente juntou umas mães aí, ‘sequestramo’ ele bem ali em cima [...] ‘falamo’ pra ele: “Olha, seu João, nós ‘vamo’ ter que deixar o senhor preso uns três dias aí até a Prefeitura aparecer pra gente conversar”, ele: “Não tem problema, eu vou lá pra sua casa”, aí veio pra cá, ficou aqui e toda hora que aparecia alguém da Prefeitura ele falava: “Não, eu tô preso aqui, eu num vou sair”, e ele foi parceiro da gente. Depois de quatro dias o prefeito resolveu a vir aqui na reunião da comunidade, a gente falou pra ele: “Olha, se não arrumar um ônibus pra todas as comunidade nós ‘vamo’ pro Ministério Público, ‘vamo’ pra imprensa, ‘vamo’ pra onde for preciso”. Ele pediu questão de um mês pra resolver. Menos de um mês ele já tinha colocado ônibus em todas as comunidades. E aí as criança nossa, hoje, o ônibus pega seis, seis e meia [horário], meio dia, o máximo uma hora tá em casa (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Ao mostrarmos algumas práticas cotidianas tentamos apontar o movimento que os sujeitos sociais fazem frente aos contextos em que se inserem e, ainda, nessa última narrativa, a expressão, talvez, do aprendizado político que estas pessoas tiveram nas suas vidas. E isto faz a diferença no momento em que precisam se afirmar na sociedade em que estão (re)inseridos (na qual, embora assentados, permanecem estigmatizados negativamente como *sem-terras*) e também nos momentos em que se relacionam com as ações do Estado, nas escalas federal e municipal, como veremos no subitem 4.3.

### 4.3 A inserção na sociedade local e a relação com o Estado

No processo de (re)inserção na sociedade, retomada da dignidade pública e da cidadania, há uma tensão entre os assentados e a população local pois as famílias enfrentam a estigmatização negativa que lhes recai (assim como também há uma *estigmatização espacial*<sup>54</sup> do assentamento), embora, conforme os relatos, isso tenha se enfraquecido ao longo do tempo. Eles próprios, é importante mencionar, em boa medida, também se afastam da identidade política de sem-terra, sobretudo no caso dos participantes de movimentos sociais, como o MST. De certo modo é preciso negar a identidade junto ao Movimento e (re)elaborá-la enquanto um camponês, um assentado, um pequeno produtor e até um fazendeiro. Seleccionamos quatro depoimentos que revelam este aspecto, com um intervalo de tempo entre o começo da territorialização, momento em que a discriminação incidia com maior ênfase, e o período mais recente, quando estas famílias, por exemplo, já consomem no comércio local e isto, além de razão de orgulho, aponta que a (re)inserção está em curso:

Quando eu tava no acampamento um dia eu fui numa fazenda vizinha e tinha um cachorro muito grande lá [...] era um cachorrão preto. [...] Ele começou a ir numa chácara que era bem próxima ao acampamento [...] pegar os frango e matar e comer [...] comia só uma parte e largava. [...] Eu escutei a mulher cochichando com a outra que era os sem-terra que tava comendo os frango, matando os frango, roubando os frango da chácara [...] e aí meu marido viu o cachorro lá com uma galinha na boca. [...] Falei: “Aí os sem-terra que tá comendo as galinha deles”. [...] Aí quando a mulher falou que era os sem-terra que tava ‘comeno’, a outra cochichou: “Ó, essa aí é sem-terra” (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

**Quando nós ‘viemo’ pra cá** o povo tinha preconceito com nós e muito. [...] **Hoje em dia** nós já tá sendo mais bem-vindo na cidade [...] Mercado Verônica: vai fazer 10 anos que eu compro lá (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

A gente chegava na cidade era mau recebido pelas pessoa [...] a polícia seguia a gente como se fosse um marginal. [...] **Hoje em dia** num tem isso mais, a gente é bem recebido no comércio [...] a receptividade com a gente é bem grande. [...] O pessoal vem visitar a gente, já conhece [...] **antigamente** o pessoal tinha até medo de vim aqui. [...] A gente falava: “Vamo lá no assentamento”, o cara: “Deus me livre” (risos) (Entrevistado 19, 55 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015, grifos nossos).

De outro modo, o incômodo que alguns sentem pelo rótulo de *sem-terra* indica um (possível) estranhamento do sujeito por esta identidade assumida no passado (e não somente da população municipal) ou uma incompreensão de que este termo, mais do que significar alguém

---

<sup>54</sup> Ver Claude Raffestin.

que não tem terra, expressa uma identidade política, como mencionamos. Senão, esta marca seria razão de orgulho pela luta e conquista da terra, como de fato é para alguns:

Todo mundo me chama de sem-terra, eu falo: “Olha, pra mim é um orgulho, pode me chamar do que quiser, o que importa é que a gente lutou, batalhou, organizou e hoje tá todo mundo assentado” (Entrevistada 7, 43 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Pessoa (1999) também comenta a transformação da autoimagem dos assentados em relação ao meio circundante, evoluindo de um sentimento de *eliminação por desqualificação* para a *superação da marginalidade* e, finalmente, atingindo uma *condição de referência* em relação aos outros camponeses da região. No início, as imagens construídas do *exterior* e *impostas* (heteronomia simbólica ou imagética) aos assentados eram na direção da desqualificação e desmoralização, como quando um entrevistado nos disse que seus amigos se afastaram dele porque ele estava, no imaginário daqueles, *tomando terras* da empresa que lhes deu emprego em Niquelândia/GO:

Aqueles *amigo* lá daquela cidade de Niquelândia me desprezaram porque acharam que eu tinha feito um absurdo na minha vida: “Rapaz, mas um cara igual ocê, ‘trabalhano’ aqui, tanto amigo nosso, agora tomar terra dos outros, rapaz? Invadir terra dos outros, quê que é isso rapaz, a terra lá é daquele fazendeiro, da Níquel Tocantins, uma empresa dessa, que já ajudou nós muito, agora cê vai fazer isso, quê que é isso, junto com esse povo” [MST] (Entrevistado 1, 56 anos, ex-membro do Coletivo Margarida Alves, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Assim como Pessoa (1999) constatou, a partir da sua pesquisa nos assentamentos goianos, pesava sobre eles a acusação de *invasão* ou de *roubo* de terras. Mas é interessante mostrar *que e como* os assentados rebatem esses discursos e se afirmam, como quando o Roberto nos contou:

Quinta-feira eu fui [em] Brasília, lá eu encontrei com um amigo da firma que eu trabalhava:  
 - “Ó sem-terra!” [disse o amigo]. Eu ainda brinquei, falei:  
 - “Ó, sem-terra é ocês que num tem nada (risos), ganha salário, agora eu já sou um pequeno produtor” (Senhor Roberto, 60 anos, intervenção em uma entrevista no Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 17/05/2015).

Ou quando outra das nossas entrevistadas narrou:

O bispo daqui, quando a gente entrou aqui, ele foi contra nós. Juntou fazendeiro para tirar nós. Olha que horror! Deu uma entrevista na rádio falando que a gente nem sabia plantar mandioca. Aí na época eu era responsável pela Imprensa [Setor de Imprensa do MST], eu peguei e pedi pra responder. **Eu falei que realmente a gente não plantava mandioca, a gente não sabe plantar, nós aprendemos a plantar a rama [da mandioca] primeiro** (Entrevistada 38, 41 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015, grifos nossos).

Pela *fala*, estas pessoas se empoderaram. As produções discursivas, as relações de comunicação e a linguagem estão inseridas nas relações de poder, que não se dissociam, se estabelecem ou funcionam sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. É que a sociedade marcha “*ao compasso da verdade*”, que gera e faz circular discursos que funcionam como verdade, que se passam por tal e, por isto, exercem poderes (FOUCAULT, 2014 [1979]; RAFFESTIN, 2011 [1980]; RAFFESTIN; BARAMPAMA, 1998).

Contudo, este empoderamento individual e coletivo permanece como um desafio; o poder popular deve ser construído *de baixo para cima*, com cooperação e confiança (relações de reciprocidade simétricas), sem tutelas, disjunções e poderes heterônomos na produção das territorialidades e dos territórios; e emanar de sujeitos históricos que, nem sempre estiveram próximos da política ou a praticaram, porque também não tinham a consciência das opressões que enfrentavam em suas vidas. É que:

O “novo camponês” em construção nesse processo é, antes de mais nada, o mesmo camponês de décadas a fio. É o mesmo trabalhador apegado à terra e aos seus mitos; aquele que sente vontade de voltar a um passado recente de maior segurança cada vez que os novos acontecimentos parecem ameaçadores, a si próprio e ao seu grupo; aquele que muitas vezes se abala com a discriminação dos que estão à sua volta; e aquele que é capaz de se agrupar a outros para as mais diversas ações e significações, mesmo que isso se dê em meio a diferenças e, até, a conflitos. Só é possível discutir as inovações desse processo quando se reconhece que ele mesmo reforça todos esses aspectos tipicamente camponeses (PESSOA, 1999, p. 255).

Isto nos aponta que os assentamentos são uma expressão camponesa e, simultaneamente, ali se reproduzem formas tradicionais do campesinato, em conjugação com mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais da qual participam, igualmente, estes camponeses. Na ação do Estado (na forma do governo federal e dos governos municipais) está, por fim, outra forma de heteronomia presente nos assentamentos, como trataremos a partir deste momento.

A leitura de Raffestin (2011 [1980]) e Raffestin e Barampama (1998) nos ajudou na compreensão de que as relações de poder são centradas na população, no território e nos recursos, o que, em síntese, revela as íntimas relações entre poder e espaço, produzindo um território (i-material) por onde o poder circula e é exercido pela população objetivando o uso e controle dos recursos. A população é fonte e *trunfo* do poder e dela se constituem os *atores paradigmáticos*, controlados por meio dos recenseamentos, monitoramentos e vigilâncias; e os *atores sintagmáticos*, que realizam programas (ações) e formam organizações como a família, a igreja, a empresa, os indivíduos. Por meio do trabalho, que significa energia e informação,

esta população produz *(i)materialidades* (SAQUET, 2007), ou seja, as redes de circulação e de comunicação (ferrovias, rodovias, linhas aéreas, linhas telefônicas, línguas e religiões) que permitem a circulação do poder, juntamente com outras relações e valores.

No *campo* de poder há tentativas de controlar as ações das pessoas, aproveitar as suas potencialidades e utilizar um sistema gradual e contínuo de aperfeiçoamento das suas capacidades. Com esta *biopolítica*, há possibilidade de diminuir sua capacidade de revolta, resistência, luta e insurreição contra as suas ordens (neutralização do contrapoder). O poder objetiva tornar os homens e mulheres seres dóceis politicamente e úteis economicamente (FOUCAULT, 2014 [1979]).

No âmbito da nossa pesquisa notamos que as famílias são dependentes dos governos federal e municipais, em termos de recursos financeiros, prestação de serviços e assistência técnica, o que reforça que o acesso à terra é um *passo* na produção autônoma do território, mas ele continua sendo produzido de forma heterônoma, já que, por exemplo, a própria produção material do território depende de recursos que os assentados não têm. Os depoimentos seguintes contemplam este argumento, primeiramente destacando o papel do governo federal mediante o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):

O PRONAF talvez vai receber em fevereiro ou março [2015]. Como é que você forma pasto depois das águas, praticamente? Num tem como, você vai formar e esse pasto num vai prestar [...] aí você tem o gado pra comprar, você vai comprar gado sem ter o pasto [...] deveria sair [PRONAF] no máximo em setembro, daria pra pessoa formar pasto e aí o gado ele poderia tá comprando em abril que aí ele já poderia colocar no próprio pasto [...] mas os recurso sai tudo errado! [...] **o governo tem o projeto dele, mas inviável pra gente** (Entrevistado 21, 44 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 18/01/2015, grifos nossos).

Neste primeiro depoimento temos o exemplo do calendário do PRONAF, que está em desequilíbrio com o tempo do sistema de produção das famílias que, por sua vez, está ligado aos ritmos naturais (no caso, as chuvas). No segundo, veremos a questão da reforma e ampliação da casa própria, cuja espera, em muitos casos, se dá pelos recursos do INCRA:

Eu tô precisando de ‘cabar’ de arrumar minha casa [...] eu num tenho nem jeito de receber uma pessoa até hoje porque eu fiz um tamanho mais ou menos e precisei crescer ela mais, vieram aqui, fizeram a planta, uma engenheira veio aqui, fez a planta, arrumou tudo, falei: “Amanhã chega o material”. Amanhã já passou de ano, foi o ano passado [2014], num chegou nada (Entrevistado 27, 66 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015).

Enquanto novos sujeitos políticos locais, as famílias e os indivíduos assentados se tornam alvo dos jogos políticos locais por meio das instâncias oficiais do poder público, o que

equivale às dependências, também, das prefeituras. Vejamos um depoimento que indica a forma de gestão político-administrativa num dos assentamentos estudados:

Eles prometeu, com esse caminhão do PAC 2 [Programa de Aceleração do Crescimento] [...] o prefeito daqui, Zé Faleiro, subiu numa reunião que tava lá, falou: “Esse ano o calcário, ninguém vai pagar o frete, o caminhão vai ‘puxá’ pra todo mundo”. *Bão!* Eu nem precisava bem do calcário porqu’eu tinha *calcariado* naquel’ano anterior, falei: “Não, *bão*, pra ajudar vou comprar logo porque eu tenho que calcariar pro outro ano já garanto essa né”. Fui lá, comprei o calcário. Quando ‘chegô’ aqui, ‘rumaram’ um rolo c’um modo d’um tal de petróleo pra pagar que ficou mais caro que s’ocê tivesse ido lá e fretado o caminhão, ‘inda’ ‘vêi’ atrasado que num deu nem tempo de ‘jogá’ (Entrevistado 39, 59 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 26/04/2015).

Aliás, é importante destacar que os municípios nos quais estão os assentamentos receberam as máquinas do governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), como apresentamos na fotografia 36, com os respectivos prefeitos.

**Fotografia 36** – Recebimento de máquinas do PAC 2 pelos prefeitos



Fonte: Sites das Prefeituras de Silvânia, Orizona, Goiandira e Ipameri (2013/14)

As prefeituras de Silvânia, Orizona, Ipameri e Goiandira têm em comum, também, as parcerias com os Sindicatos Rurais, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desenvolvendo treinamentos junto aos assentados por meio

de cursos como fabricação de melado, açúcar mascavo e rapaduras, olericultura, manejo de pastagens, ordenha mecânica, administração rural, panificação, avicultura, além de programas como o Negócio Certo Rural (NCR) e o Balde Cheio, que objetivam a transferência de tecnologias para a produção leiteira nas propriedades familiares, a modernização do setor agropecuário, o desenvolvimento de negócios e a inserção no mercado.

Fizemos uma seleção e reunião de informações publicadas nos *sites* das prefeituras dos municípios referidos, sobretudo sobre as ações destas com os seus parceiros, no tocante à agropecuária, entre os anos de 2013/2014 (quando se iniciou a divulgação pela internet) e novembro de 2015 e novembro de 2016 (quando acessamos as últimas notícias disponíveis). É fato que encontramos mais informações sobre a atuação da Prefeitura de Ipameri, ao passo que nas outras obtivemos escassas notícias. As sínteses destas coletas encontram-se nos quadros seguintes.

#### Quadro 2 – Informações do município de Silvânia

(continua)

<b>MUNICÍPIO DE SILVÂNIA</b>	
<i>Data</i>	<i>Informação</i>
Fev. 2013	Notícia sobre aquicultura familiar e turismo rural em Silvânia.
Mar. 2013	Notícia sobre o evento “Campo Saúde” desenvolvido pelo sistema FAEG/SENAR, Sindicato Rural, Corumbá Concessões e Prefeitura de Silvânia.
Maio 2013	Notícia sobre a construção do Distrito Agroindustrial de Silvânia em um terreno de 242 mil metros quadrados.
Maio 2013	Notícia sobre o Programa Estrada Boa e a ação de recuperação de estradas próximas ao João de Deus.
27/08/2013	Recebimento de uma retroescavadeira pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para servir a agricultura familiar e beneficiar os pequenos e micro agricultores.
05/09/2013	Notícia sobre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) cuja função é certificar, inspecionar e monitorar o funcionamento de estabelecimentos como abatedouros, fábricas de conservas, de embutidos, charqueadas, entrepostos de carnes e derivados e fábrica de laticínios.
16/04/2014	Recebimento de um caminhão-caçamba do PAC 2 para investimento na infraestrutura de áreas rurais no município para escoamento da produção e circulação de bens e serviços.
16/05/2014	Recebimento de uma motoniveladora.
21/11/2014	Notícia sobre o Negócio Certo Rural (NCR) que funciona pela parceria da Prefeitura de Silvânia com o SENAR e o Sindicato Rural, cujo objetivo é o aumento da renda dos/as agricultores/as e a permanência dos jovens no campo (perspectiva de inserção no mercado e desenvolvimento de negócios).
10/12/2014	Notícia sobre o Abatedouro Municipal, cujo projeto data de 2003. Em 2012 o prédio foi inaugurado mas não iniciou seu funcionamento por irregularidades.
02/03/2015	O Sindicato Rural realizou o “Encontro Municipal Sistema FAEG em Ação”. Pela atuação junto aos agricultores familiares o prefeito Zé Faleiro declarou: “Os treinamentos transformam o agricultor familiar”.
Maio 2015	Notícia sobre a implantação de 32 mata-burros na zona rural do município.
18/12/2015	Realizado o primeiro teste no Abatedouro Municipal.
25/02/2016	Notícia sobre visita de pessoas da Agrodefesa (Goiânia) e Ministério da Agricultura para tratar do Abatedouro Municipal e a produção de aves no município.

11/05/2016	A Corumbá Concessões e o SENAR realizam formação com moradores de São Roque, área rural de Silvânia, para a produção de peixes como alternativa de geração de renda e consumo.
30/06/2016	Prefeitura conclui Abatedouro Municipal de Frangos, projeto iniciado em 2001 e que, provavelmente, entrará em funcionamento em 90 dias.

**Fonte:** Site da Prefeitura de Silvânia – Seção Notícias (17/04/2013 – 19/11/2016)

**Organizado por:** MONTEIRO, R. de M. (2016)

### Quadro 3 – Informações do município de Orizona

MUNICÍPIO DE ORIZONA	
<i>Data</i>	<i>Informação</i>
28/04/2014	Recebimento em Goiânia, na data de 16/04/2014, de caminhão do PAC 2 para investimento na infraestrutura do meio rural.
30/10/2014	Contrato com grupo de agricultores familiares para aquisição de alimentos para merenda escolar (PNAE).
20/05/2014	Recebimento em Goiânia, na data de 16/05/2014, de motoniveladora do PAC 2.
05/11/2014	Notícias sobre manutenção nas estradas, gradagem de terras em propriedades familiares e restauração de pontes.
12/06/2015	Notícia sobre o Programa Lavoura Comunitária.
24/06/2016	Prefeito de Orizona recebe agricultores familiares para assinatura de contratos cujo objetivo é a aquisição de alimentos para a merenda escolar.

**Fonte:** Site da Prefeitura de Orizona – Seção Notícias (27/01/2014 – 19/11/2016)

**Organizado por:** MONTEIRO, R. de M. (2016)

### Quadro 4 – Informações do município de Goiandira\*

MUNICÍPIO DE GOIANDIRA	
<i>Data</i>	<i>Informação</i>
22/08/2013	Notícia sobre o recebimento, em 23/08/2013, de retroescavadeira do PAC 2.
Abril de 2014	Recebimento de um caminhão caçamba do PAC 2 – noticiaram, posteriormente, o uso deste caminhão para o transporte de calcário aos pequenos produtores rurais.
21/10/2014	Notícia sobre parceria entre a Prefeitura, a Emater e o SENAR na oferta de curso sobre fabricação de melado, açúcar mascavo e rapadura.
02/10/2015	Notícia sobre a visita do prefeito de Goiandira ao Superintendente Estadual do INCRA em Goiás para tratar do Assentamento Madre Cristina, ocasião em que o prefeito solicitou apoio para a construção de casas, a implantação de energia elétrica e o sistema de água pluvial no assentamento.

**Fonte:** Site da Prefeitura de Goiandira – Seção Notícias (25/04/2013 – 19/11/2016)

**Organizado por:** MONTEIRO, R. de M. (2016)

\* Embora tenhamos consultado até novembro de 2016, a última notícia relacionada ao campo foi de outubro de 2015.

### Quadro 5 – Informações do município de Ipameri

(continua)

MUNICÍPIO DE IPAMERI	
<i>Data</i>	<i>Informação</i>
26/02/2013	A Prefeitura juntamente com o Sindicato Rural, o SENAR e a FAEG oferecem o curso de olericultura básica no Assentamento Olga Benário. Outros cursos programados: Alimentação Bovina de Leite, Avicultura Básica, Manejo racional de bovinos de leite, Bovinocultura de leite e qualidade do leite, Manejo de pastagem.
04/04/2013	Notícia sobre o Programa Balde Cheio cujo objetivo é a transferência de tecnologia para o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades familiares.
17/04/2013	Palestra sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (23/04/2013).

22/04/2013	Participação do presidente da ASPROAB em evento sobre pesca e aquicultura em Goiás.
24/04/2013	Curso de manejo e pastagem no Assentamento Olga Benário para melhoria da produção de leite no assentamento (parceria da Prefeitura com o Sindicato Rural e o SENAR).
24/04/2013	Palestra no Assentamento Olga Benário sobre “Sensibilização – Negócio Certo Rural”.
25/04/2013	Curso de Operação de ordenha mecânica no Assentamento Olga Benário (parceria entre a Prefeitura, o Sindicato Rural e o SENAR).
25/04/2013	Assinatura do Projeto de desenvolvimento e implantação de piscicultura e aquicultura familiar em Ipameri para atender 70 famílias de baixa renda em pequenas propriedades rurais com a construção de tanques escavados e assistência técnica.
08/05/2013	Palestra no Assentamento Olga Benário sobre o Programa Balde Cheio que tem a proposta de modernização do setor agropecuário de Ipameri.
16/05/2013	Treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira no Assentamento Olga Benário com o tema: “Administração rural, planejamento e organização”.
10/06/2013	Coleta de amostra de solo em pequenas propriedades e no Assentamento Olga Benário para análise da fertilidade (procedimento do Programa Balde Cheio – “promover o desenvolvimento da pecuária leiteira e possibilitar o alcance do produtor rural familiar, melhorando assim sua renda e, conseqüentemente sua qualidade de vida”.
24/06/2013	II Módulo do Treinamento Negócio Certo Rural no Assentamento Olga Benário (na data de 15/05/2013) – parceria da Prefeitura com o Sindicato Rural, SENAR e SEBRAE para a melhoria da gestão das atividades rurais, geração de renda e melhoria da qualidade de vida.
28/06/2013	Uso de máquinas para fazer silagem para melhoramento da produção leiteira – da lista dos 33 beneficiados oito são do Olga Benário.
18/08/2013	Treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira no Assentamento Olga Benário (nos dias 9-10/08/2013) – destinado aos assentados que estão implantando o Programa Balde Cheio – o tema foi “Sanidade e reprodução animal”.
26/09/2013	Recebimento de retroescavadeira pelo PAC 2 em 20/09/2013.
19/10/2013	Curso de panificação no Assentamento Olga Benário (entre os dias 01-04/10/2013) – parceria da Prefeitura com o SENAR: preparar produtos de panificação, respeitar normas de higiene e segurança.
30/10/2013	Treinamento em Avicultura Básica no Assentamento Olga Benário (entre os dias 10-12/10/2013).
04/02/2015	Trabalhos de silagem do milho para pequenos produtores rurais (informação de uma ensiladeira adquirida com recursos próprios).
17/03/2014	Notícia sobre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Ipameri.
04/04/2014	Notícia sobre a implantação de projeto de hortaliças no Assentamento Olga Benário a serem fornecidas ao PNAE, PAA e demais linhas de mercado.
01/05/2014	Ipameri recebe prêmio por ser o 6º maior PIB do Agronegócio em Goiás.
26/05/2014	Ipameri recebe motoniveladora do PAC 2 no dia 16/05/2014.
20/06/2015	A Caramuru Alimentos inaugura unidade industrial de processamento de soja em Ipameri em 18/06/2015, que faz parte da ampliação da empresa no município.
06/06/2016	Notícia sobre a restauração de pontes vicinais na área rural da Encruzilhada, para maior segurança e escoamento da produção agrícola.
22/07/2016	Notícia sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos pequenos produtores rurais de Ipameri, com assessoria técnica gratuita da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Fonte:** Site da Prefeitura de Ipameri – Seção de Notícias (21/02/2013 – 19/11/2016)

**Organizado por:** MONTEIRO, R. de M. (2016)

De modo geral destacamos o caráter mercantil destas iniciativas municipais, ainda que tenham a sua importância, e seu foco no leite e na avicultura, com ênfase na transferência de tecnologias para a pecuária leiteira, no melhoramento da produção de leite, na ordenha mecânica e na modernização do setor agropecuário. Compareceu nas notícias, também, a atuação das prefeituras nas obras de infraestrutura (recuperação de estradas e pontes, implantação de mata-burros, gradagem de terras em propriedades familiares, transporte de calcário aos produtores familiares, análise da fertilidade de solos, silagem) e fornecimento de maquinários recebidos pelo governo federal; e o discurso de alcançar o produtor rural familiar para melhorar a sua renda e a sua qualidade de vida.

Na fotografia 37 temos momentos do curso de Olericultura Básica (a primeira), do curso de panificação (a segunda) e do treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira (as duas últimas) no Assentamento Olga Benário.

**Fotografia 37** – Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: cursos de olericultura, panificação e treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira



Fonte: Site da Prefeitura de Ipameri (2013)

Na fotografia 38 reproduzimos a página que noticiava o curso de olericultura e trazia um pequeno calendário com os próximos cursos a serem ofertados em Ipameri.

**Fotografia 38** – Notícia sobre cursos no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

**PREFEITURA DE IPAMERI EM PARCERIA COM SINDICATO RURAL, SENAR E FAEG REALIZA CURSOS NO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO.**

26 de fevereiro, 2013



Foi concluído nesta última sexta – feira (22), no assentamento Olga Benário, o Curso de Horticultura Básica realizado pela Prefeitura de Ipameri, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária em parceria com o Sindicato Rural, Senar e Faeg.

Confira as datas dos próximos cursos a serem realizados:

DATA	CURSO
28 A 02/03	ALIMENTAÇÃO BOVINA DE LEITE
04 A 06/03	AVICULTURA BÁSICA
11 A 13/03	MANEJO RACIONAL DE BOVINOS DE LEITE
18 A 20/03	BOVINOCULTURA DE LEITE
21 A 22/03	BOVINOCULTURA DE LEITE/QUALIDADE DO LEITE
18 A 20/04	MANEJO DE PASTAGEM

Mais informações na Secretaria de Agricultura do Município no Palácio Municipal Entre-Rios, Sala 20, Teresopolis.

Fonte: Site da Prefeitura de Ipameri (2013)

Como ressaltamos, os serviços de recuperação de pontes, estradas, construção de mata-burros, silagem para os agricultores e gradagem de terras são desenvolvidos pelas prefeituras. Contudo, estas relações reproduzem o clientelismo político e o assistencialismo, já que os meios de produção (máquinas, tratores) estão sob responsabilidade do poder público que tem o *trunfo* de fornecê-los (ou não) aos que precisam e/ou demandam. Vejamos o que nos indicam os depoimentos:

Pelo menos pra mim sempre quando eu fui lá eles ajudaram com trator. [...] A gente dá o óleo diesel e eles dão o trator. [...] Nós formou isso aqui *tudinho* nós gastou só 10 mil na época. Se fosse pagar trator nós num dava conta. [...] Eu fui lá [Prefeitura] e pedi o trator o prefeito [gestão anterior] pra poder formar os pasto. [...] Eu falei: “Quantos dia cê me dá o trator?”, ele disse: “O tempo que você quiser. Cê comprando o óleo”. O trator ficou um mês aqui. Foi um mês de telefone pra Prefeitura, infernizando porque o trator tava só aqui [...] Aí eu fui lá e conversei com ele: “O quê qu’ocê acha? Cê vai deixar o trator lá ou não?”, “Vai, enquanto cê precisar pode deixar lá”. E ficou um mês aqui trabalhando (Entrevistada 10, 53 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Extraído o aspecto positivo desta narrativa (a economia de dinheiro para a realização do serviço no lote), o segundo depoimento traz outra opinião sobre a gestão

municipal. Trata-se da *fala* de uma camponesa que não fez o plantio de milho em 2015 (gestão iniciada em 2013 e que foi reeleita em 2016) porque:

Nós ‘ficamo’ uns quatro meses pedindo [o trator], muito antes de chover [...] a gente levava milho pra feira, pessoal acostumado a comprar o milho. Pois quando eles [funcionários da Prefeitura] vieram foi no primeiro inverno que deu. Aí deu um dia de sol, eles veio, passou lá mas o capim tava dessa altura, não tinha como passar o trator lá e a gente plantar que a febre do capim num deixava nascer. Aí a gente *pelejou* pra eles vim passar de novo, quem disse, não formei e não plantamos o milho porque a gente já compra a semente, compra o adubo, compra as muda já pra hortaliça, então, fica muito pesado (Entrevistada 2, 51 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 15/03/2015).

Podemos notar, portanto, a relação direta entre a ação do Poder Público Municipal e o cotidiano dos assentamentos - para produzir, para vender e para ter acesso a serviços e benefícios; ao passo em que, sobretudo em períodos eleitorais, os assentados, por serem eleitores do município, são incorporados nas disputas por votos; e, ainda, envolvidos, em momentos difusos, em práticas de corrupção. Delimitamos alguns trechos das entrevistas que nos auxiliam a comprovar estes argumentos:

Eles [da Prefeitura] até ‘vêi’, incentivaram a gente a ‘fazê’ a hortaliça que eles ia vim ‘buscá’ e a gente entrou com a cara e com a coragem. Aí quando foi na ‘colhêta’ exigiram várias coisa, rótulo, tinha que ‘tê’ coisa tudo ‘*arrumadim*’, CNPJ, esses *trem*. Primeiro eles fizeram a promessa, não mostraram pra gente o que tinha que ‘sê’ feito, depois foi só perca mesmo dos produtos qu’ eles não buscaram, falaram que ia ‘pegá’ pra merenda escolar, quando foi pra ‘entregá’ eles não aceitava [...] Chegou o dia de mim ‘colhê’ mais de, no tambor de 50 litros, de tomate, e ‘jogá’ pra porco, pra galinha [...] as alface perdeu tudo (Entrevistada 25, sem informação de idade, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 22/03/2015).

Na época da política eles corre aqui, vêm com as máquina, entra aqui dentro e volta pra trás. Passa na estrada assim, cê fala: “Agora o trem vai, ‘vamo’ ‘votá’ em fulano”. Mete o voto nele, fica do mesmo jeito. [...] O povo que ‘quê’ voto eles já vêm é ‘muntado’ num tratorzão aqui, num carro novo [...] outros traz até cesta [de alimentos] pro povo aí [...] é boião de gás pra poder ganhar o voto e depois que ganhou o voto, ‘cabou’. Aí vira as costas, some, some, exala! (Entrevistado 27, 66 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 25/01/2015).

Daqui [da parcela dos entrevistados] eles [funcionários da Prefeitura] anda dez quilômetro, vai pra ‘ôtro’ [lote, com o maquinário] [...] faz o ‘ôtro’ lá, anda mais cinco [quilômetros] pra baixo [...] hora que chega na hora do almoço fala: “Não, já marquei o almoço com o fulano”. Cê pode ‘pegá’ a moto, ir *devagarzinho* atrás, o cara anda dez quilômetro pra ‘í’ ‘almoçá’, num espera o almoço daqui. Aí de lá, ‘caba’ o de lá, o ‘ôtro’ *pertim* já tá *arrumadinho* lá pra ‘fazê’, de lá ele anda mais cinco quilômetro pra baixo ali. Hora que anda cinco quilômetro, vai lá na prefeita, fala pra prefeita que tá ‘gastano’ muito óleo [...] mas gasta muito óleo mesmo porque num faz a ‘sequência’”. [Esposa]: Cê vai lá na Prefeitura, eles fala: “Não, só pode ‘fazê’ dois hectare”.

Aí pra ‘ôtros’ ele faz cinco, faz até mais. [Entrevistado]: A última vez qu’ele ‘vêi’ cá eu ‘di’ [dei] dois frango pra eles. [Esposa]: Ele ainda ‘falô’ assim: “É, eu posso ‘fazê’ mais pr’ocê, cê num tem dois frango aí não?”, mas o serviço que ele fez, *coitado*, num ‘pagô’ o frango (Entrevistado 31, 36 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Estes excertos nos mostram as dependências estatais que estão presentes na vida dos assentados, ou seja, as territorialidades são, inclusive nesta dimensão política, em grande medida, heterônomas, e o território, por consequência, também se produz assim. Sabemos que é recorrente a compreensão de que o território se forma pelas relações de poder projetadas e delimitadas em um espaço, mas, concordamos com Souza (2013, p. 87) com o fato de que o poder também só se exerce “*com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território*”, governando a população e os seus recursos, sem que, neste processo, os sujeitos sociais não possam agir contra os poderes e construir a sua autonomia, ainda um horizonte de pensamento e ação para os/as assentados/as do Sudeste Goiano.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:** um *fechar de olhos*, momentâneo, para as estradas de terra que penetram o horizonte...

A Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro) possui, embora com graus distintos, concentrada estrutura fundiária e é, desde os anos 1970, espaço no qual se territorializou a agricultura capitalista (ou o agronegócio), acompanhada da modernização do território (obras de infraestrutura, incentivos governamentais, rodovias, créditos). Isto implicou na desterritorialização camponesa, devido a concentração da terra, exigida por esta forma de produção agropecuária (centrada, por certo, na monocultura da soja, do milho, do algodão, do eucalipto). Ao construir suas obras como, por exemplo, as usinas hidrelétricas, o Estado também promoveu a desterritorialização de comunidades camponesas da região.

A despeito das antigas lutas do campesinato goiano, neste novo cenário, foi importante que uma parte destes desterritorializados se organizassem em movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, sindicatos, entre outros. Assim, com a conquista dos assentamentos, um conjunto de indivíduos e famílias se (re)territorializaram no campo, inclusive, do Sudeste Goiano.

É inegável o valor disto na vida destas pessoas pois nesta nova condição alcançaram progressos, como o acesso à terra, a casa para morar, a produção de alimentos para assegurar o sustento da família e, quando possível, vender os produtos, possuir um patrimônio para os descendentes, trabalhar por conta própria (ainda que exista a combinação com o trabalho assalariado), governar o seu espaço e o seu tempo, valorizar a luta política (ou, ao menos, reconhece-la, de alguma maneira), instaurar relações de reciprocidade. Projetaram, naquele território, os seus modos de vida (com des-continuidades) e, com isto, realizam, todos os dias, os seus territórios e as suas territorialidades, envolvidas em relações de poder.

Desta forma, efetivam a *campesinidade*, renunciando ao assentamento coletivo (na ocasião em que a proposta foi feita) e elegendo o modelo tradicional, que é a terra para o trabalho da família, onde desenvolvem a economia camponesa e garantem, minimamente, a sua autonomia, no espaço-tempo. Ali arquitetam, ainda, suas moralidades e organizam os seus *imaginários* e crenças. Isto resulta, por suposto, em conflitos internos ao mesmo tempo em que, também, acontecem relações de reciprocidade pois, embora não como antigamente, fazem os mutirões e as festas na “comunidade”. Introduzem mudanças organizativas, com a participação no mercado institucional e a formação das associações (ainda que com deficiências). A (re)territorialização, assim, traduz uma dimensão da importância dos assentamentos.

A luta e a conquista da terra, no Sudeste Goiano, contribuíram na conscientização, politização e empoderamento dos seus participantes, organizados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC) e garantiu um *passo* na produção autônoma dos territórios. Entretanto, estes continuam sendo substantivados, predominantemente, pela heteronomia, porque os assentados (ainda) dependem de recursos materiais e simbólicos que eles não têm.

Vender o leite, então, significa uma subordinação aos laticínios (que, normalmente, determinam baixos preços) que, por sua vez, são uma rede que se expande aos assentamentos, extraíndo a renda da terra e inserindo uma territorialidade do capital nos territórios camponeses. No plano religioso, é da ordem do sobrenatural aquilo que guia a vida das famílias, incluindo, a luta pela terra, suplantando, de certo modo, a luta política e expressando uma dependência simbólica e espiritual. Dependem, ainda, dos recursos financeiros do governo federal e das ações dos governos municipais, a saber, o acesso às forças produtivas (maquinários) para produzir e, simultaneamente, recebem formação técnica cuja natureza privilegia a inserção no mercado. Permanece, enquanto um desafio político, a frutificação da autonomia e emancipação destas pessoas, sem esquecer que, no cotidiano, elas agem fundando *microliberdades* e desvios, no aspecto religioso e econômico, por exemplo.

Nesta tese procuramos mostrar a transformação do espaço em território, pelas relações de poder, estabelecidas no movimento de des-re-territorialização dos indivíduos e das famílias que trabalham, moram e vivem nos assentamentos. Por isto utilizamos os conceitos de território, territorialidade e poder, entendendo que a produção territorial é feita, cotidianamente, pelas relações sociais e territorialidades projetadas no espaço, envolvidas nas relações de poder que, da mesma maneira, acontecem todos os dias, em distintas escalas e dimensões, exercidas pelos sujeitos em suas diferentes posições sociais, materialidades e culturas.

Em certa medida, há traços conservadores entre os camponeses que foram assentados na região que estudamos, a produção de uma consciência ambígua no decorrer do processo político. Existe um intervalo entre a luta pela terra, a luta pela reforma agrária, a luta pela transformação social. E precisamos saber em que posição se situa o campesinato goiano e os *caminhos* que ele pode seguir e construir. A politização, ao que nos parece, deve ser um processo contínuo, articulado internamente e em diálogo com movimentos sociais, entidades representativas e setores progressistas da sociedade. Assim, apostamos no itinerário formativo, pedagógico e educativo. *Fazer-se* como classe social é, por certo, uma construção e não uma

herança histórica, inalienável e determinada *a priori*. Mais do que nunca, nos espaços rurais e urbanos, a *pedagogia do oprimido* se mostra necessária no entendimento da realidade social e no desenho das estratégias coletivas de luta pelo exercício do poder. Esta é uma chave interpretativa: entender o seu lugar no mundo, imaginar para onde se quer ir e construir, na *passagem*, exercendo poder, o novo sujeito social que, no fundo, é também o mesmo que lutou e, por sua luta, manteve vivo o sonho da terra e da liberdade, simbolizados no território.

Gostaríamos de sugerir, aos próximos pesquisadores que se interessarem pelo assunto, algumas problemáticas que merecem aprofundamento. A primeira delas seria sobre o período de vida nos acampamentos (retomando a memória dos sujeitos), ou mesmo uma pesquisa participante nestes *lugares transitórios*, explicando, assim, as dinâmicas internas. As relações estabelecidas entre os assentamentos rurais e as prefeituras municipais também é um tema digno de estudos bem como as conexões entre os assentamentos e a população local (de um determinado município), especialmente no que se refere à produção de estigmas territoriais e/ou espaciais. Propomos, ainda, o esquadramento das relações políticas entre os assentados (por exemplo, nas reuniões das associações); a questão de gênero pode ser investigada, especificando as condições de vida das mulheres antes da participação na luta pela terra, durante a luta e na vida política dos assentamentos. O aspecto religioso é interessante, seja no que tange às identidades religiosas (re)produzidas, as disputas entre catolicismo e pentecostalismo e a expansão deste último no espaço rural. A participação nos mercados institucionais, as relações de reciprocidade e, por fim, a questão da consciência de classe podem ser *campos férteis* para se pesquisar nos assentamentos do Sudeste Goiano ou, talvez, de outros lugares.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2014. **Boas práticas abrem mercado**. Publicado em 13/08/2014. Disponível em: <<http://www.go.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/GO/boas-praticas-abrem-mercado,1ba03879d46c7410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 16/07/2016.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Revista Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006. p. 51 – 67.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O debate contemporâneo sobre os paradigmas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 129 – 146.
- ARRAIS, Tadeu A. Economia. In: \_\_\_\_\_. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2013. p. 25-96.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1975].
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar, 1979 [1978].
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 21. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014 [1980].
- CÓRDOVA, Rogério. **Educação, instituição, autonomia: uma análise da política educacional no município de São Paulo no período de 1989-1992**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Am**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89 – 104, abr. 1998.
- FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 139-168.
- \_\_\_\_\_. La cuestión de la reforma agraria en Brasil. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, n. 42, p. 7-39, jan/jun. 2015.
- FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. **Os usos da terra no Brasil: debate sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Coleção Vozes do Campo).

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIRMINO, Waldivino G. **Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui pra li** até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 50, n. 3, jul.-sept. 1988. p. 3-20. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3540551>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014 [1975].

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 28. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014 [1979].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1968].

GUERRA, Júlio S. Associativismo de produção na agricultura. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro. (Org.). **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 115 - 131.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, 2007. p. 19-45.

INCRA, 1987. Serviço público federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional do Centro-Oeste. Encaminha proposta de criação de projeto. 73.601-5. Memo/SR-04/Z/Nº. 042/87. Sigla G. Código 41260. Data 08/04/87.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional de Goiás. **Criação do projeto São Sebastião, município de Silvânia/GO**. 73601.5. Memorando/SR-Z/Nº. 781/97. Sigla A-12; SR-04/Z-3; Z. Código 08541507; 08218943. Data 09/12/97. Número de identificação 54150.002167/97-16.

\_\_\_\_\_. Serviço público federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional de Goiás – PA Madre Cristina. **Criação do projeto de assentamento Madre Cristina – imóvel rural: Fazenda Cachoeira do Veríssimo**. 73601. Sigla T. Código 54150. Data 26/11/09. Número de identificação SR-04/GO 54150.002323/2009-90.

\_\_\_\_\_. Serviço público federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. PA Buriti. **Criação do projeto de assentamento Buriti, na fazenda Funil e Algodão, localizada no município de Silvânia/GO**. 73.601. Memorando/SR-04-T/Nº 415. Sigla T. Código 54150. Data 10/09/09. Número de identificação SR-04/GO 54150.001780/2009-67.

\_\_\_\_\_. Serviço público federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional de Goiás – PA Maria da Conceição. **Criação do projeto de assentamento Maria da Conceição – imóvel rural: Fazenda Campo Limpo e Barreiros**. 73601. Memorando/SR-04/T/Nº81 Sigla T2. Código 54835. Data: 03/03/2010. Número de identificação SR-04/GO 54150.000522/2010-05.

\_\_\_\_\_. **Criação do projeto de assentamento Olga Benário/mun. Ipameri.** 73601. Memo/T/410. Fazenda Ouro Verde. Sigla T. Código 54139. Data 09/08/05. Número de identificação SR-04/GO. 54150.001246/2005-27.

\_\_\_\_\_, 2010. **Mais conforto e qualidade de vida para assentados de Ipameri (GO).** Publicado dia 08/02/2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/mais-conforto-e-qualidade-de-vida-para-assentados-de-ipameri-go>>. Acesso em: 16/07/2016.

INCRA/GO, 2015. Blog do Incra Goiás – Os assentamentos em Goiás. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>. Acesso em: 03 nov. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES, 2016. Anuário estatístico de Goiás (2005). Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id\\_cad=1090](http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=1090)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 23/06/2016. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

JORNAL DA UFG, 2013. **Feira Sem Veneno oferece alimentação saudável no Câmpus Catalão.** Ano VII, n. 61, agosto de 2013. Disponível em: <<https://jornalufgonline.ufg.br/n/49654-feira-sem-veneno-oferece-alimentacao-saudavel-no-campus-catalao>>. Acesso em: 16/07/2016.

L'ESTOILE, Benôit de; SIGAUD, Lygia. (Org.). Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo. In: \_\_\_\_\_. **Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 19 – 28.

LOUREIRO, Walderês N. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: Editora UFG, 1988.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 381 – 390.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 44, mar. 1996. p. 24-44.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2009.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 177-185.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279 – 291.

\_\_\_\_\_. O agronegócio no Cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 1, 37-50, jan/abr. 2012.

MDA/INCRA, 2004. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional de Goiás SR-04/GO. Divisão Técnica – SR (04)/T. **Relatório de vistoria e avaliação**. Imóvel: Fazenda Ouro Verde. Município: Ipameri-GO. Processo nº. 54150.001429/2003-81. Responsável técnico: David Ferreira Cavalcante. Perito federal agrário. CREA/MA-1.907/D. INCRA/GO. Setembro, 2004.

\_\_\_\_\_. Divisão de obtenção de terras – SR-04. **Laudo agrônômico de vistoria e fiscalização nº. 095/07**. Processo/INCRA/GO/nº. 54.150.002950/2007-69.

\_\_\_\_\_. Serviço público federal. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional em Goiás –SR (04). Divisão técnica – **Laudo agrônômico de fiscalização nº. 141/04**. Resp. técnico engº. agrº. Gandhi M. Carvalho – perito federal agrário – CREA/GO – 1825/D. Imóvel: Fazenda Cachoeira do Veríssimo. Município: Goiandira/GO. Processo nº. 54150.001447/2004. Jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional de Goiás SR-04/GO. Divisão Técnica – SR (04)/T. **Relatório agrônômico de fiscalização**. Imóvel: Fazenda Campo Limpo e Barreiros. Município: Orizona – GO. Processo nº. 54150.003409/2006-97. Responsável técnico: Roosevelt Candido de Siqueira. Perito federal agrário. CREA/GO nº. 3572-D. Dezembro, 2007. Laudo nº. 123/2007.

MENDES, Estevane de P. P.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509 – 537.

MIRAD/INCRA. Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. In: LEAL, Laurindo (Coord.). **Reforma agrária da nova república: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1985. p. 77 – 120.

\_\_\_\_\_. Ministério da reforma e do desenvolvimento agrário – MIRAD. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional do Centro-Oeste – SR-04. Superintendente regional: Américo Martins Pereira – adjunto. Divisão de Assentamentos: Joaquim Augusto D’Eça Oliveira. **Elaboração e montagem da proposta do PA – “João de Deus”**. Equipe técnica: Gilson de Oliveira Filho – administrador; José Maria Martins de Sá – eng. agrº. Datilografia: Marly Peixoto de Oliveira, 1987.

MONTEIRO, Rafael de M. **Assentamentos rurais e meio ambiente:** percepção ambiental de agricultores do Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário no município de Ipameri (GO). 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2009.

\_\_\_\_\_. **Território em conflito:** tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 2010. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relações de poder, territórios e territorialidades:** as *travessias da vida* no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

MONTEIRO, Rafael de M.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). In: MARAFON, Gláucio J.; RAMIRES, Júlio C. de L.; RIBEIRO, Miguel A.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 267-286.

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro. (Org.). **Assentamentos:** a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 132 - 184.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-107.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.

PEREIRA, Carlos L. V. **Assentamento Maria de Lourdes da Conceição:** a busca pelo território em Orizona – GO. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2012.

PESSOA, Jadir de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Geografia e pesquisa qualitativa:** um olhar sobre o processo investigativo. 13 p. (Texto apresentado no V Encontro de Grupos de Pesquisa – UFSM, Santa Maria, nov. 2009).

PESSÔA, Vera Lúcia S.; RAMIRES, Júlio Cesar de L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Gláucio J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 117-134.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011 [1980].

RAFFESTIN, Claude; BARAMPAMA, Angelo. Espace et pouvoir. In: BAILLY, Antoine. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1998. p. 63-71. Disponível em: <<http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4464>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

RELATÓRIO DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA, 2016. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: jul. 2017.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

ROLIM, Francisco C. Evangelismo nas massas. In: \_\_\_\_\_. **Religião e classes populares**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1980. p. 139-160.

SABOURIN, Eric. Comunidades camponesas e organização social da produção. In: \_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 29-77.

SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e identidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 20-26 de março de 2005. p. 13869-13881.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 73-94.

\_\_\_\_\_. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, maio/ago, 2014. p. 125-143.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011].

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1995]. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. Território e (des)territorialização. In: \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sócio-espacial. In: \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 261-300.

TURATTI, Maria Cecília M. **Os filhos da lona preta:** identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica:** encantamento do mundo ou coisa do povo. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ZIMMERMANN, Neusa de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde S. de et al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 205 - 224.

WELCH, Clifford A. et al. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia:** o campesinato como ordem moral. Brasília, Anuário Antropológico 87, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

## **APÊNDICES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
 CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Pesquisador:** Rafael de Melo Monteiro

**Título da tese:** AS RELAÇÕES DE PODER E AS TERRITORIALIDADES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUDESTE GOIANO

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas para as famílias assentadas (2014/15)**

**PARTE I – TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS**

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
- 3) Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_
- 4) Local de nascimento (município e estado): \_\_\_\_\_
- 5) Nível de escolaridade:
 

( ) Nunca frequentou escola	( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino fundamental completo	( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino Médio Completo	( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo	( ) Pós-Graduação
- 6) Religião: ( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Outras – Qual?  
 \_\_\_\_\_
- 7) Número de membros da família: \_\_\_\_\_
- 8) Morou em quais outros lugares (países, estados, municípios)? \_\_\_\_\_
- 9) Ocupação atual: \_\_\_\_\_
- 10) Profissão/ocupação anterior ao processo de luta pela terra e assentamento?  
 \_\_\_\_\_
- 11) Tempo de moradia nas cidades (em anos e/ou meses)? \_\_\_\_\_
- 12) Quanto tempo permaneceu em luta pela terra (acampamentos, ocupações)? \_\_\_\_\_
- 13) Participou de quais acampamentos/ocupações? \_\_\_\_\_
- 14) Como foram as experiências de participação na luta pela terra?
- 15) Através de quais entidades representativas e/ou movimentos sociais participou da luta pela terra? ( ) MST ( ) FETAEG ( ) MVTC ( ) STRs ( ) Outros
- 16) Qual a razão/motivo/causa da sua entrada na luta pela terra?

- 17) Para você, o que foi mais marcante da experiência de luta pela terra?
- 18) Atualmente, participa de algum movimento social e/ou entidade representativa? Se sim, qual. Se não, por quê?

## PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

- 19) Forma de organização da parcela/lote: ( ) Familiar ( ) Semicoletiva  
( ) Coletiva ( ) Outras – Quais: \_\_\_\_\_
- 20) Quais os principais cultivos da sua parcela/lote? \_\_\_\_\_
- 21) Quais os animais que são criados na sua parcela/lote? \_\_\_\_\_
- 22) Participa de alguma política pública (federal, estadual e/ou municipal)? \_\_\_\_\_
- 23) Você comercializa seus produtos? ( ) Sim ( ) Não
- 24) Em que local comercializa seus produtos? \_\_\_\_\_
- 25) Recebe assistência técnica e/ou extensão rural? ( ) Sim ( ) Não
- 26) Qual órgão público e/ou demais entidades fornecem assistência técnica e extensão rural?  
\_\_\_\_\_
- 27) Com que periodicidade esses serviços são oferecidos? \_\_\_\_\_
- 28) Quais são as suas expectativas produtivas? \_\_\_\_\_

## PARTE III – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ASSENTAMENTO

- 29) Como é a relação do assentamento com o Poder Público Municipal?
- 30) Como é a relação da sua família com o Poder Público Municipal?
- 31) Como é a relação entre as famílias do assentamento?
- 32) Existem relações de vizinhança, mutirões, ajuda mútua? ( ) Sim ( ) Não
- 33) Participa de reuniões, associações e/ou cooperativas? ( ) Sim ( ) Não
- 34) Como são tomadas as decisões?
- 35) Aponte as melhorias ocorridas após o assentamento:  
( ) Habitação ( ) Saúde ( ) Educação ( ) Alimentação ( ) Lazer ( )  
Energia Elétrica ( ) Saneamento ( ) Outras - Quais? \_\_\_\_\_
- 36) O que significou a conquista da terra para você e sua família?